



A

**UNIVERSIDADE ESTADUAL do Oeste do PARANÁ - (Hospital Universitário do Oeste do Paraná)**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**Processo nº 002148/2021**  
**Pregão Eletrônico 0088/2023 – UNIOESTE/HUOP**

**ATITUDE AMBIENTAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.075.504/0001-10, com sede administrativa à Avenida México, nº 832, Sala 02, Bairro Centro Sul, no município de Dois Vizinhos, estado do Paraná, vem respeitosamente interpor

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face da decisão proferida pela Comissão de Licitação do **UNIOESTE/HUOP** no procedimento administrativo acima indicado, o que faz pelas razões que passa a expor.



## **I - DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, salienta-se que nos termos da ata da sessão presencial, cabe apresentação das razões frente a intenção de recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias, expirando em 02 de março de 2023.

Demonstrada, portanto, a tempestividade das razões de recurso administrativo.

## **II - DA SÍNTESE DOS FATOS**

Trata-se de licitação cujo objeto é:

2.1 - A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas visando o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de coleta, transporte externo, inativação da carga microbiana e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde (RSS) do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP conforme condições, especificações, valores e estimativas de consumo constante no Anexo I, e nos termos deste edital e seus anexos, e para fornecimento de acordo com as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Conforme a decisão da Pregoeira no dia 17 de fevereiro de 2023, após a análise da documentação principal e complementar apresentada pela empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA, declarada como vencedora na fase de lances, a mesma fora desclassificada, nos seguintes termos:

“Para ATITUDE AMBIENTAL LTDA - A empresa está sendo desclassificada para o lote pois não apresentou Licença de Operação, VÁLIDA, emitida pelo órgão ambiental competente, quanto a, tratamento por incineração e disposição final de resíduos de saúde e resíduos de classe I e II (CNPJ 07.075.504/0005-43 - Campo Grande - MS) ou



DECLARAÇÃO DE TRÂMITE de renovação ATUALIZADA” –  
(17/02/2023 11:48:39)

O representante da ATITUDE AMBIENTAL LTDA presente na sessão do pregão eletrônico apresentou sua intenção de recurso pautada no fundamento de que há protocolo válido perante a SEMADUR (SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA) requerendo a renovação da licença em tempo hábil para a empresa filial, sediada em Campo Grande/MS.

### **III – DA LICENÇA DE OPERAÇÃO EXPEDIDA PELA SEMADUR – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA**

Como já exposto, a empresa recorrente foi desclassificada para o lote pelo qual concorria pois não apresentou Licença de Operação VÁLIDA e/ou não apresentou declaração de trâmite de renovação atualizada, conforme item 12.7.5, que assim dispõe:

12.7.5 - Licença de Operação, da proponente, emitida pelo órgão ambiental competente para tratamento dos resíduos objeto da licitação;

Ocorre que, a empresa recorrente protocolou o pedido de renovação da licença de operação no órgão ambiental responsável – **SEMADUR, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO E AGUARDA ATÉ O PRESENTE MOMENTO A DECISÃO DEFINITIVA DO ÓRGÃO PARA A CONCESSÃO DA LICENÇA.**

Ora Ilustre Comissão, a empresa está condicionada a aguardar o trâmite que o próprio órgão conduz, não pode interferir nas questões internas para agilizar o procedimento, ou seja, necessita aguardar a decisão definitiva do órgão sobre a renovação da licença.

Ademais, é imperioso trazer ao conhecimento de vossas senhorias que diversas empresas sediadas em Campo Grande/MS que dependem de licenciamento perante o órgão ambiental SEMADUR estão na mesma situação que a empresa



recorrente, aguardando a decisão definitiva e a emissão da renovação da Licença de Operação de suas empresas. Contudo, tampouco podem dirigir-se até o órgão ambiental pressionarem pela decisão.

O que a empresa recorrente vem fazendo desde o protocolo do pedido de renovação é cumprir com as exigências e condicionantes já solicitadas. Como exemplo do alegado e que demonstra claramente **QUE A EMPRESA ESTÁ EM PROCESSO DE RENOVAÇÃO** são os ofícios emitidos pelo órgão SEMADUR solicitando andamento junto à empresa.

Conforme o COMUNICADO nº 0386/GFLA/2022 recebido em 08 de abril de 2022, o órgão SEMADUR exige complementações do processo. A empresa protocolou as documentações solicitadas no dia 02 de maio de 2022. Em reunião presencial com o órgão ambiental no dia 24 de agosto de 2022, foi solicitado um novo teste de queima.

A empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA – filial de Campo Grande/MS – buscou empresa responsável por esse teste e conseguiu agenda-lo para o dia 06 de fevereiro de 2023, o qual foi comunicado ao órgão ambiental, por meio de ofício no dia 17 de janeiro de 2023, conforme orientado pelo responsável pelo setor. O teste de queima foi realizado, segundo contrato 2022/2377 R3, em anexo.

Veja Comissão, a empresa não está inerte frente à demora e cumpre com todas as exigências solicitadas pelo órgão, mas não pode ser penalizada – como está sendo – por não conter o documento/a licença final pois o órgão ainda não se manifestou.

Nesse caso em específico, a empresa apresentou toda a documentação pertinente e cumpriu com todos os itens do edital, mas está sendo penalizada, contraditoriamente ao que dispõe a legislação ambiental e à própria declaração do órgão ambiental.

Penalizar a empresa nessa situação é um disparate e uma afronta ao Princípio da Legalidade, princípio esse que é basilar em qualquer procedimento



licitatório, devendo ser respeitado em qualquer fase. Contudo, não é o que estamos apreciando no presente caso.

Uma rápida busca pela internet nos traz um conceito simples e elucidativo sobre o que é o Princípio da Legalidade, vejamos:

“O princípio da legalidade diz que as licitações devem sempre seguir as regras e normas estabelecidas através da legislação brasileira.

Hoje, as licitações no Brasil devem seguir o que diz a Nova Lei de Licitações, a Lei no 14.133/21. Quando necessário, a lei é complementada através de outras leis, decretos e normas.

**O princípio da legalidade, portanto, diz que os processos licitatórios devem sempre seguir o que diz a lei e os seus complementos em vigor no país.” – grifo nosso.**

Oportunamente já fora apresentada manifestação da empresa recorrente à Pregoeira sobre a declaração de trâmite, porém não fora levada em consideração, mas **HÁ LEI DISPONDO SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA ATÉ QUE O ÓRGÃO PARA O QUAL SE SOLICITA A RENOVAÇÃO SE MANIFESTE DEFINITIVAMENTE, CONCEDENDO OU NÃO A RENOVAÇÃO.**

Se há lei deve ser seguida até mesmo e principalmente dentro das fases do certame público, o que não vislumbramos nesse caso, pois há lei e a Pregoeira simplesmente a ignora.

Nos atentamos a todo o caminho percorrido pela empresa até o presente momento.

Em 2020 a empresa verifica que sua Licença de Operação para Coleta, transporte, tratamento por incineração e disposição final de resíduos de serviço e saúde e resíduos classe I e II teria seu prazo expirado. Tendo isso em vista, solicitou a renovação da sua licença de operação junto à SEMADUR, secretaria responsável pela sua emissão.



O Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. (Resolução CONAMA N°. 237/1997, art. 1º, inciso I).

A renovação de licença ambiental deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade – no caso do órgão ambiental SEMADUR 80 dias úteis, ficando automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

O site da SEMADUR disponibiliza em campo próprio “Perguntas Frequentes” algumas respostas para o impasse.

A pergunta que nos interessa é a seguinte:

7. Como faço para renovar minha licença ambiental de operação (LO ou LAS)?

A solicitação de renovação da Licença de Operação – LO ou da Licença Ambiental Simplificada – LAS O deverá ser requerido **com antecedência mínima de 80 dias úteis** da respectiva data de vencimento da licença, **ficando automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do Órgão Ambiental Municipal.**

Para tanto o interessado deverá providenciar a documentação elencada no ANEXO I, ITEM J – RENOVAÇÃO OU PRORROGAÇÃO DE LICENÇAS E/OU AUTORIZAÇÕES e protocolar na mesa de atendimento de senha K, na Central de Atendimento ao Cidadão. – grifo nosso. Disponível em: [\(https://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/perguntas-frequentes/\)](https://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/perguntas-frequentes/)

A empresa recorrente por meio da sua filial cumpriu exatamente o que está previsto acima. Encaminhou responsável até a Central de Atendimento e



protocolou o pedido de renovação da licença. **E VEJA ILUSTRE COMISSÃO, o próprio órgão em local público (site) AFIRMA QUE A LICENÇA DE OPERAÇÃO FICA COM A SUA VIGÊNCIA AUTOMATICAMENTE PRORROGADA ATÉ A MANIFESTAÇÃO DEFINITIVA DO ÓRGÃO.**

A licença de operação perdia sua validade em 08/09/2020 e o pedido de renovação foi realizado pessoalmente em 18/05/2020, ou seja, **A RENOVAÇÃO DA LICENÇA FOI REQUERIDA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 80 DIAS ÚTEIS DA DATA DE EXPIRAÇÃO DA LICENÇA,** cumprindo com o que dispõe o Decreto 14.114/2020, veja-se:

*Art. 24. Serão adotados os seguintes prazos pertinentes às Licenças Ambientais Municipais:*

*§2º A solicitação da renovação da LO deverá ser requerida com antecedência mínima de 80 dias úteis da respectiva data de vencimento da licença, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do Órgão Ambiental Municipal. Após avaliação do desempenho ambiental do empreendimento e/ou atividade durante o período de vigência anterior, a renovação poderá ocorrer por um prazo de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.*

Em resumo, a parte que cabia à empresa recorrente **FOI DEVIDAMENTE CUMPRIDA,** o que falta é a decisão do órgão público que não possui prazo para se manifestar, erroneamente a legislação ambiental não obrigou o órgão a se manifestar em prazo hábil, ficando todas as empresas, inclusive a recorrente, aguardando até que seu empreendimento tenha a licença renovada.

**Antecedendo alguns questionamentos, a empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA utiliza a declaração de trâmite como documento a indicar a sua ligação com o órgão ambiental, pois é nela que está incluída todas as informações: que fora requerido dentro do prazo indicado, que o processo de renovação está em trâmite e que o prazo está prorrogado até decisão definitiva do órgão.**



**Além dos motivos acima, a declaração de trâmite nº 094/2020 foi justamente emitida para substituir o protocolo/requerimento, outra razão para sua emissão não há.**

Veja Srs. que a única atitude a ser tomada por uma empresa quando verificar a expiração de sua licença é protocolar o pedido de renovação e aguardar a publicação de sua nova licença e, enquanto isso, para não ficar sem documentação, o protocolo é considerado válido para apresentação perante os outros órgãos, licitações e/ou questões particulares.

É imperioso ressaltar que após o pedido de renovação, a licença vigente continuará válida no ínterim em que o órgão fiscalizador estiver analisando a documentação ainda que ultrapasse o prazo do órgão — isto se chama prorrogação automática e garante tranquilidade à empresa para que suas atividades não precisem ser paralisadas durante o processo de renovação.

**PORTANTO, O ENTENDIMENTO PREVALECENTE É DE QUE O PRAZO DE VENCIMENTO FICA AUTOMATICAMENTE PRORROGADO ATÉ A MANIFESTAÇÃO DEFINITIVA DO ÓRGÃO AMBIENTAL.**

Não há razão para a recusa de protocolo de renovação ou Declaração de Trâmite quando o mesmo estiver dentro do prazo estabelecido para pedido, pois esse protocolo é fornecido pelo próprio órgão expedidor da Licença. Caso assim não fosse, o órgão não conseguiria dar fluxo em seus procedimentos administrativos devendo emitir uma nova licença tão logo vencesse a licença para cada empresa.

Inclusive se faz necessário informar que a própria administração licitante – HUOP – utilizou por mais de 02 anos a declaração de trâmite nº 094/2020 para comprovar a regularidade da prestação de serviços frente à diversos outros órgãos, como por exemplo a Vigilância Sanitária. Ou seja, a própria licitante sabe da validade da declaração, mas nesse procedimento licitatório a ignora mesmo que ainda a utilize, pois, a empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA ainda presta serviços para a administração licitante.





Ademais, não seria certo essa Comissão de Licitação pecar pelo formalismo excessivo quando há um pedido protocolado dentro do prazo informado para tal juntamente com uma Declaração de Trâmite de Renovação, conforme a já apresentada pela empresa.

Além da empresa estar dentro da legalidade também está amparada pela **DECLARAÇÃO DE TRÂMITE Nº 094/2020** já mencionada, emitida em 11 de dezembro de 2020, conforme abaixo:

“Declaramos para os devidos fins que a empresa denominada ATITUDE AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 07.075.504/0005-43, localizada na Avenida Eng. Annes Salim Saad nº 479 – Polo Empresarial Oeste, possui em tramitação nesta Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, o Processo de Renovação de Licenciamento Ambiental nº 63397/2009-99 ATITUDE AMBIENTAL LTDA CNPJ: 07.075.504/0001-10 Estrada Principal, S/N, Linha São Roque, CEP: 85.660-000 Dois Vizinhos/PR Tel. Contato: (46) 3536-5078 para a atividade de “Coleta, transporte, tratamento por incineração e disposição final de resíduos de serviço e saúde e resíduos classe I e II – capacidade de queima 4.800 kg/dia”, **cujo requerimento de renovação da licença ambiental foi requerido dentro da antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, ficando assim na forma da legislação vigente (Artigo 18, parágrafo 4º da Resolução CONAMA nº237 de 19/12/2007) prorrogado tal prazo até a manifestação definitiva desta Secretaria”** – grifo nosso.

Assim temos que:

- a) A empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA – filial de Campo Grande/MS requereu a renovação com antecedência mínima de 80 dias úteis da expiração do prazo de vigência da licença;
- b) A empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA – filial de Campo Grande/MS está amparada pela RESOLUÇÃO CONAMA nº237/1997 – Artigo 18, §4º;
- c) A empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA - filial de Campo Grande/MS está amparada pelo DECRETO Nº 14.114 DE 06 DE JANEIRO DE 2020;



d) A empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA – filial de Campo Grande/MS está amparada pela LC 140/2011 - Artigo 14, §4º;

e) A empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA – filial de Campo Grande/MS está amparada pela Declaração de Trâmite de Renovação nº 094/2020 emitida pela SEMADUR, órgão responsável pelo licenciamento ambiental da atividade.

Diante do exposto temos claro que a empresa está legalmente enquadrada em todas as disposições que versam sobre o tema “licenciamento ambiental” e que não deve ser desclassificada por não possuir a licença quando tem protocolo válido, declaração de trâmite e com os prazos prorrogados até decisão definitiva do órgão emitente conforme a legislação.

A desclassificação foi em razão do prazo que supostamente foi informado pela SEMADUR à pregoeira, vejamos:

*“Para ATITUDE AMBIENTAL LTDA - sendo que em diligência junto a SEMADUR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - MS, a declaração de tramite tem validade de 90 dias, estando vencida à apresentada pois está datada em 11/12/2020 e a empresa não solicitou uma atualizada. (17/02/2023 11:48:45)”*

Muito nos espanta tal contato ter sido de forma tão rápida visto que o órgão demora dias para retornar as solicitações feitas. Superada tal constatação, nos atentemos ao seguinte: **A DECLARAÇÃO DE TRÂMITE Nº 094/2020 NÃO POSSUI DATA DEFINIDA PARA SUA VALIDADE.**

A empresa revisou diversas vezes a declaração e nela **NÃO CONSTA DATA PARA EXPIRAÇÃO DE SUA VALIDADE.** Soma-se a isso o fato de que a empresa participa de diversas licitações em todas as regiões do país e jamais fora desclassificada em qualquer certame por utilizar tal declaração para operação de suas atividades. Ademais, sequer foi comunicada à complementar ou dar maiores explicações acerca de sua validade, **POIS QUANDO NÃO HÁ PRAZO ENTENDE-SE QUE SUA VALIDADE É POR TEMPO INDETERMINADO.**



Porém, após avaliarmos a desclassificação chegamos a um consenso Ilustre Comissão: há sim prazo para expiração da declaração de trâmite. O prazo para a expiração da validade da Declaração de Trâmite nº 094/2020 é “**até a manifestação definitiva desta Secretaria**”.

Até a manifestação definitiva da SEMADUR a empresa está com sua licença com o prazo prorrogado **E VIGENTE E VÁLIDA** para todos os efeitos legais. Desclassificar uma empresa apta em realizar o objeto da licitação, penalizando-a pela mora do órgão público em emitir a licença é violar o Princípio Constitucional da Legalidade que deve prevalecer no certame!

Ressaltamos que a empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA, proponente e ora recorrente presta seus serviços a diversos tomadores, **INCLUSIVE PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ POR DIVERSOS ANOS**, e jamais teve problema com a documentação e licenciamento da operação em Campo Grande/MS. Contudo, o que nos parece é que há um direcionamento à empresa OURO VERDE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES LTDA, que certamente será combatido pela Ilustre Comissão.

A nova declaração de trâmite nº 055/2023 emitida pelo órgão SEMADUR - após diversas diligências presenciais diante da descabida desclassificação - está datada de 24 de fevereiro de 2023 e corrobora com o entendimento acima de que a declaração de trâmite nº 094/2020 não possuía prazo de validade pois nessa nova declaração há o prazo definido e grifado. Então, sem definição de prazo entendemos que era indeterminado o prazo de expiração da validade da declaração 094/2020.

Portanto, considerando que a empresa atende perfeitamente a qualificação técnica e dispõe de toda a documentação exigida pelo Edital, requer o recebimento das presentes razões a fim de encerrar a questão e declarar a empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA habilitada e classificada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0088/2023.

Por outro vértice, a empresa Recorrente buscará tomar as medidas judiciais cabíveis, e a responsabilização do agente imparcial para que o mesmo seja



punido exemplarmente, para que não reitere nos atos de direcionamento de procedimento licitatório, causando prejuízo ao erário, caso esta decisão não seja revista dentro dos ditames legais.

#### **IV – DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA OURO VERDE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES LTDA**

É importante ressaltar que a Comissão de Licitação deverá ter a mesma imparcialidade na análise da documentação da empresa OURO VERDE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES LTDA que utilizou na análise da documentação da empresa Atitude Ambiental Ltda.

Isso porque, não utilizar a mesma régua de análise acarretaria frustração ao caráter competitivo da licitação, pois as demais empresas estariam apenas como figurantes em um certame já direcionado que possuía uma determinada empresa vencedora desde a convocação pelo Edital.

É sabido que é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**

Ora Ilustre Comissão, todos os documentos deveriam constar juntamente com a proposta e não após a Pregoeira solicitar a documentação a empresa encaminhar novos documentos que sequer foram mencionados na fase oportuna.

No presente caso, a documentação referente à subcontratação dos serviços de disposição final com a empresa OCA AMBIENTAL – vínculo



entre SANCRISTO e OCA AMBIENTAL não estavam com a proposta original. Somente no dia 23 de fevereiro de 2023 a empresa OURO VERDE “complementou” a documentação com tal subcontratação.

**Sabidamente a empresa OURO VERDE acrescentou a nova documentação com outra empresa, totalmente alheia a documentação originalmente apresentada, qual seja, a OCA AMBIENTAL pois identificou que a empresa SANCRISTO (a subcontratada inicial) estava com sua licença de operação na iminência de vencimento e sem apresentação de protocolo ou declaração de trâmite válida.**

Ou seja, seria desclassificada pelas mesmas razões da desclassificação da empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA.

Mesmo que se queira argumentar que o certame não está direcionado é evidente que algo ocorreu pela seguinte fala da Pregoeira, em 23/02/2023 às 10:07h:

*“Para OURO VERDE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES LTDA - Solicito ainda, no prazo de 2 (duas) horas a partir da convocação da pregoeira: Empresa não apresentou a disposição final de resíduos do grupo A3 à A5 (serviço de incineração).”*

Nos atentamos ao seguinte trecho: “Empresa não apresentou a disposição final de resíduos do grupo A3 à A5 (serviço de incineração)”. Isto significa que a empresa OURO VERDE não apresentou empresa subcontratada para disposição dos resíduos que são parte do objeto do certame. NÃO APRESENTAR significa que o documento não estava disposto no procedimento licitatório em fase oportuna e que à empresa foi liberada a inclusão de DOCUMENTAÇÃO NOVA na fase de complementação, o que é vedado pela legislação.

O que nos causa estranheza e indignação não é o fato da Pregoeira solicitar documentação complementar, pois isso é legalmente possível, mas para



SANAR ALGUM ERRO OU DÚVIDA QUE RESTOU NA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO INICIAL.

Após a análise dessa NOVA DOCUMENTAÇÃO a Pregoeira classificou a empresa OURO VERDE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES LTDA.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.

Vejamos o que dispõe a Lei de Licitações em seu Artigo 64:

*Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:*

*I – **complementação** de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;*

*II – **atualização** de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.*

*§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.*



O dispositivo reproduz **a vedação expressa à inclusão de novos documentos**, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

O próprio TCU se manifestou sobre o assunto em recente decisão e afirma que as diligências devam ocorrer sobre documentação já incluída no certame para suprir dúvida ou falha:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. [...] **O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes**, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.





A doutrina também se posiciona nesse sentido, vejamos:

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, Afinal, a finalidade das diligências: *“reside em dissipar dúvida razoável suscitada pela informação ou documento anteriores, no que estão, pois, embutidas as seguintes ideias: a) o documento ou informação já devem constar do processo, se demandados pelo edital; b) o teor do documento ou informação é propiciatório de mais de uma inteligência - e não, pois apenas de uma inteligência”*.

Aceitar documentos novos apresentados por licitante após a fase de habilitação e apresentação de propostas significa fazer tábula rasa da impessoalidade, da isonomia e da objetividade do julgamento.

Ou seja, a Pregoeira poderia ter diligenciado junto à documentação já apresentada pela empresa a sua complementação ou atualização, mas não permitir a inclusão de documentos novos. **Ademais, a condição do vínculo entre SANCRISTO e OCA AMBIENTAL pelos documentos acostados era pré-existente ao certame e poderia ter sido apresentada juntamente com a proposta original na fase de habilitação.**

Certamente não foi apresentado, em legítima má-fé pela empresa OURO VERDE pois a licença de operação da empresa SANCRISTO está com seu prazo de validade se expirando e sequer foi apresentado protocolo ou declaração de trâmite.

Portanto, requer a desclassificação da empresa OURO VERDE COLETA DE RESÍDUOS LTDA por incluir documentação nova no procedimento licitatório após a fase oportuna.





## **V – DA LIMITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA – DO DIRECIONAMENTO DO EDITAL**

Versa a Lei 8.666/93 em seu artigo 3º, §1º, inciso I que é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Qualquer cláusula que favoreça, limite, exclua, prejudique ou de qualquer modo fira a impessoalidade exigida do gestor público poderá recair sobre a questão da restrição de competição. Conforme o Tribunal de Contas, não se admite a discriminação arbitrária na seleção do contratante, sendo insuprível o tratamento uniforme para situações uniformes, tendo em vista que a licitação se destina a garantir não só a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, como também a observância do princípio constitucional da isonomia. Acórdão 1631/2007 Plenário (Sumário).

Admitir documentação nova apresentada por concorrente durante a fase de complementação é tratar os licitantes de forma diferenciada, visto que a um é oportunizado acrescentar documentação nova em fase inoportuna enquanto a outro, plenamente habilitado e com a documentação técnica em dia conforme preconiza a legislação lhe é aplicada a desclassificação do certame.

A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, tendo em vista que perquire a proposta mais vantajosa. No âmago do administrador deve estar arraigado este princípio. Qualquer conduta que restrinja a competitividade, quando possível, é passível de impugnação pelos interessados, inclusive regra de obrigatoria fiscalização pelos órgãos de controle.



Veja Ilustre Comissão que o que se pretende combater é o tratamento diferenciado que está sendo evidenciado no presente certame! A empresa OURO VERDE possui valores muito superiores comparado com a empresa inicialmente vencedora – ATITUDE AMBIENTAL LTDA – e ainda apresenta documento novo em fase não permitida e mesmo assim sagra-se classificada para o lote. Isso é uma afronta clara ao Princípio da Isonomia! Claramente o certame está sendo direcionado a esta empresa!

Ressaltamos que além do Princípio da Legalidade ter sido desconsiderado no presente certame o Princípio da Isonomia também está, pois está sendo concedido tratamento desigual aos dois licitantes concorrentes do lote.

Como já dito, permitir documentação nova em fase de complementação não é permitido pela legislação. A inclusão de documentação deve ser para COMPLEMENTAR alguma documentação já inclusa, mas que para a Pregoeira e demais integrantes da comissão restou alguma dúvida ou subsistiu algum erro que deva ser sanado por meio da diligência de complementação.

É importante enfatizarmos tal situação, pois a empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA está com toda a documentação técnica VÁLIDA e fora desclassificada. Ora Comissão, o mesmo deve ocorrer com a empresa OURO VERDE para garantir a legítima concorrência, a aplicação do Princípio da Isonomia e da Legalidade no certame, pois é vedada a inclusão de documentação nova em fase complementar.

Sob esse enfoque, oportuno destacar que o direcionamento em certames licitatórios é assunto diuturnamente tratado pelo Tribunal de Contas da União, que em sua função maior de fiscalizador da atividade administrativa, já decidiu reiteradas vezes a respeito do assunto. Nesse sentido, vale trazer à baila um de seus julgados sobre a matéria, *in verbis*:



“(…) 9. Postos esses fatos, em especial os que demonstram possibilidade de direcionamento da concorrência em tela, é de reconhecer o *fumus boni iuris* nas ponderações apresentadas pela Unidade Técnica. De notar que o prosseguimento do certame poderá causar prejuízos ao Erário, haja visto que, em princípio, o edital não observa os princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da isonomia entre os licitantes, uma vez que há indícios de favorecimento à empresa Politec Ltda. Ressalta-se, adicionalmente, o elevado valor envolvido – cerca de R\$ 8.670.000,00 ( oito milhões,seiscentos e setenta mil reais).” ( Decisão 819/2000 – Plenário)

“Assim, em suma, observamos que não foram suficientemente ilididos os questionamentos em tela, podendo-se concluir pela responsabilidade da presidente (como de todos os membros) da CLP, por agir de forma ao menos omissiva, permitindo que houvesse o direcionamento, o sobrepreço e o favorecimento questionados. Por isso, sujeita-se a responsável à multa prevista no art. 43, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, na proporção, opinamos, de 15% ( RI-TCU, art. 220, inc. III).”(ACÓRDÃO Nº 105/2000 – TCU – Plenário AC-0105-20/00-P)”

O prejuízo para a administração é claro pois a empresa OURO VERDE não apresentou a proposta mais vantajosa e é justamente isso que traz hesitação à essa empresa recorrente quanto à imparcialidade da Pregoeira, admitindo documentação alheia apresentada inicialmente.

A empresa OURO VERDE, além de incluir documentação nova sendo tal atitude vedada, apresentou proposta em valor muito superior ao ofertado pela empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA, o que certamente trará prejuízos ao erário.

A administração incorre em grave falta quanto princípio da isonomia, princípio basilar no ordenamento jurídico que rege os processos administrativos e



licitatórios. Portanto, deve-se considerar que o processo esteja direcionado, pois ferindo a isonomia e a impessoalidade o mesmo direciona o certame.

Reforça-se, portanto, o fato de que todos que se submetem à Lei nº. 8.666/93, à Lei nº. 10.520/02, ao Decreto nº. 5.450/05 e à Constituição Federal restam incondicionalmente vinculados a tais diplomas; e, também, aos entendimentos consolidados pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, que estabelece as balizas e diretrizes hermenêuticas para todo esse arcabouço normativo. Portanto, não apenas os licitantes restam vinculados, mas também (e principalmente) a Administração Pública sob pena de responderem por um Processo Administrativo, cível ou criminal.

Portanto, Ilustre Pregoeira, não faltam motivos – de fato e de direito – para que Vossa Senhoria reconsidere *vosso decísum*, no sentido de desclassificar a empresa OURO VERDE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES LTDA e declarar a empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA a verdadeira empresa habilitada e classificada para o lote, a fim de garantir vantagem para a Administração Pública em contratar uma empresa idônea, com melhor proposta e documentação técnica válida.

## VI – DOS PEDIDOS

Isto posto, diante da tempestividade destas razões, requer seja julgado totalmente **PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA, para fins de declará-la habilitada para o certame e classificada para o lote pelo qual concorre.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.



Dois Vizinhos - PR, 02 de março de 2023.

---

**ATITUDE AMBIENTAL LTDA**





PROCESSO N°: 63397/2009-99  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

## COMUNICADO N° 0386/GFLA/2022

Em atenção ao pedido de renovação de licença ambiental de operação referente ao Processo N° 63397/2009-99 em nome de **Atitude Ambiental LTDA**, comunicamos que, considerando o pedido de renovação de Licença de Operação e alteração da razão social, se faz necessário apresentar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento deste, as seguintes complementações:

1. Anotação de Responsabilidade Técnica de Camila Fredo, responsável pela elaboração e apresentação do relatório referente ao período de 2021, em atendimento à condicionante específica n. 5 da LO n. 03.400/2016.
2. Informamos que o Laudo Técnico de Avaliação de Emissões Atmosféricas de Fonte Fixa apresentado na data de 07 de janeiro de 2022 não foi aceito, visto que já havia sido apresentado e analisado anteriormente. Dessa forma, apresentar relatório referente ao ano de 2022, conforme especificado na condicionante específica n. 6 da LO n. 03.400/2016.
3. Referente ao sistema de tratamento de efluentes:
  - 3.1. Solicitamos detalhamento de todo o sistema de tratamento de efluentes, visto que é divergente daquele apresentado quando da emissão da LO n. 03.400/2016, no qual os efluentes domésticos seriam encaminhados para tratamento biológico e os efluentes industriais seguiriam para tratamento físico-químico;
  - 3.2. Apresentar justificativas técnicas, parâmetros e informações pertinentes sobre a escolha da tecnologia apresentada, visto que o único produto a ser utilizado em todo o tratamento será o hidróxido de sódio;
  - 3.3. Dimensionamento de todos os dispositivos, indicando vazões, contribuições, detalhes construtivos e quantificações dos efluentes, do lodo e da água, comprovando o atendimento do sistema à demanda de efluentes gerada;
  - 3.4. Esclarecimentos quanto ao sistema de pré-tratamento dos efluentes domésticos, no qual foi informada a utilização de dois reservatórios enterrados. Apresentar memorial descritivo e de cálculo do sistema;
  - 3.5. Informamos que na fl. 5152 foi indicada passagem do efluente de lavagem dos caminhões para a caixa SAO seguindo para um tratamento não especificado;
  - 3.6. Reavaliar dimensionamento da caixa SAO conforme NBR 14605 da ABNT;
  - 3.7. Apresentar justificativas técnicas/ referências bibliográficas para adoção dos parâmetros do tempo de detenção hidráulica e da velocidade ascensional para o cálculo da caixa SAO.
4. Com relação à drenagem de águas pluviais:
  - 4.1. Reavaliar proposta para drenagem de águas pluviais considerando os parâmetros adotados no Decreto Municipal 12.680/2015, Plano Diretor de Drenagem de Campo Grande, contemplando duração da chuva de 1h e tempo de retorno de 10 anos.
  - 4.2. Projeto de drenagem de águas pluviais indicando seu encaminhamento. Informamos que a tubulação indicada na prancha da fl. 4873 na cor azul refere-se a "água de tratamento", não havendo indicações para águas pluviais.
  - 4.3. Apresentar memorial descritivo e de cálculo atestando a capacidade do sistema de tratamento de efluentes considerando a contribuição pluvial Caso haja desconexão do sistema de drenagem ao sistema de tratamento de efluentes, apresentar descritivo e projetos atualizados.

*Handwritten signature*





PROCESSO Nº: 63397/2009-99

Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

**COMUNICADO Nº 0386/GFLA/2022**

5. Solicitamos a apresentação de Plano de Teste de Queima em conformidade com a RESOLUÇÃO CONAMA nº 316 de 2002, tendo em vista pedido de renovação da Licença de Operação:
  - 5.1. Apresentar itens conforme Anexo II da referida Resolução;
  - 5.2. O empreendedor fixará a data para o Teste de Queima, em comum acordo com o órgão ambiental, que acompanhará todas as operações do teste.
6. Apresentar responsável técnico pelo funcionamento (gerenciamento da operação, manutenção e controle do sistema de tratamento térmico), devidamente habilitado para este fim, com registro de responsabilidade técnica no órgão profissional competente, conforme dispõe o Art. 28, Resolução CONAMA nº 316 de 29/10/2002;
7. Apresentar certificado de tratamento térmico atestando o cumprimento das condicionantes da licença emitido pelo responsável pelo sistema de tratamento térmico, conforme inciso IV da CONAMA nº 316 de 29/10/2002;
8. Avaliar se o sistema de monitores contínuos e seus registradores estão instalados, calibrados e em condição de funcionamento referente aos seguintes parâmetros: monóxido de carbono (CO), oxigênio (O<sub>2</sub>), temperatura e pressão do sistema forno, taxa de alimentação do resíduo e parâmetros operacionais dos ECPs, em conformidade com o artigo 37 da CONAMA nº 316 de 29/10/2002;
9. Cronograma de obras, caso necessário.
10. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico pelos estudos e projetos apresentados.

Fica concedido prazo de **15 (quinze) dias úteis** para atendimento ao Comunicado, a contar da data de recebimento, onde o seu não atendimento, **integral e satisfatório**, poderá implicar em sanções legais cabíveis, indeferimento e arquivamento do pedido.

Ressaltamos que as informações solicitadas são necessárias e imprescindíveis para a análise, aprovação e consequente emissão de eventual(ais) licença(s), e que outras informações que julgar importantes e/ou necessárias podem ser apresentadas a fim de dar celeridade à análise técnica.

Informamos também que a análise da solicitação está interrompida até o atendimento deste comunicado. Dependendo das informações apresentadas, novas complementações poderão ser exigidas.

Atenciosamente,

Campo Grande, 06 de abril de 2022.

*Karen Tokeshi Tiguman*  
**Karen Tokeshi Tiguman**  
Auditora Fiscal de Meio Ambiente  
GFLA/SUFGA/SEMADUR

À  
Atitude Ambiental LTDA  
Nesta

RECEBI EM	08 / 04 / 2022
HORA	_____ : _____
NOME:	<i>Enayid Pangel Martin</i>
ASSINATURA:	_____



PROCESSO N° 63397/2009-99  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fis. \_\_\_\_\_

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

**COMUNICADO N° 0386/GFLA/2022**

Em atenção ao pedido de renovação de licença ambiental de operação referente ao Processo N° 63397/2009-99 em nome de **Atitude Ambiental LTDA**, comunicamos que, considerando o pedido de renovação de Licença de Operação e alteração da razão social, se faz necessário apresentar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento deste, as seguintes complementações:

1. Anotação de Responsabilidade Técnica de Camila Fredo, responsável pela elaboração e apresentação do relatório referente ao período de 2021, em atendimento à condicionante específica n. 5 da LO n. 03.400/2016.
2. Informamos que o Laudo Técnico de Avaliação de Emissões Atmosféricas de Fonte Fixa apresentado na data de 07 de janeiro de 2022 não foi aceito, visto que já havia sido apresentado e analisado anteriormente. Dessa forma, apresentar relatório referente ao ano de 2022, conforme especificado na condicionante específica n. 6 da LO n. 03.400/2016.
3. Referente ao sistema de tratamento de efluentes:
  - 3.1. Solicitamos detalhamento de todo o sistema de tratamento de efluentes, visto que é divergente daquele apresentado quando da emissão da LO n. 03.400/2016, no qual os efluentes domésticos seriam encaminhados para tratamento biológico e os efluentes industriais seguiriam para tratamento físico-químico;
  - 3.2. Apresentar justificativas técnicas, parâmetros e informações pertinentes sobre a escolha da tecnologia apresentada, visto que o único produto a ser utilizado em todo o tratamento será o hidróxido de sódio;
  - 3.3. Dimensionamento de todos os dispositivos, indicando vazões, contribuições, detalhes construtivos e quantificações dos efluentes, do lodo e da água, comprovando o atendimento do sistema à demanda de efluentes gerada;
  - 3.4. Esclarecimentos quanto ao sistema de pré-tratamento dos efluentes domésticos, no qual foi informada a utilização de dois reservatórios enterrados. Apresentar memorial descritivo e de cálculo do sistema;
  - 3.5. Informamos que na fl. 5152 foi indicada passagem do efluente de lavagem dos caminhões para a caixa SAO seguindo para um tratamento não especificado;
  - 3.6. Reavaliar dimensionamento da caixa SAO conforme NBR 14605 da ABNT;
  - 3.7. Apresentar justificativas técnicas/ referências bibliográficas para adoção dos parâmetros do tempo de detenção hidráulica e da velocidade ascensional para o cálculo da caixa SAO.
4. Com relação à drenagem de águas pluviais:
  - 4.1. Reavaliar proposta para drenagem de águas pluviais considerando os parâmetros adotados no Decreto Municipal 12.680/2015, Plano Diretor de Drenagem de Campo Grande, contemplando duração da chuva de 1h e tempo de retorno de 10 anos.
  - 4.2. Projeto de drenagem de águas pluviais indicando seu encaminhamento. Informamos que a tubulação indicada na prancha da fl. 4873 na cor azul refere-se a "água de tratamento", não havendo indicações para águas pluviais.
  - 4.3. Apresentar memorial descritivo e de cálculo atestando a capacidade do sistema de tratamento de efluentes considerando a contribuição pluvial Caso haja desconexão do sistema de drenagem ao sistema de tratamento de efluentes, apresentar projeto de projetos atualizados.

**RECEBIDO**

Em 02 / 05 / 2022

Rúbrica *Lucas Sauer*



Proc: 63397/2009-99

A

Prefeitura Municipal de Campo Grande - PMCG

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano -  
SEMADUR

Superintendência de Fiscalização e Gestão Ambiental - SUFGA

Gerencia de Fiscalização e Licenciamento Ambiental - GFLA

**REF: INFORMAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO TESTE DE QUEIMA**

O empreendimento denominado **ATITUDE AMBIENTAL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 07.075.504/0005-43, localizada na Avenida Engenheiro Annes Salim Saad, Quadra 12, Lote 17, Polo Empresarial Oeste, na cidade de Campo Grande, neste ato representado pela Técnica Responsável, Ingrid Sayegh Martins, engenheira sanitaria e ambiental e engenheira de segurança do trabalho, CREA/MS nº 20919/D, vem pelo presente informar que o teste de queima solicitado no dia 23 de dezembro de 2022 deve ser ignorado, a nova data será no dia 06 de fevereiro de 2023 na empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA.

Campo Grande, MS, 10 de janeiro de 2023

Ingrid Sayegh Martins

Ingrid Sayegh Martins

Engenheira Sanitarista e Ambiental

Engenheira de Segurança do Trabalho

CREA/MS 20919-D

Contato: (67) 992638091

<b>RECEBIDO</b>	
EM:	17/01/23
AS:	13:25 hs
NOME:	
ASSINATURA:	

Ana Paula Segovia Araujo  
Assistente Administrativo II  
CPAV/SUFGA/SEMADUR

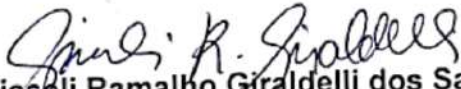


PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E  
GESTÃO URBANA  
Estado de Mato Grosso do Sul

## DECLARAÇÃO DE TRÂMITE Nº 094/2020

Declaramos para os devidos fins que a empresa denominada **ATITUDE AMBIENTAL LTDA**, CNPJ nº 07.075.504/0005-43, localizada na Avenida Eng. Annes Salim Saad nº 479 – Polo Empresarial Oeste, possui em tramitação nesta Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, o Processo de Renovação de Licenciamento Ambiental nº **63397/2009-99** para a atividade de "Coleta, transporte, tratamento por incineração e disposição final de resíduos de serviço e saúde e resíduos classe I e II – capacidade de queima 4.800 kg/dia", cujo requerimento de renovação da licença ambiental foi requerido dentro da antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, ficando assim na forma da legislação vigente (Artigo 18, parágrafo 4º da Resolução CONAMA nº 237 de 19/12/2007) prorrogado tal prazo até a manifestação definitiva desta Secretaria.

Campo Grande, MS, 11 de dezembro de 2020.

  
**Gisseli Ramalho Giraldele dos Santos**  
Superintendente de Fiscalização e  
Gestão Ambiental/SUFGA/SEMADUR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E  
GESTÃO URBANA  
Estado de Mato Grosso do Sul

## DECLARAÇÃO DE TRÂMITE Nº 055/2023

Declaramos para os devidos fins que a empresa denominada **Atitude Ambiental Ltda**, localizada na Avenida Engenheiro Annes Salin Saad, nº 479 – Polo Empresarial Oeste, Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul – CNPJ 07.075.504/0005-43, possui em tramitação nesta Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, o Processo de Renovação de Licenciamento Ambiental nº **63397/2009-99** para a atividade de: **Tratamento e disposição de resíduos perigosos e coletas de resíduos perigosos**, cujo requerimento de renovação da LO 03.400/2016 foi requerida com antecedência mínima de 80 dias úteis da respectiva data de vencimento da licença, ficando automaticamente renovada até a manifestação definitiva do Órgão Ambiental Municipal. Após avaliação do desempenho ambiental do empreendimento e/ou atividade durante o período de vigência anterior, a renovação poderá ocorrer por um prazo de 4 (quatro) a 10 (dez) anos (**DECRETO n. 14.114, DE 6 DE JANEIRO DE 2020**). **Esta declaração tem validade de 90 (noventa) dias corridos, após o recebimento da mesma.**

Campo Grande – MS, 24 de fevereiro de 2023.

Caio Brito Peres

Gerente de Fiscalização e Licenciamento Ambiental  
GFLA/SUFGA/SEMADUR



## PROPOSTA 2022 / 2377 R3 - ATITUDE AMBIENTAL LTDA

---

Proposta emitida em nome da SGS do Brasil Ltda., divisão I&E - EHS, por RAQUEL CAMPOS para:

Camila Fredo

ATITUDE AMBIENTAL LTDA

camila@atitudeambiental.com

+55 67 3324-0022

Orçamentista responsável: RAQUEL CAMPOS

## 1. OBJETIVO DA PROPOSTA

A presente proposta como objetivo apresentar as melhores condições técnicas e comerciais para a realização dos serviços requeridos.

## 2. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Quando aplicável, os prazos abaixo serão adotados:

### 2.1. ENSAIOS

O relatório de ensaios será disponibilizado eletronicamente em até 10 dias úteis após o recebimento das amostras, exceto ensaios realizados em laboratórios subcontratados no exterior, onde o prazo será de 20 dias úteis.

## 3. CONDIÇÕES COMERCIAIS

Quando aplicável, os CRL 0470 e 0525 são referentes aos laboratórios acreditados pela Cgcre pertencentes a SGS do Brasil Ltda. divisão I&E unidades São Bernardo do Campo e Rio de Janeiro, respectivamente. O ID 102800 é referente ao laboratório acreditado pela AIHA-LAP, LCC pertencente a SGS do Brasil Ltda. divisão I&E, unidade São Bernardo do Campo.

Ensaio identificado com o texto "Ensaio Acreditado sob o CRL 0525" são realizados na unidade do Rio de Janeiro; textos diferentes indicam ensaios não acreditado ou realizados em laboratório subcontratado com o respectivo CRL (quando aplicável).



Os preços apresentados incluem impostos, sendo eles PIS, COFINS e ISSQN. O valor total desta proposta é de R\$12.135,11

### 3.1. ENSAIOS

Matriz	Ensaio	Método	LQ	Quant.	Preço
Emissões Atmosféricas	Haletos de Hidrogênio Ensaio Acreditado sob o CRL 0470	USEPA Method 26A (2000)	Ver lista	3	R\$ 235,75
Emissões Atmosféricas	Mercúrio Ensaio Acreditado sob o CRL 0525	PA 7.2-19	0,02 µg	3	R\$ 156,77
Emissões Atmosféricas	Fluoreto Gasoso e Sólido Ensaio Acreditado sob o CRL 0470	CETESB L9.213 - 1995; US EPA Method 13A - 2017; US EPA Method 13B - 2017	0,05 mg / 0,06 mg/Nm³	3	R\$ 232,22



SGS do Brasil LTDA

Unidade SBC, CRL 0470: Rua Silva Jardim, 251 - 09715-090 - Centro - São Bernardo do Campo - SP

Unidade RJ, CRL 0525: Rua Alfredo Balthazar da Silveira, 1785 - 22795-325 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ



Emissões Atmosféricas	Dioxinas e Furanos Ensaio Acreditado sob o CRL 0525	PA 7.2-6	Ver lista	3	R\$ 1.780,02
Emissões Atmosféricas	Determinação de Metais - Varredura Ensaio Acreditado sob o CRL 0525	PA 7.2-19	Ver lista	3	R\$ 563,44
Resíduos Sólidos	Dioxinas e Furanos Ensaio Acreditado sob o CRL 0525	PA 7.2-6	Ver lista	1	R\$ 1.626,67
Resíduo Sólido	Compostos Orgânicos Voláteis(VOC) Varredura ( até 84 compostos) Ensaio Acreditado sob o CRL 0470	EPA 8260C / EPA 5021 A	Ver lista	2	R\$ 200,39
Resina Tenax	Compostos Orgânicos Voláteis em Resina Tenax Ensaio Acreditado sob o CRL 0525	PA 7.2-188	Ver lista	3	R\$ 376,02

**Total R\$ 12.060,11**

### 3.2. ENVIO DE MATERIAIS

Tipo de envio	Endereço	Preço
Sedex	R. Antônio Corrêa, 659 - Jardim Monte Libano, Campo Grande - MS, 79004-460	R\$ 75,00

**Total R\$ 75,00**

#### 3.2.1. LIMITE DE QUANTIFICAÇÃO - SOLO/SEDIMENTO/RESÍDUO SÓLIDO - DIOXINAS E FURANOS (RJ)

2,3,7,8-Tetraclorodibenzo-p-dioxina (62,5 pg); 1,2,3,7,8-Pentaclorodibenzo-p-dioxina (156,3 pg); 1,2,3,4,7,8-Hexaclorodibenzo-p-dioxina (15,6 pg); 1,2,3,6,7,8-Hexaclorodibenzo-p-dioxina (15,6 pg); 1,2,3,7,8,9-Hexaclorodibenzo-p-dioxina (15,6 pg); 1,2,3,4,6,7,8-Heptaclorodibenzo-p-dioxina (1,56 pg); Octaclorodibenzo-p-dioxina (0,131 pg); 2,3,7,8-Tetraclorodibenzofurano (6,25 pg); 1,2,3,7,8-Pentaclorodibenzofurano (4,69 pg); 2,3,4,7,8-Pentaclorodibenzofurano (46,89 pg); 1,2,3,4,7,8-Hexaclorodibenzofurano (15,6 pg); 1,2,3,6,7,8-Hexaclorodibenzofurano (15,6 pg); 1,2,3,7,8,9-Hexaclorodibenzofurano (15,6 pg); 2,3,4,6,7,8-Hexaclorodibenzofurano (15,6 pg); 1,2,3,4,6,7,8-Heptaclorodibenzofurano (1,56 pg); 1,2,3,4,7,8,9-Heptaclorodibenzofurano (1,56 pg); Octaclorodibenzofurano (0,131 pg)



SGS do Brasil LTDA

Unidade SBC, CRL 0470: Rua Silva Jardim, 251 - 09715-090 - Centro - São Bernardo do Campo - SP

Unidade RJ, CRL 0525: Rua Alfredo Balthazar da Silveira, 1785 - 22795-325 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ

### 3.2.2. LIMITE DE QUANTIFICAÇÃO - SOLO/SEDIMENTO/RESÍDUO SÓLIDO - COMPOSTOS ORGÂNICOS VOLÁTEIS (VOC) (RJ)

Diclorodifluorometano (5,00 µg/kg); Clorometano (5,00 µg/kg); Cloreto de vinila (5,00 µg/kg); Bromometano (5,00 µg/kg); Cloroetano (5,00 µg/kg); Triclorofluorometano (5,00 µg/kg); 1,1-dicloroeteno Diclorometano Trans-1,2-dicloroeteno Acetona 2-Butanona 1,1-Dicloro-2-propanona 1,1-Dicloroetano (5,00 µg/kg); Cis-1,2-dicloroeteno (5,00 µg/kg); Trans-1,3-dicloropropeno (5,00 µg/kg); Cis-1,4-dicloro-2-buteno (5,00 µg/kg); Pentacloroetano (5,00 µg/kg); n-alcanos C5-C10 (5,00 µg/kg); Clorofórmio (5,00 µg/kg); 1,2-Dicloroetano (5,00 µg/kg); 1,1,1-Tricloroetano (5,00 µg/kg); Cis-1,3-dicloropropeno (5,00 µg/kg); 1,1-Dicloropropeno (5,00 µg/kg); Tetracloroeto de carbono (5,00 µg/kg); Benzeno (5,00 µg/kg); Dibromometano (5,00 µg/kg); 1,2-Dicloropropano (5,00 µg/kg); Tricloroeteno (5,00 µg/kg); Bromodiclorometano (5,00 µg/kg); 4-Metil-2-Pentanona (5,00 µg/kg); 1,1,2-Tricloroetano (5,00 µg/kg); Tolueno (5,00 µg/kg); 1,3-Dicloropropano (5,00 µg/kg); Dibromoclorometano (5,00 µg/kg); 2-Hexanona (5,00 µg/kg); 1,2-Dibromoetano (5,00 µg/kg); 1,3,5-triclorobenzeno (5,00 µg/kg); Tetracloroeteno (5,00 µg/kg); 1,1,1,2-Tetracloroetano (5,00 µg/kg); 1,1,1,2-Tetracloroetano (5,00 µg/kg); Clorobenzeno (5,00 µg/kg); Etilbenzeno (5,00 µg/kg); Bromofórmio (5,00 µg/kg); m,p-xileno (5,00 µg/kg); o-xileno (5,00 µg/kg); Trans-1,4-dicloro-2-buteno (5,00 µg/kg); Estireno (5,00 µg/kg); 1,1,2,2-tetracloroetano (5,00 µg/kg); 1,2,3-tricloropropano (5,00 µg/kg); Isopropilbenzeno (5,00 µg/kg); Bromobenzeno (5,00 µg/kg); n-propilbenzeno (5,00 µg/kg); 2-clorotolueno (5,00 µg/kg); 4-clorotolueno (5,00 µg/kg); 1,3,5-trimetilbenzeno (5,00 µg/kg); Terc-butilbenzeno (5,00 µg/kg); 1,2,4-trimetilbenzeno (5,00 µg/kg); Sec-butilbenzeno (5,00 µg/kg); 1,3-diclorobenzeno (5,00 µg/kg); 1,4-diclorobenzeno (5,00 µg/kg); p-isopropiltolueno (5,00 µg/kg); 1,2-diclorobenzeno (5,00 µg/kg); n-butilbenzeno (5,00 µg/kg); 1,2-dibromo-3-cloropropano (5,00 µg/kg); 1,2,4-triclorobenzeno (5,00 µg/kg); Hexaclorobutadieno (5,00 µg/kg); 1,2,3-triclorobenzeno (5,00 µg/kg); Naftaleno (5,00 µg/kg)

### 3.2.3. LIMITE DE QUANTIFICAÇÃO - SOLO - METAIS BIODISPONÍVEIS (RJ)

Alumínio Biodisponível (0,27 mg/kg); Arsênio Biodisponível (0,0015 mg/kg); Bário Biodisponível (0,008 mg/kg); Berílio Biodisponível (0,001 mg/kg); Cálcio Biodisponível (1 mg/kg); Cádmio Biodisponível (0,0005 mg/kg); Cobalto Biodisponível (0,0004 mg/kg); Cromo Biodisponível (0,0062 mg/kg); Cobre Biodisponível (0,1 mg/kg); Ferro Biodisponível (0,3 mg/kg); Mercúrio Biodisponível (0,008 mg/kg); Potássio Biodisponível (3 mg/kg); Lítio Biodisponível (0,3 mg/kg); Manganês Biodisponível (0,006 mg/kg); Molibdênio Biodisponível (0,004 mg/kg); Sódio Biodisponível (2 mg/kg); Níquel Biodisponível (0,1 mg/kg); Fósforo Biodisponível (2 mg/kg); Chumbo Biodisponível (0,009 mg/kg); Enxofre Biodisponível (126 mg/kg); Antimônio Biodisponível (0,001 mg/kg); Selênio Biodisponível (0,01 mg/kg); Silício Biodisponível (18 mg/kg); Estanho Biodisponível (0,02 mg/kg); Estrôncio Biodisponível (0,004 mg/kg); Titânio Biodisponível (0,01 mg/kg); Tálcio Biodisponível (0,0014 mg/kg); Vanádio Biodisponível (0,0008 mg/kg); Zinco Biodisponível (0,1 mg/kg);

### 3.2.4. LIMITE DE QUANTIFICAÇÃO - EMISSÕES ATMOSFÉRICAS - HALETOS DE HIDROGÊNIO (EPA 26A) (SBC)

Brometo (0,01 mg/Nm³); Cloreto (0,01 mg/Nm³); Fluoreto (0,01 mg/Nm³)

### 3.2.5. LIMITE DE QUANTIFICAÇÃO - EMISSÕES - COMPOSTOS ORGÂNICOS VOLÁTEIS (VOC) (RJ)

Triclorofluorometano (50 ng); 1,1-dicloroeteno (50 ng); Diclorometano (50 ng); Trans-1,2-dicloroeteno (50 ng); Acetona (50 ng); 2-Butanona (50 ng); 1,1-dicloro-2-propanona (50 ng); 1,1-dicloroetano (50 ng); Cis-1,2-dicloroeteno (50 ng); Cis-1,3-dicloropropeno (50 ng); Trans-1,3-dicloropropeno (50 ng); Cis-1,4-dicloro-2-buteno (50 ng); Pentacloroetano (50 ng); n-alcanos (50 ng); Clorofórmio (50 ng); 1,2-dicloroetano (50 ng); 1,1,1-tricloroetano (50 ng); 1,1-dicloropropeno (50 ng); Tetracloroeto de carbono (50 ng); Benzeno (50 ng); Dibromometano (50 ng); 1,2-dicloropropano (50 ng); Tricloroeteno (50 ng); Bromodiclorometano (50 ng); 4-metil-2-pentanona (50 ng); 1,1,2-tricloroetano (50 ng); Tolueno (50 ng); 1,3-dicloropropano (50 ng); Dibromoclorometano (50 ng); 1,2-Dibromoetano (50 ng); Tetracloroeteno (50 ng); 1,1,1,2-tetracloroetano (50 ng); Clorobenzeno (50 ng); Etilbenzeno (50 ng); Bromofórmio (50 ng); m,p-xileno (50 ng); o-xileno (50 ng); Trans-1,4-dicloro-2-buteno (50 ng); Estireno (50 ng); 1,1,2,2-tetracloroetano (50 ng); 1,2,3-tricloropropano (50 ng); Isopropilbenzeno (50 ng); Bromobenzeno (50 ng); n-propilbenzeno (50 ng); 2-clorotolueno (50 ng); 4-clorotolueno (50 ng); 1,3,5-trimetilbenzeno (50 ng); 1,3,5-triclorobenzeno (50 ng); Terc-butilbenzeno 1,2,4-trimetilbenzeno (50 ng); Sec-butilbenzeno (50 ng); 1,3-diclorobenzeno (50 ng); 1,4-diclorobenzeno (50 ng); p-isopropiltolueno (50 ng); 1,2-diclorobenzeno (50 ng); n-butilbenzeno (50 ng); 1,2-dibromo-3-cloropropano (50 ng); 1,2,4-triclorobenzeno (50 ng); Cloreto de Vinila (50 ng); Hexaclorobutadieno (50 ng); 1,2,3-triclorobenzeno (50 ng); Naftaleno (50 ng); Hidrocarbonetos totais voláteis (HCT) (50 ng)

**Regra de Decisão:** Ao declarar a conformidade com um requisito especificado, a SGS do Brasil não atribui ao resultado a incerteza de medição.

#### 4. CONDIÇÕES COMERCIAIS PARA FORNECIMENTO DE TRAPS PARA EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

A SGS do Brasil disponibiliza resinas para execução das coletas, porém a INTEGRIDADE das mesmas é de RESPONSABILIDADE do contratante. Abaixo estão as condições de fornecimento deste material e os valores a serem cobrados em caso de danos, devolução sem uso e atraso na devolução:

MATERIAL	VALOR UNITÁRIO
VIDRARIA (Ampola de Resina XAD)	R\$ 250,00
VIDRARIA (Par de ampolas de Resina TENAX)	R\$ 235,00
RESINA XAD (aproximadamente 40g)	R\$ 235,00
RESINA TENAX (aproximadamente 4g)	R\$ 685,00
CONJUNTO RESINA XAD + AMPOLA	R\$ 465,00
CONJUNTO RESINA TENAX + AMPOLA (par)	R\$ 920,00

**Atraso na devolução:** A devolução das resinas (com ou sem uso) deve ocorrer em até 15 dias a partir da data de recebimento pelo cliente. Após este período, será cobrado R\$ 35,00 por resinas a cada dia corrido, até a data de recebimento na SGS.

**Devolução sem uso:** Caso as resinas retornem para a SGS sem uso, haverá a cobrança pela custódia, transporte e limpeza das mesmas, sendo o valor de R\$ 150,00 por resina.

Os valores cobrados por danos, atrasos e devolução sem uso são cumulativos.

#### 5. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

- O faturamento será realizado após a execução do trabalho/entrega dos resultados. O pagamento deverá ser realizado em 21 DDL, condição sujeita a análise de crédito.
- Para faturamento em nome de pessoa física, o pagamento deverá ser antecipado
- Atenção quanto ao termo de aprovação da proposta. Há um campo para a contratante informar as condições de faturamento. Se for indicado que a contratante opera com sistema de PO, este documento precisa ser enviado para SGS antes do trabalho, e o seu número deve ser indicado na Cadeia de Custódia das amostras. Enquanto a PO não for recebida pela SGS, o processo fica com status "pendência comercial" e o trabalho não será realizado.
- O número desta proposta deve constar na Cadeia de Custódia e na PO (quando a PO for aplicável).
- Faturamento mínimo: R\$ 500,00.** Não serão emitidas faturas e boletos com valores inferiores ao faturamento mínimo, portanto, caso o serviço solicitado tenha valor abaixo do faturamento mínimo, a fatura e boleto serão emitidos com valor R\$ 500,00.
- Será feita cobrança através de boleto bancário.
- O reajuste dos preços será conforme variação do IGPM, tendo como base o valor deste índice na data de emissão da proposta. A periodicidade do reajuste será de 12 meses.
- No caso de não pagamento na data do vencimento, haverá cobrança de multa de mora de 2% (dois por cento) por dia e de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, além da conversão cambial, quando aplicável.
- Caberá à contratante realizar todos os pagamentos e demais obrigações conforme descrito nesta proposta e seus anexos.
- O contratante se responsabiliza pelo pagamento do serviço realizado caso o terceiro indicado não realize o mesmo.



SGS do Brasil LTDA

Unidade SBC, CRL 0470: Rua Silva Jardim, 251 - 09715-090 - Centro - São Bernardo do Campo - SP

Unidade RJ, CRL 0525: Rua Alfredo Balthazar da Silveira, 1785 - 22795-325 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ



- Poderá ocorrer faturamento parcial dos serviços prestados conforme liberação dos resultados

## 5.1. DADOS FISCAIS

	Unidade São Bernardo do Campo	Unidade Rio de Janeiro
Razão Social	SGS do Brasil Ltda.	
CNPJ	33.182.809/0066-86	33.182.809/0011-02
Endereço	Rua Silva Jardim, 251 Centro 09715-090 São Bernardo do Campo - SP	Av. Alfredo Balthazar da Silveira, 1785 Recreio dos Bandeirantes 22790-710 Rio de Janeiro - RJ

## 6. CANCELAMENTO DE ENSAIOS

Para solicitação de cancelamento de ensaios após envio das amostras serão adotados os seguintes critérios de cobrança:

- Amostra já cadastradas: cobrança de 40% do valor do ensaio
- Ensaios em andamento ou já finalizados: cobrança de 100% do valor do ensaio
- Para todos os casos, não haverá retenção de alíquotas para ensaio posterior

## 7. ANTECIPAÇÃO DE RESULTADOS

Caso o cliente necessite da antecipação dos resultados analíticos, deve entrar em contato com a SGS para que o laboratório confirme a execução nesta condição e o valor cobrado seguirá conforme abaixo.

Atendimento em regime de urgência (de 2ª a 5ª feira):

- Para retorno de resultados no próximo dia até às 17 horas (1 dia útil), multiplicar o valor dos ensaios por 3.
- Para retorno de resultados em 72 horas (3 dias úteis), multiplicar o valor dos ensaios por 2.
- Para retorno de resultados em 120 horas (5 dias úteis), multiplicar o valor dos ensaios por 1,5.

**Observação:** O prazo de retorno com urgência não inclui sábado, domingo e feriados

## 8. REEMISSÃO DO RELATÓRIO ANALÍTICO

A emissão de um versão corrigida de um relatório por solicitação do cliente, que não esteja previsto inicialmente no escopo, acarretará na cobrança de R\$ 160,00 por revisão de relatório

## 9. DESCARTE DE AMOSTRA

Quando possível, as amostras analisadas são armazenadas por por 10 dias a contar da emissão do relatório analítico. Caso a amostra seja instável, ela servirá para análise qualitativa.

## 10. PRESERVAÇÃO E RECEBIMENTO DAS AMOSTRAS

Quando a amostragem for realizada pelo cliente, o mesmo se responsabiliza pela preservação e acondicionamento adequado das amostras. O não atendimento a essas condições pode incorrer na realização de uma nova amostragem (**ver tabela de preservação e acondicionamento das amostras em anexo**).



SGS do Brasil LTDA

Unidade SBC, CRL 0470: Rua Silva Jardim, 251 - 09715-090 - Centro - São Bernardo do Campo - SP

Unidade RJ, CRL 0525: Rua Alfredo Balthazar da Silveira, 1785 - 22795-325 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ

**Importante:** Observar a estabilidade das amostras (holding time). Amostras recebidas até às 15h serão encaminhadas ao laboratório no mesmo dia. Amostras recebidas após às 15h serão admitidas no próximo dia útil. Recebimentos não são realizados em feriados e finais de semana. Caso haja alguma situação especial, por gentileza comunicar ao Customer Service da SGS antecipadamente.

## 11. VALIDADE DA PROPOSTA

Validade para aprovação: Esta proposta tem validade de 3 meses a partir da data de emissão.

Validade para execução dos serviços: Após a aprovação pelo contratante, a proposta tem validade de 1 ano a partir da data e emissão.

## 12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- Caberá à SGS executar os serviços conforme consta nesta proposta.
- A SGS utilizará mão de obra qualificada para realização dos serviços.
- A SGS se compromete em cumprir os prazos especificados nesta proposta.
- As melhores técnicas disponíveis serão utilizadas pela SGS na execução dos serviços objeto desta proposta.
- A responsabilidade da SGS se limita a realização do objeto proposta e pela qualidade do serviço a ser prestado. Qualquer interpretação extensiva do objeto da presente ou de seus resultados deverá ser afastada, para todos os efeitos legais. A SGS não obriga nem garante a aplicação dos parâmetros sugeridos pelo cliente, o qual continuará exclusivamente responsável pela qualidade de seus produtos e/ou serviços
- A SGS possui um código de integridade no qual se compromete a manter a confidencialidade das informações e não fornecerá informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos, nem sobre os serviços executados, a tecnologia adotada e/ou a documentação técnica envolvida, salvo se forem de notório saber, se por expressa autorização do cliente ou por determinação judicial e/ou de órgãos/entidades municipais, estaduais e/ou federais.
- A SGS se reserva no direito de ter o Laboratório auditado por cada cliente no máximo anualmente, por até 2 dias, perante o agendamento e recebimento de escopo com 30 dias de antecedência à data da auditoria. O escopo está limitado ao referente serviço prestado.

Vide condições gerais de serviço para informações detalhadas.

### 13. APROVAÇÃO DA PROPOSTA / PEDIDO DE COMPRA

Caso vossa empresa esteja de acordo com os termos propostos, solicitamos que seja preenchida a tabela abaixo com os dados destacados e que a mesma seja remetida aos nossos cuidados.

DADOS CADASTRAIS	
Proposta	Proposta 2022 / 2377R3
Data de Emissão	8 de Novembro de 2022
Razão Social	ATITUDE AMBIENTAL LTDA
CNPJ	07.075.504/0005-43
Inscrição Estadual	Isento
Razão Social para faturamento	ATITUDE AMBIENTAL LTDA
CNPJ para faturamento	07.075.504/0005-43
Inscrição Estadual para faturamento	Isento
Endereço de Faturamento	Av. Annes Salim Saad, 769 - Núcleo Industrial, Campo Grande - MS, 79108-670
Nome/Telefone do responsável pelo serviço	Heriberto Paulo Spielmann/ 67 99648-2025
Será emitida PO/Pedido de Compra?	Não
Instruções para Faturamento - Indicar todas as instruções para faturamento. Exemplos: Data limite para recebimento de NF e necessidade de número de PO (ou número de aprovação) na NF. Importante: Se houver emissão de PO, esta precisa ser enviada para SGS antes do trabalho, e o seu número deve ser indicado na Cadeia de Custódia das amostras.	Emissão de NF. Pagamento parcelado

Declaro, para todos os fins de direito, que procedi com a leitura da proposta Proposta 2022 / 2377, como das Condições Gerais de Serviços à ela anexadas, concordando integralmente com os termos e condições constantes em ambas.

*Camila Fredo*

Camila Fredo  
ATITUDE AMBIENTAL LTDA  
camila@atitudeambiental.com  
+55 67 3324-0022

21 / 12 / 2022



SGS do Brasil LTDA

Unidade SBC, CRL 0470: Rua Silva Jardim, 251 - 09715-090 - Centro - São Bernardo do Campo - SP

Unidade RJ, CRL 0525: Rua Alfredo Balthazar da Silveira, 1785 - 22795-325 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ

## 14. CONDIÇÕES GERAIS DE SERVIÇO

<p><b>1. Geral</b></p> <p>(a) A menos que seja acordado em contrário, por escrito, ou exceto quando estiverem em desacordo com (i) os regulamentos que regem os serviços prestados no interesse de governos, órgãos governamentais ou qualquer outra entidade pública ou (ii) as disposições obrigatórias de lei municipal, todas as ofertas ou serviços e toda(s) a(s) relação(ões) contratual(is) resultante(s) entre qualquer uma das empresas afiliadas da SGS SA ou qualquer um dos seus agentes (cada um deles denominado "Companhia") e o Cliente ("Relação(ões) Contratual(ais)") serão regidas por estas condições gerais de serviço (doravante denominadas "Condições Gerais").</p> <p>(b) A Companhia poderá prestar serviços para pessoas ou entidades (privadas, públicas ou governamentais) emitindo instruções (doravante denominadas "Cliente").</p> <p>(c) Exceto no caso de a Companhia receber instruções prévias por escrito em contrário por parte do Cliente, nenhuma outra parte tem o direito de dar instruções, principalmente no âmbito dos serviços ou da entrega de relatórios ou certificados que deles resultarem ("Relatórios de Inspeção"). Pelo presente, o Cliente autoriza a Companhia, em caráter irrevogável, a entregar os Relatórios de Inspeção a terceiros quando assim for instruído pelo Cliente ou quando, a seu critério, estiver implícito pelas circunstâncias, pela prática comercial, pelo uso ou pelo costume.</p> <p><b>2. Prestação de Serviços</b></p> <p>(a) A Companhia prestará os serviços valendo-se de cuidado e habilidade razoáveis e seguindo as instruções específicas do Cliente conforme confirmado pela Companhia ou, na ausência de tais instruções, de acordo com:</p> <p>(1) os termos de qualquer formulário de pedido padrão ou folha de especificação padrão da Companhia; e/ou</p> <p>(2) qualquer prática comercial, uso ou costume pertinente; e/ou</p> <p>(3) os métodos que a Companhia considerar adequados com fundamento técnico, operacional e/ou financeiro.</p> <p>(b) As informações contidas nos Relatórios de Inspeção provêm dos resultados dos procedimentos de inspeção ou teste realizados de acordo com as instruções do Cliente, e/ou a nossa avaliação desses resultados com base em normas técnicas, na prática comercial ou no costume ou em outras circunstâncias que deveriam ser levadas em consideração em nossa opinião profissional.</p> <p>(c) Os Relatórios de Inspeção emitidos com referência ao teste de amostras contém o parecer da Companhia somente sobre essas amostras, não expressando qualquer opinião sobre o lote de onde as amostras foram tiradas.</p> <p>(d) Se o Cliente solicitar que a Companhia testemunhe a intervenção de terceiros, o Cliente concorda que a única responsabilidade da Companhia é a de estar presente na hora da intervenção desse terceiro e encaminhar os resultados, ou confirmar a ocorrência, da intervenção. O Cliente concorda que a Companhia não é responsável pela condição ou a calibragem do aparelho, dos instrumentos e dos equipamentos de medição utilizados, pelos métodos de análise aplicados, pelas qualificações, ações ou omissões da equipe desse terceiro ou pelos resultados da análise.</p> <p>(e) Os Relatórios de Inspeção emitidos pela Companhia refletirão os fatos que neles registrar somente no momento de sua intervenção e dentro dos limites das instruções recebidas ou, na ausência de tais instruções,</p>	<p>dentro dos limites dos parâmetros alternativos aplicados, conforme previsto na cláusula 2(a). A Companhia não tem a obrigação de verificar, ou comunicar, quaisquer fatos ou circunstâncias que estiverem fora das instruções específicas recebidas ou dos parâmetros alternativos aplicados.</p> <p>(f) A Companhia poderá delegar a execução total ou parcial dos serviços a um agente ou subempreiteiro, e o Cliente autoriza a Companhia a divulgar ao agente ou subempreiteiro todas as informações necessárias para a sua consecução.</p> <p>(g) No caso de a Companhia receber documentos que reflitam os compromissos contraídos entre o Cliente e terceiros ou documentos de terceiros, como cópias de contratos de venda, cartas de crédito, conhecimentos de embarque etc., esses documentos serão considerados como sendo apenas para fins informativos, não ampliando ou restringindo o escopo dos serviços ou das obrigações aceitas pela Companhia.</p> <p>(h) O Cliente reconhece que a Companhia, ao prestar aos serviços, nem toma o lugar do Cliente ou de terceiros nem os isenta de qualquer uma de suas obrigações e tampouco assume, reduz, ab-roga ou compromete-se a cumprir qualquer dever do Cliente perante terceiros ou de terceiros perante o Cliente.</p> <p>(i) Todas as amostras serão guardadas por um período máximo de 3 meses ou por período inferior, conforme permitido pela natureza da amostra, sendo então devolvidas ao Cliente ou descartadas a critério da Companhia. Após esse período, a Companhia deixa de ter qualquer responsabilidade por essas amostras. A conservação das amostras por período superior a 3 meses incorrerá em uma taxa de armazenagem a ser paga pelo Cliente. Será cobrada do Cliente uma taxa de manuseio e de frete no caso de devolução das amostras. Se houver taxas especiais para descarte, esses valores serão cobrados do Cliente.</p> <p><b>3. Obrigações do Cliente</b></p> <p>O Cliente:</p> <p>(a) Garantirá que informações, instruções e documentos suficientes serão fornecidos no tempo devido (e, de qualquer forma, em período não inferior a 48 horas antes da intervenção desejada) para permitir que os serviços necessários sejam executados;</p> <p>(b) Obterá todos os acessos necessários para os representantes da Companhia ao local onde os serviços serão realizados e tomará todas as providências necessárias para eliminar ou reparar qualquer obstáculo à prestação dos serviços ou qualquer interrupção desses serviços;</p> <p>(c) Fornecerá, se necessário, qualquer equipamento especial e equipe necessária para a execução dos serviços;</p> <p>(d) Garantirá que todas as medidas necessárias serão tomadas para a proteção e segurança com relação às condições de trabalho, aos locais e às instalações durante a execução dos serviços, não confiando, nesse sentido, na recomendação da Companhia se exigido ou não;</p> <p>(e) Informará a Companhia com antecedência sobre qualquer risco ou perigo conhecido, real ou potencial, relacionado com qualquer pedido ou amostras ou teste, incluindo, por exemplo, a presença ou o risco de radiação, elementos ou materiais tóxicos ou nocivos ou explosivos, poluição ambiental ou venenos;</p> <p>(f) Exercerá integralmente todos os seus direitos e cumprirá todas as suas obrigações previstas em qualquer contrato de vendas pertinente ou qualquer outro contrato celebrado com terceiros e em juízo.</p>
---	--

<p><b>4. Honorários e Pagamento</b></p> <p>(a) Os honorários não definidos entre a Companhia e o Cliente no momento em que o pedido for feito ou um contrato for negociado corresponderão às taxas normais da Companhia (sujeitas a mudança) e todos os impostos aplicáveis serão pagos pelo Cliente.</p> <p>(b) Salvo quando um período menor for estabelecido na fatura, o Cliente efetuará o pagamento sem demora, dentro do prazo máximo de 30 dias a partir da data da fatura pertinente ou dentro de outro período conforme venha a ser definido pela Companhia na fatura ("Data de Vencimento"), de todos os honorários devidos à Companhia. A falta do pagamento acarretará a cobrança de juros a 1,5% por mês (ou outra taxa conforme venha a ser definida na fatura) a partir da Data de Vencimento até, e inclusive, a data do pagamento efetivo.</p> <p>(c) O Cliente não terá o direito de reter ou adiar o pagamento de qualquer valor devido à Companhia com base em qualquer controvérsia, reconvenção ou compensação que o Cliente possa vir a alegar contra a Companhia.</p> <p>(d) A Companhia poderá escolher mover ação de cobrança dos honorários não pagos em qualquer tribunal que tiver jurisdição competente.</p> <p>(e) O Cliente pagará todas as despesas de cobrança da Companhia, incluindo os honorários advocatícios e custos afins.</p> <p>(f) No caso de surgimento de qualquer imprevisto ou despesas não previstas no decorrer da execução dos serviços, a Companhia diligenciará para informar o Cliente e terá o direito de cobrar valores adicionais para cobrir o tempo e o custo extras necessariamente incorridos para concluir os serviços.</p> <p>(g) Se a Companhia não conseguir executar os serviços, total ou parcialmente, por qualquer motivo que esteja fora do controle da Companhia, incluindo inadimplemento do Cliente de qualquer uma de suas obrigações previstas na cláusula 3 acima, a Companhia, contudo, terá o direito de receber o pagamento:</p> <p>(1) pela quantia correspondente a todas as despesas não reembolsáveis incorridas pela Companhia; e</p> <p>(2) por uma parcela dos honorários acordados igual à parcela dos serviços efetivamente executados.</p> <p><b>5. Suspensão ou Término dos Serviços</b></p> <p>A Companhia tem o direito de suspender ou terminar, imediatamente e sem encargos, a prestação dos serviços no caso de:</p> <p>(a) inadimplemento por parte do Cliente com relação a qualquer uma de suas obrigações previstas no presente instrumento e se a obrigação em questão não for cumprida dentro do prazo de 10 dias contados a partir da notificação do inadimplemento em questão feita ao Cliente; ou</p> <p>(b) qualquer suspensão de pagamento, recomposição de dívida entre credores e devedores, falência, insolvência, liquidação judicial ou encerramento de operações pelo Cliente.</p> <p><b>6. Responsabilidade e Indenização</b></p> <p>(a) Limitação da Responsabilidade</p> <p>(1) A Companhia não é nem segurador nem fiador e renuncia a todas as obrigações nessa qualidade. Os Clientes em busca de uma garantia contra perdas ou danos devem obter um seguro apropriado.</p> <p>(2) Os Relatórios de Inspeção são emitidos com base nas informações, nos documentos e/ou nas amostras fornecidas pelo Cliente, ou em seu nome, e exclusivamente em benefício do Cliente, que é responsável por agir de acordo com o que considerar conveniente com base nesses Relatórios de Inspeção.</p>	<p>Nem a Companhia nem qualquer um dos seus diretores, executivos, funcionários, agentes ou subempreiteiros serão responsáveis perante o Cliente nem terceiros por quaisquer ações tomadas ou não tomadas com base nesses Relatórios de Inspeção, nem por qualquer resultado incorreto decorrente de informações incertas, erradas, incompletas, enganosas ou falsas fornecidas à Companhia.</p> <p>(3) A Companhia não será responsável por qualquer atraso na execução, inexecução total ou parcial dos serviços como resultado direto ou indireto de qualquer fato fora do controle da Companhia, inclusive inadimplemento por parte do Cliente com relação a qualquer uma de suas obrigações previstas no presente instrumento.</p> <p>(4) A responsabilidade da Companhia com relação a qualquer reivindicação que venha a surgir por perda, dano ou despesa de qualquer natureza, em nenhuma circunstância deverá ser superior ao valor total igual a 10 vezes o valor dos honorários pagos pelo serviço específico que tiver dado origem à reivindicação mencionada ou US\$20.000 (ou o seu equivalente em moeda local), o que for menor.</p> <p>(5) A Companhia não será responsável por qualquer prejuízo indireto ou consequente (incluindo lucros cessantes).</p> <p>(6) No caso de ocorrência de qualquer reivindicação, o Cliente deve enviar um comunicado por escrito à Companhia dentro do prazo de 30 dias a partir da descoberta dos fatos alegados que justifiquem a reivindicação mencionada e, seja como for, a Companhia estará isenta de qualquer responsabilidade por todas as reivindicações por perda, dano ou despesa, exceto se a ação for movida dentro do prazo de um ano a partir:</p> <p>(i) da data da execução, pela Companhia, dos serviços que tiverem dado origem à reivindicação; ou</p> <p>(ii) da data quando o serviço deveria ter sido concluído no caso de alegação de inexecução.</p> <p>(b) Indenização: O Cliente garantirá, isentará de responsabilidade e indenizará a Companhia bem como os seus diretores executivos, funcionários, agentes ou subempreiteiros no tocante a todas as reivindicações (reais ou com risco de vir a acontecer) feitas por terceiros por perda, dano ou despesa, qualquer que seja a natureza, incluindo todas as despesas judiciais e custos afins e que de qualquer forma tiverem origem na execução, alegação de execução ou inexecução de qualquer serviço.</p> <p><b>7. Diversos</b></p> <p>(a) Se for constatado que uma ou mais disposições destas Condições Gerais são ilegais ou inexequíveis sob qualquer aspecto, a validade, legalidade e exequibilidade das disposições remanescentes não serão, de forma alguma, afetadas ou prejudicadas por esse fato.</p> <p>(b) Durante a prestação dos serviços e pelo prazo de um ano a partir de então, o Cliente não incitará ou estimulará os funcionários da Companhia, ou fará qualquer oferta a eles, direta ou indiretamente, para que deixem os seus empregos na Companhia.</p> <p>(c) É vedado o uso da denominação da Companhia ou sua marca registrada para fins de publicidade sem a autorização prévia por escrito da Companhia.</p> <p><b>8. Lei Aplicável, Foro e Solução de Controvérsias</b></p> <p>Exceto quando especificamente acordado em contrário, todas as controvérsias que tiverem origem na(s) Relação(ões) Contratual(ais) segundo este instrumento, ou estejam a elas relacionadas, serão regidas pelas leis substantivas da Suíça, excluindo-se quaisquer normas referentes a conflitos de leis, e serão finalmente dirimidas, segundo as Normas de Arbitragem da Câmara Internacional de Comércio (ICC), por um ou mais árbitros nomeados em conformidade com as normas mencionadas. A arbitragem terá lugar em Paris (França) e será conduzida em língua inglesa.</p>
---	---



# Signature Certificate

Reference number: IDWCC-23UWJ-FUHWG-8T6YR

## Signer

## Timestamp

## Signature

### Camila Fredo

Email: [camila@atitudeambiental.com](mailto:camila@atitudeambiental.com)  
Shared via link

Sent:

06 Feb 2023 17:36:33 UTC

Viewed:

09 Feb 2023 19:11:12 UTC

Signed:

09 Feb 2023 19:12:06 UTC

*Camila Fredo*

IP address: 177.155.125.97

Location: Dois Vizinhos, Brazil

Document completed by all parties on:

09 Feb 2023 19:12:06 UTC

Page 1 of 1



Signed with PandaDoc

PandaDoc is a document workflow and certified eSignature solution trusted by 40,000+ companies worldwide.







# DIOGRANDE

## DIÁRIO OFICIAL DE CAMPO GRANDE-MS

DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR CERTCOM, cn=RODOLFO LARA DE SOUZA.01721863150

Registro n. 26.965, Livro A-48, Protocolo n. 244.286, Livro A-10

4º Registro Notarial e Registral de Títulos e Documentos da Comarca de Campo Grande - Estado de Mato Grosso do Sul

ANO XXIII n. 5.796 - terça-feira, 7 de janeiro de 2020

32 páginas

### PARTE I

### PODER EXECUTIVO

#### DECRETO

DECRETO n. 14.114, DE 6 DE JANEIRO DE 2020.

**Atualiza a regulamentação da Lei n. 3.612, de 30 de abril de 1999, que instituiu o Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental (SILAM) e o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), e dá outras providências.**

**ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**, Vice-Prefeita Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto nos art. 3º e 17, da Lei n. 3.612, de 30 de abril de 1999, que cria o Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental (SILAM), e:

Considerando os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, dispostos no art. 37 da Constituição Federal e ainda, os princípios da supremacia do interesse público, bem como da indisponibilidade do interesse público;

Considerando a Lei Complementar n. 140/2011 que Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do Parágrafo único do art. 23, da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando o princípio basilar da Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) de compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico; o princípio do Poluidor/Usuário Pagador, estabelecido no art. 4º, inciso VII e seguintes desta mesma Lei, que impõe ao degradador a obrigação de indenizar os danos causados e ao usuário a obrigação de compensar a utilização dos recursos ambientais com fins econômicos;

Considerando que, de acordo com o disposto no art. 36, da Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regulamentada pelo Decreto Federal n. 4.340, de 22 de agosto de 2002, com alterações introduzidas pelo Decreto Federal n. 6.848, de 14 de maio de 2009, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental o empreendedor está obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação;

Considerando a Lei Estadual n. 2.257/2001 que dispõe sobre as diretrizes do licenciamento ambiental estadual, estabelece os prazos para a emissão de Licenças e Autorizações Ambientais, e dá outras providências;

Considerando o Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental, instituído pela Lei n. 3.612, de 30 de abril de 1999;

Considerando o disposto no art. 31, do Decreto Federal n. 4.340, de 22 de agosto de 2002, alterado pelo Decreto Federal n. 5.566, de 26 de outubro de 2005, no qual, para fins de fixação da compensação ambiental, o órgão ambiental licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir do estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA) realizados quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais;

Considerando a necessidade de prover recursos ao Fundo Municipal de Meio

Ambiente (FMMA), destinados a implantação e a gestão das Unidades de Conservação da Natureza e a efetivação de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), conforme previstos na Lei Municipal n. 5.025, de 22 de dezembro de 2011;

Considerando que é de interesse público que os processos de análise, definição e aplicação das medidas compensatórias sejam elaborados de forma técnica, objetiva e transparente, utilizando-se de critérios e indicadores preestabelecidos para mensuração e aferição, baseados nos princípios jurídicos da razoabilidade e da proporcionalidade;

Considerando a necessidade de se estabelecer critérios para a gradação dos impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais identificados nos processos de licenciamento realizados pelo Órgão Ambiental Municipal para fins de determinação do valor da compensação ambiental;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar os procedimentos do licenciamento ambiental e de otimizar o uso dos recursos do Município, com vistas ao melhor desempenho dessa atribuição, a necessidade de atualização e revisão das normas e procedimentos utilizados no licenciamento ambiental, visando à melhoria contínua e ao desenvolvimento sustentável;

Considerando a Resolução SEMADE n. 09/2015 e suas alterações que estabelece normas e procedimentos para o Licenciamento Ambiental Estadual, e dá outras providências;

#### DECRETA:

#### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

#### CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES E DAS DEFINIÇÕES

**Art. 1º** Este Decreto atualiza a regulamentação o Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental (SILAM), estabelecendo normas, critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local no âmbito do município de Campo Grande, do estado de Mato Grosso do Sul, conforme dispõe a Lei Municipal n. 3.612, de 30 de abril de 1999.

**Art. 2º** São diretrizes do licenciamento ambiental:

**I - considerar simultaneamente os elementos e processos capazes de provocar impacto ambiental;**

**II - utilizar critérios diferenciados para o licenciamento em função do porte, da complexidade e do potencial de impacto ambiental do empreendimento e/ou atividade;**

**III - incluir o risco de ocorrência de prováveis acidentes, na determinação de restrições e condições para localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade;**

**IV - exigir a instalação de Sistema de Controle Ambiental de acordo com as especificidades de cada atividade;**

**V - basear os processos técnicos nas informações e nos documentos exigidos ao requerente da Licença, cujo fornecimento é obrigatório e de sua inteira responsabilidade;**

**VI - avaliar as disposições determinadas no Zoneamento Ecológico e Econômico do Município de Campo Grande, do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/Campo Grande - MS), no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e no enquadramento dos corpos de**

PREFEITO.....Marcos Marcello Trad  
Vice-Prefeita.....Adriane Barbosa Nogueira Lopes  
Procurador-Geral do Município.....Alexandre Ávalos Santana  
Chefe de Gabinete do Prefeito .....Alex de Oliveira Gonçalves  
Secretário Munic. de Governo e Relações Institucionais .....Antônio César Lacerda Alves  
Secretário Munic. da Controladoria-Geral de Fiscalização e Transparência.....Luiz Afonso de Freitas Gonçalves  
Secretário Especial de Segurança e Defesa Social.....Valério Azambuja  
Secretário Munic. de Finanças e Planejamento.....Pedro Pedrossian Neto  
Secretário Munic. de Gestão.....Agenor Mattiello  
Secretário Munic. de Infraestrutura e Serviços Públicos.....Rudi Fiorese  
Secretário Munic. de Meio Ambiente e Gestão Urbana.....Luís Eduardo Costa  
Secretário Munic. de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia.....Herbert Assunção de Freitas  
Secretária Munic. de Educação.....Elza Fernandes Ortelhado  
Secretário Munic. de Saúde.....José Mauro Pinto de Castro Filho  
Secretário Munic. de Assistência Social.....José Mario Antunes da Silva  
Secretária Munic. de Cultura e Turismo.....Melissa de Carvalho Sone Tamaciro

Subsecretário de Defesa dos Direitos Humanos .....Ademar Vieira Júnior  
Subprefeito da Subprefeitura de Anhandu .....Ernesto Francisco dos Santos  
Subprefeito da Subprefeitura de Rochedinho.....Silvio Alexandre Ferreira  
Subsecretária de Políticas para a Mulher .....Carla Charbel Stephanini  
Subsecretário de Políticas para a Juventude .....Maicon Cleiton Rodrigues Nogueira  
Subsecretário de Proteção e Defesa do Consumidor .....Valdir Custodio da Silva  
Diretora-Presidente do Instituto Munic. de Previdência de Campo Grande.....Camilla Nascimento de Oliveira  
Diretor-Presidente da Agência Munic. de Habitação e Assuntos Fundiários .....Eneas José de Carvalho Netto  
Diretora-Presidente da Agência Munic. de Meio Ambiente e Planejamento Urbano ..Berenice Maria Jacob Domingues  
Diretor-Presidente da Agência Munic. de Regulação dos Serviços Públicos.....Vinicius Leite Campos  
Diretor-Presidente da Agência Munic. de Transporte e Trânsito .....Janine de Lima Bruno  
Diretor-Presidente da Agência Munic. de Tecnologia da Informação e Inovação.....Paulo Fernando Garcia Cardoso  
Diretor-Presidente da Fundação Munic. de Esportes .....Rodrigo Barbosa Terra  
Diretor-Presidente da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande .....Cleiton Freitas Franco

água nas legislações ambientais e urbanísticas vigentes, em especial o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Campo Grande (PDDUA);

**VII** - compatibilizar a instalação do empreendimento e/ou atividade pretendida com outros usos e ocupações do solo em seu entorno, considerando a eventual incompatibilidade entre tipos distintos de atividades;

**VIII** - a cooperação entre município, estado e união.

**Art. 3º** Ficam estabelecidas as seguintes definições:

**I** - Área Útil: soma da área construída e da área ocupada por todas estruturas destinadas ao desenvolvimento da atividade objeto do licenciamento ambiental, incluindo pátios, estruturas prediais, áreas do sistema de controle ambiental, áreas de circulação, de armazenamento de insumos e rejeitos;

**II** - Atividade: todo o empreendimento ou a atividade passível de licenciamento ambiental por ser utilizadora de recursos ambientais e/ou considerada efetiva ou potencial causadora de impacto ambiental;

**III** - Avaliação de Impacto Ambiental (AIA): instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, que se utiliza de Estudos Ambientais e de procedimentos sistemáticos, para avaliar os possíveis impactos poluidores com o intuito de adequá-los às necessidades de preservação e conservação do meio ambiente e da melhoria na qualidade de vida da população;

**IV** - Audiência Pública: evento público que visa consultar sobre determinado plano, programa ou projeto para conhecimento e discussão com toda a comunidade e a sociedade civil organizada, visando subsidiar a tomada de decisão sobre assuntos de relevante interesse público;

**V** - Cadastro Ambiental Rural – CAR: registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento;

**VI** - Cadastro Descritivo (CD): conjunto de informações, organizadas na forma de formulário, exigido para a análise prévia quando do pedido de licenciamento ambiental;

**VII** - Compensação Ambiental: a obrigação legal destinada a compensar os impactos ambientais negativos não mitigáveis causados à coletividade pela utilização dos recursos ambientais de destinação coletiva;

**VIII** - Estudos Ambientais: estudos relativos aos aspectos ambientais de empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidores e que têm como finalidade, subsidiar a análise técnica que antecede a emissão de Licença Ambiental Municipal e/ou Autorização Ambiental. São exigidos em função do seu efetivo ou do seu potencial grau de impacto. Constituem estudos ambientais, assim definidos no art. 6º:

- a) EAP: Estudo Ambiental Preliminar;
- b) EIA/RIMA: Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental;
- c) EAR: Estudo de Análise de Risco;
- d) PCA: Plano de Controle Ambiental;
- e) PAM: Plano de Automonitoramento;
- f) PRADA: Projeto de Recuperação de Área Degradada ou alterada;
- g) PRADE: Projeto de Recuperação de Área Degradada;
- h) RAS: Relatório Ambiental Simplificado;
- i) RCA: Relatório de Conformidade Ambiental;
- j) RTC: Relatório Técnico de Conclusão.

**IX** - Impacto Ambiental Local: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas e que, direta ou indiretamente, afetem a saúde, a segurança ou o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a flora; a fauna; as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais e afete apenas o território do Município;

**X** - Impacto Ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas e que, direta ou indiretamente, afetem a saúde, a segurança ou o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a flora; a fauna; as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais;

**XI** - Impacto Negativo Não Mitigável: alterações negativas que não podem ser atenuadas ou eliminadas decorrente da implantação e/ou operação de empreendimentos e/ou atividades;

**XII** - Licença Ambiental Municipal: ato administrativo pelo qual se estabelecem as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser aplicadas ou atendidas pelo empreendedor para localização, construção, instalação, operação, diversificação, reforma e/ou ampliação de empreendimento, obra ou atividade conforme enquadramento previsto neste Decreto;

**XIII** - Licenciamento Ambiental Municipal: procedimento técnico-administrativo, baseado na legislação vigente e na análise de documentação apresentada, que objetiva estabelecer as condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem obedecidas, pelo empreendedor, para a localização, construção, instalação, operação, diversificação, reforma e/ou ampliação de empreendimento, obra ou atividade conforme enquadramento previsto neste Decreto;

**XIV** - Regularização Ambiental: procedimento administrativo adotado nos casos em que o empreendimento e/ou atividade se encontre sem licença e/ou autorização ambiental e em desacordo com a legislação vigente;

**XV** - Sistema de Controle Ambiental (SCA): conjunto de operações e/ou dispositivos destinados ao controle de resíduos sólidos, efluentes líquidos, emissões atmosféricas e radiações eletromagnéticas, objetivando a correção ou redução dos impactos negativos gerados;

**XVI** - Termo de Compromisso (TC): termo onde estarão especificados os compromissos e condicionantes a serem observados pelo interessado no desenvolvimento do empreendimento, obra ou atividade;

**XVII** - Termo de Encerramento (TE): documento administrativo destinado a finalizar a obrigação de licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento dotado ou não de Autorização ou Licença;

**XVIII** - Termo de Referência (TR): documento apresentando o conteúdo e os tópicos mais importantes a serem tratados em determinado Estudo Ambiental.

**Art. 4º** No exercício da competência indicada no art. 10, da Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, combinado com os arts. 2º e 3º, da Lei Municipal n. 3.612, de 30 de abril de 1999, o licenciamento ambiental será efetivado mediante Autorizações, Declarações e Licenças Ambientais, com as seguintes definições:

**I** - Autorização Ambiental (AA): ato administrativo discricionário e precário, expedido mediante o preenchimento de exigências técnicas e legais no qual o Órgão Ambiental Municipal aprova a localização e autoriza a implantação e/ou realização de empreendimentos ou atividades de curta duração, a execução de obras emergenciais ou a execução de testes, atividades ou obras que possam acarretar alterações ao meio ambiente, que não caracterizem instalações permanentes;

**II** - Declaração de Dispensa do Licenciamento (DDL): documento expedido pelo Órgão Ambiental Municipal, o qual declara que determinado empreendimento e/ou atividade está dispensada do licenciamento ambiental municipal, conforme disposto neste Decreto;

**III** - Licença Ambiental Simplificada (LAS): Licença concedida em uma única fase, atestando a viabilidade ambiental, aprovando a localização e autorizando a implantação e operação do empreendimento, obra ou atividade, assim definidos pelo Órgão Ambiental Municipal como causadores de pequenos impactos ambientais;

**IV** - Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento e/ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

**V** - Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento e/ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

**VI** - Licença de Operação (LO): autoriza a operação do empreendimento e/ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação.

CAPÍTULO II  
DOS ESTUDOS AMBIENTAIS

**Art. 5º** Os estudos ambientais deverão possibilitar, no mínimo:

- I** - a caracterização do empreendimento e/ou atividade a ser licenciado;
- II** - a caracterização da área pretendida para a implantação ou desenvolvimento do empreendimento e/ou atividade, incluindo a (s) área (s) de influência (diretamente afetada, área de influência direta e área de influência indireta);
- III** - a identificação dos seus impactos ambientais efetivos e potenciais, assim como das medidas destinadas a mitigar seus impactos negativos.

**Art. 6º** Para o Licenciamento Ambiental Municipal poderão ser utilizados os Estudos Ambientais a seguir conceituados:

**I** - Estudo Ambiental Preliminar (EAP): conjunto organizado de informações de acordo com o respectivo Termo de Referência (TR), que subsidia a análise do licenciamento de empreendimentos e/ou atividades com significativo potencial de impactos ambientais;

**II** - Estudo de Análise de Risco (EAR): estudo analítico que, por meio de técnicas consolidadas de análise de segurança de sistemas, estabelece o potencial de risco de acidentes ambientais em determinado empreendimento e/ou atividade;

**III** - Estudo de Impacto Ambiental (EIA): conjunto de informações sistemáticas e analíticas, exigido para o licenciamento de empreendimento e/ou atividade de significativo potencial de impacto ambiental, que em obediência ao respectivo Termo de Referência (TR) e a partir de diagnóstico físico, biológico e socioeconômico, permita a previsão e o dimensionamento dos impactos ambientais, a proposição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias, e de um plano de monitoramento ambiental, subsidiando a tomada de decisão quanto à viabilidade ambiental de empreendimento e/ou atividade;

**IV** - Plano de Automonitoramento (PAM): conjunto organizado e proposto na forma de projeto executivo, com cronograma dos procedimentos destinados a acompanhar, nas fases de implantação e operação do empreendimento e/ou atividade, os impactos que

Diário Oficial de Campo Grande - DIOGRANDE Estado de Mato Grosso do Sul	
Prefeitura Municipal de Campo Grande - Secretaria Municipal de Gestão Av. Afonso Pena, 3.297 - Centro Fone (067) 4042-1321 CEP 79002-942- Campo Grande-MS <b>www.campogrande.ms.gov.br/DIOGRANDE</b> <b>diogrande@seges.campogrande.ms.gov.br</b>	
Publicação de Matéria por centímetro linear de coluna R\$ 5,40	
SUMÁRIO	
DECRETO .....	01
SECRETARIAS .....	21
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	28
ATOS DE PESSOAL .....	28
ATOS DE LICITAÇÃO .....	31
ÓRGÃOS COLEGIADOS .....	31
PODER LEGISLATIVO .....	32
PUBLICAÇÕES A PEDIDO .....	32



forem previstos, de modo a detectar os efeitos inesperados a tempo de corrigi-los e a verificar a implantação e a eficiência das medidas mitigadoras, bem como o cumprimento das condições estabelecidas quanto ao licenciamento ambiental;

**V** - Plano de Controle Ambiental (PCA): apresentado para obtenção da Licença de Instalação. Deve conter os Projetos Executivos do (s) Sistema (s) de Controle Ambiental (SCA) e, quando couber, o Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRADE) e o Plano de Automonitoramento (PAM);

**VI** - Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRADE): conjunto organizado e proposto na forma de projeto executivo, com cronograma, dos procedimentos destinados à recuperação ambiental de áreas degradadas;

**VII** - Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Alterada (PRADA) - instrumento de planejamento das ações de recomposição contendo metodologias, cronograma e insumos em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, vinculadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR);

**VIII** - Relatório Ambiental Simplificado (RAS): conjunto organizado e simplificado de informações básicas, de acordo com o respectivo Termo de Referência (TR), que subsidia a análise do licenciamento de empreendimento e/ou atividade que, pela menor significância dos impactos potenciais;

**IX** - Relatório Técnico de Conclusão (RTC): atesta a conclusão técnica de obras e implantação de atividades em conformidade com o projeto/plano aprovado;

**X** - Relatório de Conformidade Ambiental (RCA): Relatório técnico atestando, inclusive por meio de projetos, que todos os sistemas de controle ambiental estão em pleno funcionamento e atendendo tecnicamente as legislações e normas técnicas pertinentes;

**XI** - Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): relatório em linguagem acessível, que reflete as principais conclusões do EIA, com o objetivo de informar a comunidade e subsidiar a sua participação em procedimento de consulta pública que integra este tipo de processo de licenciamento.

**§ 1º** Os Estudos Ambientais diferenciam-se entre si pela complexidade e abrangência da abordagem para o diagnóstico e para o prognóstico das repercussões socioambientais do empreendimento e/ou atividade proposto em relação a determinado território.

**§ 2º** Os Termos de Referência (TR) para elaboração dos Estudos Ambientais serão disponibilizados no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal.

**§ 3º** Em função das diferentes especificidades e tipologias de empreendimentos e/ou atividades passíveis de dispensa de licenciamento, os interessados poderão efetuar o protocolo para expedição da Declaração de Dispensa, conforme formulários disponíveis no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal.

**Art. 7º** A definição da modalidade de Estudo Ambiental dependerá do empreendimento e/ou atividade a ser licenciado, devendo ser considerados os aspectos da legislação vigente, as peculiaridades do ambiente e as características do empreendimento e/ou atividade, em especial seu porte e potencial poluidor, cabendo ao empreendedor fornecer a documentação exigida em cada fase do licenciamento ambiental.

**Art. 8º** Os Estudos Ambientais necessários ao licenciamento ambiental deverão ser realizados sob a responsabilidade e as expensas do empreendedor, por pessoa física ou jurídica, devidamente habilitada.

**Parágrafo único.** As Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente deverão estar anexadas aos estudos, planos e projetos ambientais.

**Art. 9º** O empreendedor e/ou o profissional que apresentar declarações falsas ou omitir informações relevantes serão responsabilizados, isolada ou cumulativamente, sem prejuízos das sanções civis, administrativas e criminais cabíveis, nos termos do art. 69-A, da Lei Federal n. 9.605/98.

CAPÍTULO III  
DO PORTE E DO POTENCIAL POLUIDOR

**Art. 10.** Para efeitos do licenciamento ambiental, no âmbito do Órgão Ambiental Municipal, o porte do empreendimento e/ou atividade deve ser enquadrado em “micro”, “pequeno”, “médio”, “grande” ou “especial” de acordo com os Anexos X, XI e XII deste Decreto, pelo parâmetro de avaliação que der maior dimensão dentre os disponíveis no momento do requerimento, a saber:

**I** - a área útil do empreendimento e/ou atividade;

**II** - o número de pessoas trabalhando;

**III** - o número de unidades.

**§ 1º** Considera-se área útil do empreendimento e/ou atividade a soma da área construída e da área ocupada por todas estruturas destinadas ao desenvolvimento da atividade objeto do licenciamento ambiental, incluindo pátios, estruturas prediais, áreas do sistema de controle ambiental, áreas de circulação, de armazenamento de insumos e rejeitos.

**§ 2º** Considera-se número de pessoas trabalhando o total de envolvidos no desenvolvimento das atividades no próprio empreendimento, inclusive os terceirizados.

**§ 3º** Considera-se número de unidades, o número de casas, de apartamentos ou de lotes.

**Art. 11.** O Potencial Poluidor é definido por tipo de empreendimento e/ou atividade licenciada (o), classificado em “pequeno”, “médio” e “alto”, conforme disposto no Anexo III, IV, V, VI, VII, VIII e IX deste Decreto.

**Parágrafo único.** Quando o empreendimento e/ou atividade a ser licenciada (o) não constar nos Anexos II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, deste Decreto, caberá ao Órgão Ambiental Municipal definir a classificação, bem como a necessidade ou não da licença ambiental, mediante a análise e parecer da Comissão de Controle Ambiental (CCA).

TÍTULO II  
DOS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

CAPÍTULO I  
DA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSOS

**Art. 12.** Os requerimentos de Licença Ambiental ou Autorização Ambiental apresentados ao Órgão Ambiental Municipal somente serão formalizados se acompanhados de toda a documentação pertinente, conforme indicado neste Decreto.

**Art. 13.** O procedimento de licenciamento ambiental municipal obedecerá, no mínimo, as seguintes etapas:

**I** - requerimento do licenciamento ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos devidamente preenchidos por todos os requisitos materiais e legais, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

**II** - análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

**III** - quando couber, solicitação de esclarecimentos e complementações, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos não forem satisfatórios;

**IV** - arquivamento do processo, quando o interessado deixar de cumprir os prazos estabelecidos pelo órgão ambiental municipal;

**V** - audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

**VI** - emissão de parecer técnico conclusivo;

**VII** - deferimento com a expedição da licença ambiental, dando-se a devida publicidade, arquivamento ou indeferimento do pedido de licença.

**Parágrafo único.** Caso o empreendimento e/ou atividade esteja inserido em Unidade de Conservação Municipal, Estadual ou Federal, o Órgão Ambiental Municipal deverá seguir o disposto na Resolução CONAMA n. 428, de 17 de dezembro de 2010.

**Art. 14.** O Órgão Ambiental Municipal, nos casos que couber, após análise e Parecer Preliminar, encaminhará à Comissão de Controle Ambiental (CCA) os pedidos de Licença Ambiental para os empreendimentos e/ou atividades que:

**I** - exijam EIA/RIMA;

**II** - sejam classificados como de alto potencial poluidor e enquadrados como de porte grande ou especial/específico.

**Parágrafo único.** A CCA terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis para a emissão de Parecer Conclusivo relativo aos empreendimentos e às atividades constantes do inciso I. Para o inciso II, terá o prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

**Art. 15.** Os pedidos de licença prévia para empreendimentos e/ou atividades elencados no inciso I do art. 14, após o parecer conclusivo da CCA, serão encaminhados ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), que terá prazo de até 45 dias úteis para deliberação.

**§ 1º** Se houver indeferimento do pedido de licença, o empreendedor poderá no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, mediante justificativa embasada tecnicamente, interpor recurso junto ao CMMA, nos termos do art 47 Parágrafo único deste Decreto.

**§ 2º** Não caberá recurso da deliberação do CMMA.

**Art. 16.** Os formulários de Requerimento Padrão, Cadastro Descritivo, bem como os Termos de Referência (TR) e os demais de uso no licenciamento ambiental, estão disponíveis no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal.

**Art. 17.** O Órgão Ambiental Municipal poderá definir nas licenças e autorizações ambientais determinadas condições, restrições, planos de monitoramento, medidas de reparação e controle ambiental, medidas compensatórias e mitigadoras a serem cumpridas e atendidas pelo requerente.

**Art. 18.** Os pedidos de licenciamento ambiental solicitados ao Órgão Ambiental Municipal deverão estar acompanhados por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou equivalente, para os documentos técnicos pertinentes, e instruídos com os respectivos documentos necessários para cada fase do licenciamento de acordo com os empreendimentos e/ou atividades a serem licenciados, conforme os Anexos deste Decreto.

**Art. 19.** As Licenças Ambientais ou Autorizações poderão ser expedidas nos casos em que as intervenções sejam relativas à recuperação ambiental do local, bem como reparação integral do dano ambiental, empreendimento ou obra, mediante compromisso firmado em Termo de Compromisso (TC), que após a sua assinatura constituirá Título Executivo Extrajudicial.

**Art. 20.** Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal, às custas do empreendedor.

**Parágrafo único.** As publicações de que trata o “caput” deste artigo deverão conter, no mínimo, os seguintes itens:

**I** - nome do interessado ou razão social e, se houver, o nome fantasia da empresa;

**II** - identificação do Órgão Ambiental Municipal;

**III** - modalidade e finalidade da licença ou Autorização Ambiental requerida;

**IV** - identificação do tipo de empreendimento e/ou atividade;

**V** - endereço completo;

**VI** - prazo de validade da licença ou Autorização Ambiental concedida.

**Art. 21.** As Licenças Ambientais e as Autorizações Ambientais devem ser mantidas, em original ou em cópia simples, no local do empreendimento e/ou atividade.

CAPÍTULO II  
DOS PRAZOS

**Art. 22.** Para cada modalidade de licença, a análise do pedido deverá ser concluída em prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da formalização do processo.

**§ 1º** Para o licenciamento ambiental simplificado e autorização ambiental, a análise do pedido deverá ser concluída em até 30 (trinta) dias úteis.

**§ 2º** Para os licenciamentos que exigirem a elaboração de EIA/RIMA, o prazo citado no “caput” deste artigo, para a Licença Prévia, será de até 120 (cento e vinte) dias úteis.

**Art. 23.** As solicitações de esclarecimentos e complementações decorrentes da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais serão realizadas uma única vez, podendo haver reiteração no caso em que o atendimento não seja satisfatório, ou gere necessidade de novos esclarecimentos.

**§ 1º** Além do previsto no “caput” deste artigo, poderão ser realizadas solicitações decorrentes de Audiências Públicas.

**§ 2º** O empreendedor terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis para atendimento da solicitação original e de até 30 (trinta) dias úteis para o caso de reiteração, sob pena do processo ser arquivado.

**§ 3º** Durante os prazos citados no parágrafo anterior, suspende-se a contagem do prazo para a análise do pedido de licenciamento.

**Art. 24.** Serão adotados os seguintes prazos pertinentes às Licenças Ambientais Municipais:

**I** - o prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento e/ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos;

**II** - o prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento e/ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos;

**III** - o prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos;

**IV** - o prazo de validade para a LAS será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e no máximo 6 (seis) anos;

**V** - o prazo de validade da Autorização Ambiental é de 60 (sessenta) dias úteis, podendo ser prorrogada, quando justificada tecnicamente, no máximo por mais 60 (sessenta) dias úteis;

**VI** - a declaração de Dispensa do Licenciamento Ambiental será válida enquanto não houver alteração do empreendimento e/ou atividade, objeto da Declaração, bem como alteração da legislação que interfira no enquadramento da licença.

**§ 1º** A solicitação da prorrogação de prazo de validade da LP ou da LI deverá ser requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da respectiva data de vencimento da licença, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do Órgão Ambiental Municipal. Após análise do Órgão Ambiental Municipal, a prorrogação poderá ser concedida por períodos máximos equivalentes ao prazo inicial, desde que, ao final, não ultrapasse o prazo total de 5 (cinco) anos para LP e 6 (seis) anos para LI.

**§ 2º** A solicitação da renovação da LO deverá ser requerida com antecedência mínima de 80 dias úteis da respectiva data de vencimento da licença, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do Órgão Ambiental Municipal. Após avaliação do desempenho ambiental do empreendimento e/ou atividade durante o período de vigência anterior, a renovação poderá ocorrer por um prazo de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

**§ 3º** Poderão ser estabelecidos prazos de validade inferiores para a Licença de Operação (LO) somente em casos de empreendimentos e/ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação de suas instalações.

**§ 4º** Após análise do Órgão Ambiental Municipal, a renovação da LAS poderá ser concedida por um prazo de 4 (quatro) a 6 (seis) anos e a solicitação da sua renovação deverá ser requerida com antecedência mínima de 80 (oitenta) dias úteis da respectiva data de vencimento da licença, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do Órgão Ambiental Municipal.

**§ 5º** O requerimento da Autorização Ambiental deverá ser solicitado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data de início da atividade, teste ou obra emergencial a ser autorizada.

**§ 6º** A solicitação da prorrogação de prazo de validade da Autorização Ambiental deverá ser requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da respectiva data de vencimento.

**§ 7º** Qualquer alteração no empreendimento e/ou atividade objeto da Declaração de Dispensa do Licenciamento Ambiental deverá ser comunicada ao Órgão Ambiental Municipal, de forma que as informações constantes na DDL sejam atualizadas para fins de fiscalização.

**§ 8º** O não atendimento aos prazos mínimos para pedido de prorrogação/renovação de Licença Ambiental previstos nos §1º, 2º, 3º e 6º deste artigo, ensejará a não prorrogação automática da licença, devendo ser apresentado a documentação correspondente à fase na qual o empreendimento e/ou atividade se encontra.

**§ 9º** O requerente poderá aproveitar os estudos e projetos já apresentados em processos anteriores e reapresentá-los no novo processo formalizado, desde que esteja de acordo com a legislação vigente, não tenham ocorrido alterações no empreendimento e/ou atividade e que não tenha havido mudança de titularidade.

**§ 10.** Excepcionalmente, mediante decisão motivada, de acordo com as características do empreendimento e/ou atividade, o Órgão Ambiental Municipal poderá dispensar a renovação de Licença de Operação (LO) e Licença Ambiental Simplificada (LAS), nas hipóteses de:

**I** - encerramento do empreendimento e/ou atividade;

**II** - parcelamento do solo, na modalidade de loteamento aberto;

**III** - conclusão do plano de recuperação de área degradada (PRADE);

**IV** - alteração da legislação.

**Parágrafo único.** O interessado em proceder ao encerramento de sua atividade e/ou empreendimento deverá protocolar requerimento de encerramento.

**CAPÍTULO III  
DA AUTORIZAÇÃO, LICENÇAS, REGULARIZAÇÃO E DISPENSA AMBIENTAIS**

**Seção I  
Da Autorização Ambiental**

**Art. 25.** Dependerão de Autorização Ambiental (AA) os empreendimentos e/ou atividades cuja implantação e/ou realização seja de curta duração, a execução de obras emergenciais ou a execução de testes, atividades ou obras que possam acarretar alterações ao meio ambiente, que não caracterizem instalações permanentes.

**Parágrafo único.** A Autorização Ambiental deverá ser solicitada ao Órgão Ambiental Municipal mediante apresentação de documentações, de acordo com o disposto no Anexo I, visando resguardar o interesse público na preservação do meio ambiente.

**Art. 26.** Para pedido da AA, deverá ser recolhida a taxa referente a LP, auferida conforme o porte e o potencial poluidor, previsto na Lei Complementar n. 22, de 14 de dezembro de 1998 e suas alterações.

**Seção II  
Da Licença Prévia-**

**Art. 27.** A Licença Prévia (LP) será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento e/ou atividade e tem por objetivos:

**I** - aprovar a localização e atestar a viabilidade ambiental do empreendimento e/ou atividade;

**II** - estabelecer os pré-requisitos básicos e as condicionantes a serem atendidas como exigência para as próximas fases do licenciamento.

**Art. 28.** A LP será concedida mediante observância dos seguintes instrumentos do licenciamento ambiental:

**I** - Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo;

**II** - Carta Geotécnica e Carta de Drenagem;

**III** - Plano de Manejo das Unidades de Conservação;

**IV** - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental;

**V** - Lei do Zoneamento Ecológico Econômico Municipal;

**VI** - eventual incompatibilidade com outros empreendimentos e atividades;

**VII** - já licenciados e ocupantes de áreas adjacentes ou sob influência direta do empreendimento e/ou atividade pretendidos.

**Seção III  
Da Licença de Instalação**

**Art. 29.** A Licença de Instalação (LI) autorizará a instalação de empreendimento e/ou atividade de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, dos quais constituem motivos determinantes e tem por objetivos:

**I** - atestar que os pré-requisitos e condicionantes estabelecidos na LP foram cumpridos;

**II** - aprovar a proposta e autorizar a implantação do PCA apresentado.

**Art. 30.** A LI será concedida mediante análise técnica de verificação de adequação do PCA aos padrões ambientais estabelecidos na legislação vigente.

**Art. 31.** A ampliação do empreendimento e/ou atividade, a alteração da capacidade produtiva, a modificação nos processos de produção e, ainda, alteração no Sistema de Controle Ambiental (SCA) de empreendimento e/ou atividade já licenciada, deverá ser objeto de Licença de Instalação mediante a apresentação da documentação listada no Anexo I deste Decreto.

**§1º** Sempre que a ampliação de empreendimento e/ou atividade resultar em alteração de seu enquadramento e/ou diversificação, o interessado poderá, previamente ao requerimento de ampliação, solicitar Carta Consulta ao Órgão Ambiental Municipal para obter orientação quanto aos documentos e estudos ambientais necessários a fundamentar o requerimento em questão.

**§ 2º** A documentação apresentada para a ampliação de que trata o parágrafo anterior, sem consulta ou orientação do Órgão Ambiental Municipal, poderá ensejar ao requerente a apresentação de informações técnicas, estudos e/ou documentos complementares.

**§ 3º** As ampliações de empreendimentos e/ou atividades ficarão sujeitas, quando couber, ao pagamento de compensação ambiental referente à ampliação, conforme legislação vigente.

**§ 4º** Durante os procedimentos de ampliação, o empreendimento e/ou atividade ficará, concomitantemente, sob a égide da Licença de Operação (LO) e da Licença de Instalação (LI) e, ao final dos trabalhos de instalação/ampliação, deverá requerer a substituição da Licença de Operação (LO), incluídas as ampliações.

**Seção IV  
Da Licença de Operação**

**Art. 32.** A Licença de Operação (LO) autoriza a operação de empreendimento e/ou atividade após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com adoção das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a sua operação.

**Parágrafo único.** Ressalvados os casos de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) e de Autorização Ambiental (AA), todos os empreendimentos e/ou atividades deverão obter a Licença de Operação (LO) antes do início de seu funcionamento.

**Art. 33.** A LO somente será emitida mediante a apresentação de relatório comprovando o cumprimento das exigências e do controle e monitoramento ambiental dos impactos causados durante a fase de implantação do empreendimento e/ou atividade,

acompanhados da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente.

**Art. 34.** O empreendedor é o responsável pela manutenção e operação do Sistema de Controle Ambiental (SCA) do seu empreendimento e/ou atividade, bem como do Plano de Automonitoramento, quando este for necessário.

**Seção V**  
**Da Licença Ambiental Simplificada**

**Art. 35.** Os empreendimentos e/ou atividades definidas nos Anexos III, IV, V, VI, VII, VIII e IX deste Decreto, que são considerados potencial causador de pequeno impacto ambiental, sujeitar-se-ão à Licença Ambiental Simplificada e estarão dispensados das licenças ambientais nas modalidades Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

**Art. 36.** A Licença Ambiental Simplificada (LAS) tem por objetivos:

**I** - aprovar a localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade;

**II** - autorizar a implantação do Sistema de Controle Ambiental, quando necessário;

**III** - estabelecer as condicionantes a serem atendidas durante o funcionamento do empreendimento e/ou atividade.

**Art. 37.** Para pedido da LAS, deverá ser recolhida a taxa referente a LP, auferida conforme o porte e o potencial poluidor, previsto na Lei Complementar n. 22, de 14 de dezembro de 1998 e suas alterações.

**Seção VI**  
**Da Regularização Ambiental**

**Art. 38.** Para fins de regularização ambiental, o empreendedor deverá apresentar a documentação correspondente à fase na qual o empreendimento e/ou atividade se encontra, bem como os documentos das fases anteriores, incluindo a quitação da (s) taxa (s) correspondente (s) a cada etapa, sem prejuízo de adoção de penalidades previstas na legislação.

**§ 1º** Nos casos em que o empreendedor solicitou Licença de Operação e verificada a necessidade de adequações ambientais no empreendimento e/ou atividade, o Órgão Ambiental Municipal poderá emitir concomitantemente a Licença de Instalação.

**§ 2º** Os documentos/estudos das fases anteriores poderão ser dispensados, mediante justificativa técnica e/ou jurídica apresentada pelo empreendedor/requerente e deferida, motivadamente, pelo órgão ambiental.

**Seção VII**  
**Da Dispensa do Licenciamento**

**Art. 39.** Os empreendimentos e/ou atividades de impacto insignificante, discriminados no Anexo II deste Decreto, ficam dispensados do licenciamento ambiental municipal, sem prejuízo da obtenção de outras licenças legalmente exigíveis e do cumprimento das obrigações decorrentes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) e Código de Postura Municipal, bem como da legislação específica, em especial nos casos em que o empreendimento e/ou atividade propostos estiverem inseridos em Unidade de Conservação, Área de Preservação Permanente (APP) ou qualquer outro tipo de área legalmente protegida.

**Art. 40.** Os empreendimentos e/ou atividades constantes no Anexo II poderão receber Declaração de Dispensa do Licenciamento emitida pelo Órgão Ambiental Municipal, se assim requisitado pelo empreendedor/requerente, mediante a abertura de processo administrativo devidamente instruído.

**Art. 41.** A Dispensa do Licenciamento:

**I** - não exime o empreendimento/atividade da fiscalização exercida pelo Órgão Ambiental Municipal;

**II** - não substitui qualquer autorização para intervenção em vegetação ou em Área de Preservação Permanente (APP), licença para construir, alvarás, certidões ou outros documentos exigidos pela legislação vigente;

**III** - não exime de destinar corretamente os resíduos e/ou efluentes gerados em seu empreendimento e/ou atividade;

**IV** - não exime a responsabilidade por danos ambientais decorrentes das intervenções realizadas com vistas à implantação ou operação de empreendimentos e/ou atividades.

**Parágrafo único.** No caso de dispensas de licenciamento ambiental que prescindirem de análise, deverá ser recolhida a taxa referente a LP, auferida conforme o porte e o potencial poluidor, previsto na Lei Complementar n. 22, de 14 de dezembro de 1998 e suas alterações.

**Seção VIII**  
**Da Carta Consulta**

**Art. 42.** A Carta Consulta destina-se a dirimir dúvidas quanto à obrigatoriedade e os procedimentos necessários para o licenciamento ambiental de determinado empreendimento e/ou atividade que não constar nos anexos deste Decreto, devendo para tanto apresentar a documentação constante no Anexo I.

**§ 1º** A Carta Consulta poderá resultar na exigência do respectivo licenciamento, desde que justificado tecnicamente pelo Órgão Ambiental Municipal e informados os procedimentos específicos a serem adotados.

**§ 2º** Uma vez não identificado o enquadramento do empreendimento e/ou atividade, o Órgão Ambiental Municipal encaminhará para análise e parecer conclusivo da CCA, conforme previsto no parágrafo único do art.11 do presente Decreto;

**§ 3º** Os interessados poderão ainda, mediante Carta Consulta, apresentar exposição de motivos e proposta de Termo de Referência com vistas a formalizar processo de licenciamento acompanhado de Estudo Ambiental diverso do especificado nos anexos de III a IX deste Decreto para a tipologia da atividade pretendida.

**Art. 43.** Para pedido da Carta Consulta, deverá ser recolhida taxa, conforme previsto na Lei Complementar n. 22, de 14 de dezembro de 1998 e suas alterações.

**Seção IX**  
**Da Alteração do Nome da Pessoa Física ou da Razão Social**

**Art. 44.** No caso de alteração do nome da pessoa física ou da razão social, o empreendedor/requerente deverá efetuar a solicitação mediante o preenchimento de formulário específico, disponível no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal, acompanhado de cópias dos documentos que comprovem a alteração realizada, conforme Anexo I.

**§ 1º** Poderá ser solicitada a alteração da titularidade da licença ou autorização, dentro do mesmo processo administrativo, em qualquer fase (Autorização Ambiental, LAS, LP, LI ou LO), desde que sejam mantidas as condições de zelo, matérias-primas, produtos, localização, processos produtivos, poluentes gerados, capacidade produtiva.

**§ 2º** Quando da entrega da Autorização ou Licença Ambiental retificada, o requerente, devolvêrá ao Órgão Ambiental Municipal o documento original substituído.

**§ 3º** Não haverá mudança no prazo de validade da Autorização ou Licença em razão da alteração realizada.

**Seção X**  
**Mudança de Titularidade**

**Art. 45.** Nos casos de mudança de titularidade do empreendimento e/ou atividade, o Órgão Ambiental Municipal deverá ser imediatamente informado, com vistas à substituição da licença ou autorização ambiental vigente, devendo para tanto ser apresentada a documentação listada no Anexo I deste Decreto.

**§ 1º** A documentação mencionada no “caput” será juntada ao processo original da Licença ou Autorização a ser substituída e encaminhada para análise.

**§ 2º** A nova Licença ou Autorização será entregue ao requerente mediante a restituição ao Órgão Ambiental Municipal, da documentação original a ser substituída.

**§ 3º** Não haverá mudança no prazo de validade da nova Licença ou Autorização em razão da mudança realizada.

**§ 4º** Nos casos em que a Licença ou Autorização ainda não foi expedida, o pedido de alteração de titularidade poderá ser requerido no processo que ainda está em análise.

**Seção XI**  
**Segunda Via da Autorização e das Licenças Ambientais**

**Art. 46.** A Autorização e as Licenças Ambientais deverão ser mantidas, em original ou cópia simples, no local da instalação ou operação do empreendimento e/ou atividade.

**Parágrafo único.** Em caso de extravio, furto ou roubo da Autorização ou Licença, o titular do documento poderá requerer ao Órgão Ambiental Municipal a segunda via, mediante a apresentação dos documentos, conforme Anexo I deste Decreto.

**Seção XII**  
**Indeferimento**

**Art. 47.** Ao interessado no licenciamento de empreendimento e/ou atividade, cuja solicitação tenha sido indeferida, caberá recurso ao Conselho Municipal de Meio Ambiente no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento ou ciência da decisão.

**Parágrafo único.** O recurso deverá ser protocolado no órgão ambiental municipal que após juntada do recurso no processo, remeterá os autos ao Conselho que terá o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para deliberação.

**Seção XIII**  
**Arquivamento e Desarquivamento**

**Art. 48.** O requerente de licença ou autorização ambiental, que deixar de cumprir ao que for solicitado pelo Órgão Ambiental Municipal, dará causa ao arquivamento do respectivo processo, sendo-lhe facultado efetuar novo requerimento de licença e/ou autorização.

**§ 1º** O novo requerimento, poderá ser efetuado por meio da instrução de um novo processo administrativo ou por intermédio do desarquivamento do processo original.

**§ 2º** A solicitação de desarquivamento de processo deverá seguir o formulário disponível no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal, e deverá estar acompanhada de justificativa fundamentada subscrita pelo titular do processo arquivado ou seu representante legal.

**§ 3º** A justificativa fundamentada deverá informar sobre a existência de comunicados ou outros requerimentos do Órgão Ambiental Municipal que não tenham sido atendidos, bem como se o arquivamento se deu a pedido do interessado.

**§ 4º** A justificativa fundamentada deverá ser acompanhada de documentos contendo os esclarecimentos e complementações em atendimento ao comunicado ou outro requerimento de que trata o § 2º deste artigo, observando-se eventuais alterações normativas quanto às novas exigências ou dispensas, bem como do comprovante do pagamento dos custos de análise correspondente à Licença ou Autorização Ambiental requerida, conforme guia fornecida pelo Órgão Ambiental Municipal.

**§ 5º** Protocolada a solicitação com os documentos pertinentes, considerar-se-á efetivado o desarquivamento do processo em questão, tendo início nova contagem de prazo para sua análise.

**§ 6º** Havendo necessidade de novos esclarecimentos ou pendências e descumprido o prazo legal para o seu atendimento, o Órgão Ambiental Municipal deverá encaminhar o processo para arquivamento definitivo.

**§ 7º** O Requerimento visando o desarquivamento de processos, somente será analisado quando protocolado em prazo não superior a 240 (duzentos e quarenta) dias úteis, contados a partir da data da publicação do arquivamento.

**TÍTULO III**  
**DA COMISSÃO DE CONTROLE AMBIENTAL**

**Art. 49.** A Comissão de Controle Ambiental (CCA) reúne o grupo técnico responsável pela emissão de pareceres técnicos e documentos afins, os quais deverão fazer parte dos processos ambientais, conforme solicitação do Órgão Ambiental Municipal nas demais questões de controle ambiental, de proteção e conservação dos bens de interesse do município.

**Art. 50.** A CCA será composta por um membro titular e um suplente, nomeados pelo Prefeito Municipal, pertencentes ao corpo técnico da Prefeitura, dos seguintes órgãos e entidade:

**I** - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (SEMADUR);

**II** - Secretaria Municipal de Saúde (SESAU);

**III** - Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB).

**Art. 51.** O Órgão Ambiental Municipal sediará e coordenará os trabalhos da Comissão e fornecerá apoio técnico administrativo.

**Art. 52.** Cabe à Comissão de Controle Ambiental:

**I** - emitir parecer relativo aos pedidos de licença ambiental de acordo com o artigo 14 e carta consulta de acordo com o § 2º artigo 42;

**II** - deliberar quanto ao cancelamento das licenças, autorizações e declarações dispostas no art. 84 § 2º;

**III** - propor critérios e diretrizes para o exercício compartilhado do controle ambiental com outras instâncias públicas, especialmente com os Órgãos Ambientais Estadual e Federal;

**Art. 53.** A Comissão elaborará seu Regimento em até 90 (noventa) dias úteis após a publicação deste Decreto.

**Art. 54.** O mandato de cada membro da CCA será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido.

**TÍTULO IV  
DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 55.** As pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por empreendimentos e/ou atividades, enquadrados pelo Órgão Ambiental Municipal, como efetivos ou potenciais causadores de impactos negativos não mitigáveis, assim caracterizados a partir do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), do Estudo Ambiental Preliminar (EAP), do Relatório de Controle Ambiental (RCA) ou do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), são sujeitas ao pagamento da Compensação Ambiental.

**§ 1º** Incluem-se entre as despesas de custeio de atividade de gestão ambiental, a aquisição de bens, a execução de obras e serviços, os dispêndios com pessoal e outras exigências pertinentes à execução da política ambiental no âmbito do Município.

**§ 2º** As compensações decorrentes da implantação de empreendimentos e/ou atividades públicas poderão ser efetivadas mediante aplicação de recursos em atividades de gestão ambiental no Município.

**Art. 56.** No caso de ampliação ou modificação de empreendimentos e/ou atividades já licenciados, o cálculo da compensação ambiental terá como parâmetro o custo da ampliação ou modificação e operação.

**Art. 57.** Aplica-se a metodologia e os cálculos para apurar o valor da Compensação Ambiental descritos neste Decreto, para todos os Processos de Licenciamento Ambiental em trâmite no Órgão Ambiental Municipal e que sejam passíveis de Compensação Ambiental.

**§ 1º** A compensação ambiental não exclui a obrigação de atender às condicionantes definidas no processo de licenciamento ambiental, bem como as demais exigências legais e normativas.

**§ 2º** A soma dos fatores de compensação ambiental, para o mesmo processo, não poderá ultrapassar 0,5% (meio por cento) do valor total do investimento.

**§ 3º** Da decisão do Órgão Ambiental Municipal referente ao cálculo da compensação ambiental, caberá pedido de reconsideração no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**CAPÍTULO II  
DA GRADAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL**

**Art. 58.** A compensação ambiental será exigível dos empreendimentos e/ou atividades de significativo impacto ambiental e estabelecida por meio do produto dos fatores de compensação ambiental com o Valor de Referência – VR, de acordo com a fórmula a seguir:

CA = VR x FC, onde:  
CA = Valor da Compensação Ambiental;  
VR = somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais; e  
FC = Fator de Compensação que consiste nos percentuais descritos nos Quadros estabelecidos nos art. 62 a 64, podendo atingir valores de 0 a 0,5%.

**§ 1º** Os valores dos fatores de compensação ambiental são aplicados tendo como base a tipologia de empreendimento e/ou atividade.

**§ 2º** Em havendo a ocorrência simultânea de mais de um dos critérios para gradação de impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais, o percentual será aplicado cumulativamente, observando o disposto no § 2º do art. 57.

**§ 3º** Faculta-se ao empreendedor propor valores percentuais superiores ao disposto neste Decreto.

**Art. 59.** A gradação de impacto ambiental será realizada com base nas seguintes premissas:

**I** - considerar os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais;

**II** - não considerar análises de risco;

**III** - todas as informações necessárias ao cálculo do grau de impacto ambiental devem constar nos estudos integrantes do processo de licenciamento ambiental;

**IV** - não deve interferir no processo decisório do licenciamento ambiental, sendo aplicada apenas àqueles empreendimentos e/ou atividades considerados ambientalmente viáveis;

**V** - deve possibilitar ao empreendedor calcular o grau de impacto ambiental de seu empreendimento e/ou atividade.

**Art. 60.** O percentual relativo à compensação ambiental, considerados todos os fatores de compensação ambiental, será proposto pelo empreendedor e encaminhado ao Órgão Ambiental Municipal, para análise e manifestação, caso o empreendimento seja considerado ambientalmente viável.

**CAPÍTULO III  
DOS CRITÉRIOS PARA GRADAÇÃO DE IMPACTOS NEGATIVOS E NÃO MITIGÁVEIS**

**Art. 61.** Ficam estabelecidos os seguintes critérios para gradação de impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais para fins de cálculo da compensação ambiental:

**I** - inundações de Ecossistemas Naturais: nos casos em que haja, na extensão espacial da inundação decorrente da implantação de represamento, o desaparecimento de ecossistemas naturais;

**II** - ocorrência de espécies de flora ameaçadas de extinção: nos casos em que haja ocorrência de espécies de flora ameaçadas de extinção nas áreas diretamente afetadas (ADA) e de influência direta (AID), conforme definido no EIA/RIMA ou demais estudos integrantes do processo de licenciamento ambiental, observadas as listas de espécies de publicações oficiais;

**III** - ocorrência de espécies de fauna ameaçadas de extinção: nos casos em que haja ocorrência de espécies de fauna ameaçadas de extinção nas áreas diretamente afetadas (ADA) e de influência direta (AID) de implantação do empreendimento e/ou atividade, conforme definido nos estudos integrantes do processo de licenciamento ambiental, observadas as listas de espécies de publicações oficiais;

**IV** - ocorrência de ictiofauna endêmica: nos casos em que haja ocorrência de espécies de ictiofauna endêmicas nos trechos afetados pela implantação de empreendimento e/ou atividade que implique em represamento;

**V** - interrupção da circulação da ictiofauna migratória: nos casos em que a implantação de represamento provoque a interrupção da circulação da ictiofauna migratória, sem adoção de mecanismos apropriados para seu restabelecimento;

**VI** - interrupção de circulação de fauna nativa terrestre: nos casos em que a implantação do empreendimento e/ou atividade provoque a interrupção da circulação da fauna nativa terrestre;

**VII** - fragmentação da vegetação nativa: nos casos em que a supressão de vegetação decorrente da implantação do empreendimento e/ou atividade implicar na fragmentação de remanescente de vegetação nativa maior que 10 ha (dez hectares), sem adoção de mecanismos para restabelecimento da conectividade;

**VIII** - implantação em Unidade de Conservação ou em sua zona de amortecimento: nos casos em que a implantação do empreendimento e/ou atividade, considerada a Área Diretamente Afetada (ADA), ocorra em Unidade de Conservação ou em sua zona de amortecimento, assim estabelecida em seu plano de manejo;

**IX** - implantação em áreas ambientalmente frágeis: nos casos em que a implantação do empreendimento e/ou atividade incida em áreas de preservação permanente – APP, conforme previstas na Lei Federal n. 12.651, de 25 de maio de 2012 e suas alterações;

**X** - alteração do regime hidráulico de jusante do reservatório: quando se tratar de empreendimento de reservatório de acumulação ou reservatório que opere com geração de ponta;

**XI** - rebaixamento do lençol freático: nos casos em que a implantação do empreendimento e/ou atividade implique em rebaixamento do lençol freático;

**XII** - desaparecimento de atributos abióticos naturais da paisagem: nos casos em que a implantação do empreendimento e/ou atividade implique no desaparecimento de atributos abióticos naturais da paisagem.

**CAPÍTULO IV  
DOS EMPREENDIMENTOS LINEARES**

**Art. 62.** O Quadro 1 estabelece os fatores de compensação ambiental a serem aplicados para a implantação de empreendimentos lineares, como rodovias, ferrovias, dutos e linhas de transmissão, observados os limites do art. 57 § 2º.

Quadro 1. Fatores de compensação ambiental destinados ao cálculo da compensação ambiental para a implantação ou ampliação de empreendimentos lineares:

CRITÉRIO AMBIENTAL	FATOR DE COMPENSAÇÃO
I - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FLORA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO EM RODOVIAS E FERROVIAS - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3 %
II - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FLORA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO EM RODOVIAS E FERROVIAS - ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA (AID)	0,1 %
III - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FLORA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO EM DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3%
IV - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FLORA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO EM DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO - ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA (AID)	0,1 %
V - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO EM RODOVIAS E FERROVIAS- ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3%
VI - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO EM RODOVIAS E FERROVIAS - ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA (AID)	0,2%
VII - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO EM DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO- ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA) - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3%
VIII - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO EM DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO- ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA (AID)	0,2%

IX - INTERRUPÇÃO DE CIRCULAÇÃO DE FAUNA NATIVA TERRESTRE EM RODOVIAS E FERROVIAS - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,4%
X - INTERRUPÇÃO DE CIRCULAÇÃO DE FAUNA NATIVA TERRESTRE EM DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,4%
XI - FRAGMENTAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA EM RODOVIAS E FERROVIAS - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,2% POR FRAGMENTAÇÃO
XII - FRAGMENTAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA EM DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,2% POR FRAGMENTAÇÃO
XIII - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,5% POR UC AFETADA
XIV - IMPLANTAÇÃO DE DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO- ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA (AID)	0,2% POR UC AFETADA
XV - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS EM ZONA DE AMORTECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	0,5 % POR UC AFETADA
XVI - IMPLANTAÇÃO DE DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO EM ZONA DE AMORTECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	0,2 % POR UC AFETADA
XVII - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	0,2% A CADA 5 KM PERTCRRIDOS NA ÁREA
XVIII - IMPLANTAÇÃO DE DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	0,2% A CADA 5 KM PERTCRRIDOS NA ÁREA
XIX - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS EM ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS	0,4% A CADA 10 KM PERTCRRIDOS NA ÁREA
XX - IMPLANTAÇÃO DE DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO EM ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS	0,4% A CADA 10 KM PERTCRRIDOS NA ÁREA
XXI - REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO EM DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3%
XXII - REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO EM DUTOS E LINHAS DE TRANSMISSÃO - ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA (AID)	0,1%
XXIII - REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO EM RODOVIAS E FERROVIAS - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3%
XXIV - REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO EM RODOVIAS E FERROVIAS - ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA (AID)	0,1%

CAPÍTULO V  
DOS REPRESENTAMENTOS

**Art. 63.** O Quadro 2 estabelece os fatores de compensação ambiental a serem aplicados para a implantação ou ampliação de represamentos, tais como hidrelétricas, represas e barragens para abastecimento de água.

Quadro 2. Fatores de compensação ambiental destinados ao cálculo da compensação ambiental para a implantação ou ampliação de represamentos:

CRITÉRIO AMBIENTAL	FATOR DE COMPENSAÇÃO
I - INUNDAÇÃO DE ECOSISTEMAS NATURAIS	0,2% A CADA 10 HECTARES INUNDADOS
II - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FLORA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3%
III - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FLORA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,1%
IV - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,4%
V - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,2%
VI - OCORRÊNCIA DE ICTIOFAUNA ENDÊMICA - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,2%
VII - INTERRUPÇÃO DA CIRCULAÇÃO DA ICTIOFAUNA MIGRATÓRIA - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,4%
VIII - INTERRUPÇÃO DE CIRCULAÇÃO DE FAUNA NATIVA TERRESTRE - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,4%
IX - FRAGMENTAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3%
X - IMPLANTAÇÃO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	0,2% POR UC AFETADA
XI - IMPLANTAÇÃO EM ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS	0,2 %
XII - ALTERAÇÃO DO REGIME HIDRÁULICO DE JUSANTE DO RESERVATÓRIO	0,5%
XIII - DESAPARECIMENTO DE ATRIBUTOS ABIÓTICOS NATURAIS DA PAISAGEM- ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,05% PARA CADA ATRIBUTO

CAPÍTULO VI  
DAS DEMAIS TIPOLOGIAS DE EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES

**Art. 64.** O Quadro 3 estabelece os fatores de compensação ambiental a serem aplicados para a implantação ou ampliação das demais tipologias de empreendimentos e/ou atividades não contempladas neste Decreto.

Quadro 3. Fatores de compensação ambiental destinados ao cálculo da compensação ambiental para a implantação ou ampliação das demais tipologias de empreendimentos:

CRITÉRIO AMBIENTAL	FATOR DE COMPENSAÇÃO
I - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FLORA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3 %
II - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FLORA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA (AID)	0,1 %
III - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3%
IV - OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES DE FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA (AID)	0,2%
V - INTERRUPÇÃO DE CIRCULAÇÃO DE FAUNA NATIVA TERRESTRE - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,4%
VI - FRAGMENTAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,2%
VII - IMPLANTAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,5% POR UC AFETADA
VIII - IMPLANTAÇÃO EM ZONA DE AMORTECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	0,5 % POR UC AFETADA
IX - IMPLANTAÇÃO EM ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS	0,4%
X - REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)	0,3%
XI - REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO - ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA (AID)	0,1%

TÍTULO V  
DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

**Art. 65.** Constitui infração, toda ação ou omissão contrária às disposições deste Decreto e às demais normas dele decorrentes, em conformidade com o art. 9º da Lei n. 3.612, de 30 de abril de 1999:

**I** - iniciar instalação de qualquer empreendimento e/ou atividade real ou potencialmente poluidora sem possuir licença ou em desacordo com a mesma, quando concedida;

**II** - iniciar ou prosseguir em operação de empreendimentos e/ou atividades sem possuir licença ou em desacordo com a mesma, quando concedida;

**III** - testar instalação ou equipamentos sem licença ou em desacordo com a mesma, quando concedida;

**IV** - impedir ou cercear a fiscalização; sonegar dados ou informações, bem como prestá-la de forma falsa ou modificada; desacatar ou desrespeitar agente de fiscalização; sonegar ou não fornecer no prazo estabelecido, informações para formação ou atualização do cadastro, ou fornecê-las em desacordo com a realidade;

**V** - descumprir cronograma ou prazo de obras;

**VI** - prosseguir atividade suspensa pelo Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental – SILAM.

**Parágrafo único.** Os infratores das disposições deste Decreto e das demais normas dele decorrentes ficam sujeitos às penalidades previstas na Lei n. 3.612, de 30 de abril de 1999, sem prejuízo das cominações cíveis e penais cabíveis.

**Art. 66.** Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades ambientais, para efeito do exercício do seu poder de polícia administrativa.

**§ 1º** Responderá pela infração aquele que, por qualquer modo cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar, inclusive por omissão.

**§ 2º** Fica o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

TÍTULO VI  
DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**Art. 67.** O Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), instituído pela Lei n. 3.612, de 30 de abril de 1999, vinculado ao Gabinete do Prefeito (GAPRE) e gerido pelo Órgão Ambiental Municipal, tem como finalidade propiciar a realização de projetos e programas ambientais.

**Art. 68.** São receitas do FMMA:

**I** - transferências consignadas nas dotações orçamentárias do GAPRE, integrantes do orçamento anual do Município;

**II** - taxas de licenciamento ambiental;

**III** - multas por infração ambiental;

**IV** - doações, legados, contribuições da empresa concessionárias dos serviços públicos, de outras empresas e de outras receitas que legalmente possam ser incorporadas;

**V** - rendimentos de aplicações no mercado financeiro;

**VI** - financiamentos destinados a projetos e programas ambientais;



**VII** - auxílios, subvenções e outras transferências dos Governos Federal e Estadual;

**VIII** - compensações ambientais;

**IX** - ICMS Ecológico.

**§ 1º** Os recursos arrecadados pelo FMMA serão depositados em instituições financeiras e movimentados mediante assinatura em conjunto, do Órgão Ambiental Municipal e do Órgão Municipal de Finanças.

**§ 2º** O saldo financeiro do FMMA, apurado em balanço, será transferido a seu crédito para o exercício seguinte.

**§ 3º** Os recursos arrecadados para o Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) serão, preferencialmente, oriundos, de:

**I** - órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, conforme dispõe o art. 47, da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000;

**II** - órgão ou empresa, público ou privado, responsável pela geração e/ou distribuição de energia elétrica;

**III** - empreendimentos e/ou atividades, que explorem atividade econômica, instalados nos limites da Unidade de Conservação;

**IV** - outros recursos destinados a este fim por meio de Lei, Contrato ou Convênio.

**Art. 69.** Na aplicação dos recursos do FMMA serão observadas as normas estabelecidas pelas Leis Federais n. 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais disposições federais, estaduais e municipais aplicáveis às execuções orçamentária e financeira, especialmente as estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

**§ 1º** Para aplicação dos recursos do FMMA será elaborada minuta da proposta orçamentária, encaminhada ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) até 30 de abril do ano anterior à execução da proposta, para posterior apreciação e deliberação.

**§ 2º** Os bens adquiridos com recursos do FMMA integrarão o patrimônio do Município, ficando sob a responsabilidade do Órgão Ambiental Municipal e/ou da PLANURB.

**Art. 70.** A gestão do FMMA, observando o disposto no §1º, do art. 73, deste Decreto, é de responsabilidade do Ordenador de Despesas do Órgão Ambiental Municipal, competindo-lhe:

**I** - firmar contratos e convênios;

**II** - praticar os atos de administração orçamentária e financeira, especialmente o ordenamento, empenho, liquidação e pagamento de despesas, bem como os serviços de contabilidade necessários para a elaboração de prestação de contas, balancetes mensais e balanço geral.

**Parágrafo único.** Os servidores do Órgão Ambiental Municipal darão apoio administrativo, técnico e operacional para execução das ações e serviços do FMMA.

**TÍTULO VII  
DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**Art. 71.** A Audiência Pública tem como objetivo divulgar informações, recolher as opiniões, críticas e sugestões de segmentos da população interessada na implantação de determinados empreendimentos e/ou atividades utilizadores de recursos ambientais ou modificadores do meio ambiente com o fim de subsidiar a decisão quanto ao seu licenciamento ambiental.

**Art. 72.** Os empreendimentos e/ou atividades, que no processo de licenciamento estiverem sujeitos à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), poderão estar submetidos à realização de Audiências Públicas.

**Art. 73.** O Órgão Ambiental Municipal divulgará, por meio de publicação no Diário Oficial de Campo Grande, bem como em periódico local de grande circulação, ou em sítio oficial do Órgão Ambiental Municipal, a disponibilidade do RIMA para consulta, fixando prazo de 30 (trinta) dias úteis para possível solicitação de audiência pública.

**§ 1º** A Audiência Pública poderá ser solicitada pelo Poder Público Municipal, sempre que julgar necessário, ou por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos.

**§ 2º** No caso de haver solicitação de Audiência Pública, a concessão da licença ficará condicionada a sua realização.

**Art. 74.** A convocação da Audiência Pública dar-se-á por meio de publicação no Diário Oficial de Campo Grande, bem como em periódico local de grande circulação, ou em sítio oficial do Órgão Ambiental Municipal, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis.

**Parágrafo único.** O RIMA será colocado à disposição para consulta de qualquer interessado, inclusive por meio eletrônico e em formato aberto, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da realização da respectiva audiência pública.

**Art. 75.** Em função da localização geográfica do empreendimento e/ou atividade e da complexidade do tema, poderá existir mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto e respectivo estudo ambiental.

**Art. 76.** As Audiências Públicas serão dirigidas, conjuntamente pelo presidente e pelo mediador, cujas funções caberão, respectivamente, aos representantes da PLANURB e do Órgão Ambiental Municipal.

**§ 1º** Além do presidente e do mediador, comporão a mesa dos trabalhos um representante da entidade que solicitou a Audiência Pública, o empreendedor e a equipe que elaborou o estudo ambiental, ou seus representantes, podendo ser convidado para auxiliar os trabalhos um representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e/ou do Conselho Municipal da Cidade (CMDU) e/ou Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), conforme o caso.

**§ 2º** As audiências públicas serão secretariadas pela Assessoria de Assistência aos Órgãos Colegiados (AAOC).

**§ 3º** Aos presentes deverá ser distribuído folheto explicativo sobre os procedimentos da Audiência, indicando também os principais impactos ambientais e as medidas mitigadoras constantes do projeto em análise.

**Art. 77.** As despesas decorrentes da divulgação e realização da audiência pública que envolvem EIA/RIMA serão custeadas pelo empreendedor.

**TÍTULO VIII  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 78.** Os processos em trâmite no Órgão Ambiental Municipal na data de publicação deste Decreto, qualquer que seja a modalidade de licenciamento a que se destine, poderão ser concluídos nos termos das normas vigentes na data de sua instrução ou nos termos deste Decreto.

**§ 1º** Caso opte, é facultado ao requerente, nos processos que trata o “caput” deste artigo, solicitar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis contados da publicação deste Decreto, a adequação processual às normas do presente Decreto, sujeitando-se, quando necessário, a apresentação de documentação complementar, conforme dispõe o § 2º, do art. 23.

**§ 2º** É facultado ao Órgão Ambiental Municipal proceder ao ajuste dos processos, ainda que sem a solicitação de que trata o § 1º deste artigo, se assim for considerado conveniente para a celeridade administrativa, eficiência ou economia processual.

**§ 3º** A adequação processual não incide sobre os compromissos já assumidos relativos a atos de compensação ou mitigação ajustados sob a égide do Decreto n. 12.851, de 16 de março de 2016.

**Art. 79.** No caso de processos de licenciamento preexistentes à publicação deste Decreto, instruídos com base nas disposições do Decreto n. 7.884, de 30 de julho de 1999, cujo Estudo Ambiental exigido era de categoria menor ao que passa a ser exigido por este, ficará o requerente dispensado da apresentação de novo estudo, devendo a análise ser concluída a partir do estudo ou elementos técnicos originalmente apresentados no processo.

**Art. 80.** Os empreendimentos e/ou atividades já licenciados e que, a partir da data de publicação deste Decreto, tornarem-se isentos de licenciamento ambiental não deverão solicitar a renovação da licença ambiental.

**Art. 81.** Os empreendimentos e/ou atividades que, a partir da data de publicação deste Decreto, tornarem-se passíveis de licenciamento ambiental deverão formalizar processo de licenciamento ambiental no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

**Art. 82.** Para efeito da determinação de exigências, restrições, condições e recomendações na análise do processo de licenciamento, serão considerados como limites máximos, os parâmetros de qualidade, de emissão e de lançamentos definidos na legislação ambiental, assim também consideradas as Normas Regulamentadoras – NR e Normas Brasileiras Regulamentadoras - NBR’s, admitindo-se o estabelecimento de condições mais restritivas se a análise técnica, devidamente fundamentada, assim o recomendar.

**Art. 83.** Nas propriedades desprovidas de práticas conservacionistas de solo e água ou em que as Áreas de Preservação Permanente (APP) estejam em desacordo com as disposições legais, somente será outorgada a Licença ou Autorização Ambiental após o requerente se comprometer com a adoção de medidas pertinentes à devida recuperação da área.

**Art. 84.** Mediante decisão motivada, o Órgão Ambiental Municipal poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença ou autorização ambiental expedida, quando ocorrer:

**I** - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

**II** - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da Licença ou Autorização;

**III** - superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

**§ 1º** Será admitida a apresentação de requerimento devidamente justificado, no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, visando a correção ou retificação dos termos ou condicionantes das licenças e/ou autorizações ambientais.

**§ 2º** Nos casos de cancelamento de licenças ambientais e/ou autorizações será imprescindível a deliberação da Comissão de Controle Ambiental (CCA).

**Art. 85.** Fica o Órgão Ambiental Municipal autorizado a editar normas complementares à fiel execução deste Decreto.

**Art. 86.** Todos os prazos serão contados em dias úteis, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

**Art. 87.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Decretos: Decreto Municipal n. 7.470, de 05 de junho de 1997; Decreto Municipal n. 7.884, de 30 de julho de 1999; Decreto Municipal n. 8.111, de 28 de novembro de 2000; Decreto Municipal n. 8.281, de 28 de agosto de 2001; Decreto Municipal n. 11.303, de 02 de setembro de 2010; Decreto Municipal n. 12.121, de 8 de abril de 2013; Decreto Municipal n. 12.210, de 7 de outubro de 2013; Decreto Municipal n. 12.851, de 16 de março de 2016; e a Portaria n. 6, de 27 de dezembro de 1999.

**CAMPO GRANDE-MS, 6 DE JANEIRO DE 2020.**

**ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**  
**Vice-Prefeita Municipal**

**ANEXO I  
DOCUMENTAÇÕES PADRÕES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL**

Este anexo identifica a Documentação Padrão que deverá ser apresentada para instrução de requerimentos e abertura de processos de licenciamento ambiental em conformidade com a modalidade e fases de licenciamento a que se sujeitam os empreendimentos e/ou atividades.

**A – AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL**

Para a solicitação da Autorização Ambiental (AA), será necessária apresentação da



seguinte documentação padrão:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - Cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - Cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - Cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - Cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - Cadastro Descritivo da Atividade, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**VIII** - Croqui pormenorizado de acesso à propriedade e a área do empreendimento e/ou atividade, quando referente à área rural, devendo conter a indicação das coordenadas geográficas (Datum SIRGAS 2000) da entrada principal da propriedade e da sua respectiva sede;

**IX** - Estudo Ambiental necessário para cada empreendimento e/ou atividade, conforme determinado nos Anexos III a IX deste Decreto, acompanhado da respectiva Anotação (s) de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**X** - cópia do Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos e/ou Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos vigente, expedida pelo Órgão Ambiental Estadual, quando couber;

**XI** - Certidão de Conformidade Urbanística expedida pela Prefeitura Municipal de Campo Grande ou documento similar, declarando que o local e o tipo de atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo;

**XII** - cópia da Autorização Ambiental para Supressão Vegetal ou Exploração Vegetal, expedida pelo Órgão Ambiental competente, quando couber;

**XIII** - proposta de Compensação Ambiental, quando couber;

**XIV** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal.

**B – LICENÇA PRÉVIA – LP**

Para a solicitação da Licença Prévia (LP) será necessária a apresentação da seguinte documentação padrão:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - Cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - Cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - Cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - Cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - Cadastro Descritivo da Atividade, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**VIII** - Croqui pormenorizado de acesso à propriedade e a área do empreendimento e/ou atividade, quando referente à área rural, devendo conter a indicação das coordenadas geográficas (Datum SIRGAS 2000) da entrada principal da propriedade e da sua respectiva sede;

**IX** - Estudo Ambiental necessário para cada empreendimento e/ou atividade, conforme determinado nos Anexos III a IX deste Decreto, acompanhado da respectiva Anotação (s) de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**X** - cópia do Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos e/ou Outorga Preventiva de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, expedida pelo Órgão Ambiental Estadual, quando couber;

**XI** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal;

**XII** - Certidão de Conformidade Urbanística expedida pela Prefeitura Municipal de Campo Grande ou documento similar, declarando que o local e o tipo de atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo.

**C – LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI**

Para a solicitação da Licença de Instalação (LI) será necessária a apresentação da seguinte documentação padrão:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - Cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - Cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - Cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - Cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - relatório quanto ao atendimento de condicionantes da Licença Prévia (LP), acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**VIII** - cópia da Autorização Ambiental para Supressão Vegetal ou Exploração Vegetal, expedida pelo Órgão Ambiental competente, quando couber;

**IX** - proposta de Compensação Ambiental, quando couber;

**X** - cópia da licença anterior;

**XI** - Estudo Ambiental necessário para cada empreendimento e/ou atividade, conforme determinado nos Anexos III a IX deste Decreto, acompanhado da respectiva Anotação (s) de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**XII** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal.

**D – LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI “AMPLIAÇÃO”**

Para a solicitação da Licença de Instalação (LI) de ampliação ou alteração nos processos ou volumes de produção, bem como no Sistema de Controle Ambiental – SCA de atividades já licenciadas, será necessária a seguinte documentação:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - Cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do

requerimento se pessoa jurídica;

**III** - Cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - Cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - Cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - cópia da Licença anterior;

**VIII** - relatório quanto ao atendimento de condicionantes da licença anterior, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**IX** - cópia da Autorização Ambiental para Supressão Vegetal ou Exploração Vegetal, expedida pelo Órgão Ambiental competente, quando couber;

**X** - proposta de Compensação Ambiental, quando couber;

**XI** - Estudo Ambiental necessário para cada empreendimento e/ou atividade, conforme determinado nos Anexos III a IX deste Decreto, acompanhado da respectiva Anotação (s) de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**XII** - cópia do Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos e/ou Outorga Preventiva de Direito de Uso dos Recursos Hídricos vigente, expedida pelo Órgão Ambiental Estadual, quando houver alterações;

**XIII** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal.

**E – LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO**

Para a solicitação da Licença de Operação (LO) será necessária a apresentação da seguinte documentação padrão:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - Cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - Cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - Cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - Cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - relatório quanto ao atendimento de condicionantes da licença anterior, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**VIII** - Relatório Técnico de Conclusão, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**IX** - declaração do responsável técnico quanto à veracidade e atendimento integral da execução do projeto/plano aprovado, sob pena de responder por sanções administrativas e criminais;

**X** - cópia do Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos e/ou Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos vigente, expedida pelo Órgão Ambiental Estadual, quando couber;

**XI** - cópia da licença anterior;

**XII** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal;

**F – LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS**

Para a solicitação da Licença Ambiental Simplificada (LAS) será necessária a apresentação da seguinte documentação padrão:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - Cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - Cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - Cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - Cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - Cadastro Descritivo da Atividade, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**VIII** - Croqui pormenorizado de acesso à propriedade e a área do empreendimento e/ou atividade, quando referente à área rural, devendo conter a indicação das coordenadas geográficas (Datum SIRGAS 2000) da entrada principal da propriedade e da sua respectiva sede;

**IX** - Relatório do Sistema de Controle Ambiental necessário para cada empreendimento e/ou atividade, conforme determinado nos Anexos III a IX deste Decreto; acompanhado da respectiva Anotação (s) de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**X** - cópia do Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos e/ou Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, expedida pelo Órgão Ambiental Estadual, quando couber;

**XI** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal;

**XII** - Certidão de Conformidade Urbanística expedida pela Prefeitura Municipal de Campo Grande ou documento similar, declarando que o local e o tipo de atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo.

**G – DISPENSA DO LICENCIAMENTO**

Para a solicitação da Declaração de Dispensa do Licenciamento será necessária a apresentação da seguinte documentação padrão:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - Cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - Cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - Cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - Cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - Cadastro Descritivo da Atividade, conforme formulário/modelo disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental

Municipal;

**VIII** - Croqui pormenorizado de acesso à propriedade e a área do empreendimento e/ou atividade, quando referente à área rural, devendo conter a indicação das coordenadas geográficas (Datum SIRGAS 2000) da entrada principal da propriedade e da sua respectiva sede;

**IX** - Declaração do empreendedor e/ou representante legal descrevendo claramente o empreendimento e/ou atividade desenvolvido no local;

**X** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal.

**H – CARTA CONSULTA**

Para a apresentação de questionamentos quanto à obrigatoriedade do licenciamento ambiental municipal ou outros procedimentos inerentes ao licenciamento, como apresentação de justificativa técnica e requerimento visando receber autorização para formalizar processo de licenciamento ambiental mediante a apresentação de Estudo Ambiental diverso do especificado, será necessária a apresentação da seguinte documentação:

**I** - requerimento de Carta Consulta, devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - Cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - Cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - Cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VI** - Croqui pormenorizado de acesso à propriedade e a área do empreendimento e/ou atividade, quando referente à área rural, devendo conter a indicação das coordenadas geográficas (Datum SIRGAS 2000) da entrada principal da propriedade e da sua respectiva sede;

**VII** - descrição clara do empreendimento e/ou atividade e outros documentos ou projetos que possam ser considerados essenciais referentes à consulta formulada;

**VIII** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal.

**I – ALTERAÇÃO DO NOME OU DA RAZÃO SOCIAL OU MUDANÇA DE TITULARIDADE**

Para alteração do nome ou da razão social empresarial ou mudança de titularidade do empreendimento e/ou atividade, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - Cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - Cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - Cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - Cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - Comprovação da alteração da razão social ou da titularidade da atividade;

**VIII** - cópia do documento a ser substituído;

**IX** - relatório quanto ao atendimento de condicionantes da licença a ser substituída, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**X** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal.

**J – RENOVAÇÃO OU PRORROGAÇÃO DE LICENÇAS E/OU AUTORIZAÇÕES**

Para a solicitação da Renovação de Licença (LO ou LAS) ou Prorrogação de Licença (AA, LP e LI) será necessário apresentação da seguinte documentação padrão:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - Cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - Cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - Cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - Cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - cópia da licença a ser renovada ou prorrogada;

**VIII** - relatório quanto ao atendimento de condicionantes da licença a ser renovada contemplando a avaliação do Sistema de Controle Ambiental, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente;

**IX** - cópia do Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos e/ou Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, expedida pelo Órgão Ambiental Estadual, quando couber;

**X** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal.

**K – SEGUNDA VIA DE LICENÇAS E/OU AUTORIZAÇÕES**

Para a solicitação da segunda via de Licenças e/ou Autorizações será necessária apresentação da seguinte documentação padrão:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - Boletim de Ocorrência de extravio, furto, roubo ou declaração descrevendo o ocorrido, para solicitação de segunda via, devidamente assinada pelo representante legal;

**VIII** - comprovante do recolhimento da taxa inerente ao licenciamento solicitado e à publicidade, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal.

**L – DESARQUIVAMENTO DE PROCESSOS DE LICENÇA AMBIENTAL**

Para a solicitação de desarquivamento de processos de licença ambiental será necessária apresentação da seguinte documentação padrão:

**I** - requerimento padrão devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor ou seu representante legal, conforme formulário/modelo disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no link do Órgão Ambiental Municipal;

**II** - cópia do CPF e RG do requerente, se pessoa física ou do signatário do requerimento se pessoa jurídica;

**III** - cópia do contrato Social registrado, CNPJ/MF e Inscrição Estadual, quando se tratar de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda, e Ata de Eleição da atual diretoria quando se tratar de sociedade anônima;

**IV** - cópia do ato de nomeação do representante constante do requerimento, quando o requerente for órgão público;

**V** - cópia da matrícula do imóvel acompanhada, quando for o caso, do respectivo contrato ou termo de anuência no arrendamento, cessão e/ou aluguel de área;

**VI** - cópia do instrumento de procuração atual, quando for o caso;

**VII** - justificativa para solicitação de desarquivamento de processos de licença ambiental, devidamente assinada pelo representante legal;

**VIII** - comprovação de atendimento integral de comunicados ou outros requerimentos exigidos pelo Órgão Ambiental Municipal;

**IX** - comprovante do recolhimento da taxa inerente à etapa do licenciamento em que se encontrava, conforme guias fornecidas pelo Órgão Ambiental Municipal.

**ANEXO II**

**DOS EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES DISPENSADOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL**

São dispensados do Licenciamento Ambiental Municipal os seguintes empreendimentos e/ou atividades:

- 1- Açude ou poço de draga até 2 ha (dois hectares) de área inundada (bacia escavada para captação de água pluvial);
- 2 - Alojamento, higiene e embelezamento de animais domésticos (gatil e canil);
- 3 - Aluguel de palcos, coberturas, banheiros químicos e outras estruturas de uso temporário;
- 4 - Atividade de assistência a idosos, deficientes físicos imunodeprimidos e convalescentes, prestadas em residências coletivas e particulares (clínica de repouso/ asilo);
- 5 - Atividade de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química;
- 6 - Atividade de assistência social prestada em residências coletivas e particulares (orfanatos, albergues e similares);
- 7 - Atividade de atenção ambulatorial executada por médicos, odontólogos ou outros profissionais da área da saúde (clínica, policlínica, consultório, ambulatório, serviços de vacinação e imunização humana), com ou sem internação;
- 8 - Atividade de biblioteca e arquivo;
- 9 - Atividade de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares;
- 10 - Atividade de sauna e banhos;
- 11 - Atividade de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica (Laboratórios de análises clínicas);
- 12 - Atividade veterinária (clínicas, consultórios e laboratórios veterinários);
- 13 - Atividades de condicionamento físico (ginástica, musculação, yoga, pilates, alongamento corporal e similares);
- 14 - Atividades de organizações religiosas, exceto com música ao vivo;
- 15 - Atividades funerárias e serviços relacionados;
- 16 - Balanceamento e alinhamento de veículos automotores;
- 17 - Cabeleireiro e outras atividades de tratamento de beleza (clínicas de estética ou outros cuidados com a beleza);
- 18 - Coleta e transporte de resíduos não perigosos (caçambas);
- 19 - Comércio atacadista em geral, com área útil até 720 m², exceto produtos químicos, perigosos e combustíveis;
- 20 - Comércio varejista em geral, exceto de peças e acessórios usados para veículos automotores e combustíveis;
- 21 - Condomínios residenciais, com até 25 unidades habitacionais;
- 22 - Confeção de artigos do vestuário e acessórios e fabricação de malharia e calçados, e partes para calçados, com área útil até 1.500 m², exceto quando envolver atividades de alvejamento, tingimento e estamparia;
- 23 - Construção de pavimentação de vias, ruas, praças e calçadas desde que não esteja localizada em Área de Preservação Permanente (APP), Área de Proteção Ambiental – APA e/ou Zona Especial de Interesse Ambiental - ZEIA;
- 24 - Construção e manutenção de redes de telecomunicações;
- 25 - Criação de animais de grande porte (bovinos, equinos e muare), em regime de confinamento com até 500 (quinhentas) cabeças;
- 26 - Criação de animais de médio porte (ovinos e caprinos), em regime de confinamento com até 2.000 (duas mil) cabeças;
- 27 - Criação de animais de pequeno porte (rãs e coelhos), em regime de confinamento com até 5.000 (cinco mil) cabeças;
- 28 - Criação de aves de corte ou postura, extensiva ou intensiva, com até 2.000 (duas mil) aves;
- 29 - Criação de peixes em água doce – tanque escavado ou alvenaria (carcinicultura de água doce e piscicultura sem espécies exóticas e alóctones ou seus híbridos) com área inundada de até 2 ha (dois hectares), desde que não esteja localizada em Área de Preservação Permanente (APP), Área de Proteção Ambiental – APA e/ou Zona Especial de Interesse Ambiental - ZEIA;
- 30 - Demolição e preparação de canteiro de obras;
- 31 - Depósitos em geral, com área útil até 720 m², exceto de produtos ou resíduos químicos, perigosos ou combustíveis;
- 32 - Desmembramento, remembramento e desdobro;-
- 33 - Envasamento e empacotamento sob contrato, desde que não haverá, no exercício da atividade, o envasamento, fracionamento e/ou empacotamento de produtos relacionados a saúde, tais como: engarrafamento de produtos líquidos, incluindo alimentos e bebidas, empacotamento de sólidos, envasamento em aerossóis ou empacotamento de preparados farmacêuticos;
- 34 - Escolas de esportes, de arte e cultura, de idiomas e outras atividades similares (natação, dança, ballet e congêneres);
- 35 - Estabelecimentos prisionais de regime aberto ou semiaberto e unidades educativas de internação e semiliberdade com área útil até 1.500 m², desde que não possua atividades passíveis de licenciamento ambiental;
- 36 - Esvaziamento e limpeza de tanques de infiltração e fossas sépticas, sumidouros e poços de esgoto (“limpa fossas”);
- 37 - Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado anteriormente, exceto móveis;
- 38 - Fabricação de artesanato;
- 39 - Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes;

40 - Fabricação de artigos para viagens e de artefatos diversos de couro;  
41 - Fabricação de brinquedos e jogos recreativos;  
42 - Fabricação de conserva de frutas, legumes e outros vegetais, com área útil até 360 m²;  
43 - Fabricação de escovas, pincéis e vassouras;  
44 - Fabricação de instrumentos musicais;  
45 - Fabricação de produtos de carne (linguiça, charque, embutidos e outros) com área útil até 360 m²;  
46 - Fabricação de produtos de panificação, biscoitos, bolachas, massas alimentícias, especiarias, molhos, temperos, condimentos, fermentos, leveduras, sorvetes e outros gelados comestíveis, de alimentos e pratos prontos, com área útil até 360 m²;  
47 - Fabricação de velas, inclusive decorativas, desde que não haverá no exercício da atividade a fabricação de velas, sebo e/ou estearina utilizadas como cosmético ou saneante;  
48 - Feiras livres sem instalações permanentes;  
49 - Feiras, congressos e exposições, com área útil de até 1.500 m²;  
50 - Geração de energia elétrica a partir de fonte solar ou eólica em edificações sustentáveis, exceto parques eólicos ou fotovoltaicos;  
51 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - Hipermercados e supermercados com área útil até 360 m²;  
52 - Horticultura e floricultura;  
53 - Hotel, motel ou pousada com área útil até 1.500 m²;  
54 - Implantação de rede de microdrenagem urbana, exceto lançamento ou disposição final das águas coletadas, desde que não esteja localizada em Área de Preservação Permanente (APP), Área de Proteção Ambiental (APA) e/ou Zona Especial de Interesse Ambiental - ZEIA;  
55 - Imunização e controle de pragas urbanas (dedetizadoras e similares);  
56 - Instalações esportivas tais como pistas de competição, velódromos, ginásios e quadras, piscinas e outras construções similares, exceto autódromos, kartódromos, estádios de esportes e hipódromos;  
57 - Instituições de cursos de informática, formação de condutores e de educação profissional de nível básico (cursos profissionalizantes);  
58 - Instituições de cursos preparatórios para vestibulares e concursos em geral;  
59 - Instituições de educação superior (graduação, pós-graduação e extensão, profissional de nível técnico e tecnológico) com área útil até 1.500 m², exceto instituições que contenham laboratório;  
60 - Instituições de ensino infantil (creches), fundamental e médio;  
61 - Irrigação localizada ou por aspersão para área total até 15 ha (quinze hectares);  
62 - Irrigação por inundação para área total até 5 ha (cinco hectares);  
63 - Lavanderia, exceto toalheiros (lavanderia industrial e hospitalar);  
64 - Linha de transmissão e/ou rede de distribuição de energia elétrica em área urbana, até 13,8 kV, exceto localizados em localizada em Área de Preservação Permanente (APP), Área de Proteção Ambiental (APA) e/ou Zona Especial de Interesse Ambiental - ZEIA;  
65 - Locação de gerador de energia para eventos temporários;  
66 - Lojas, galerias e centros comerciais com área útil até 1.500m², desde que não estejam vinculados à futura operação de qualquer atividade sujeita à licença de operação conforme legislação vigente;

67 - Manutenção, reparação e Conservação de vias;  
68 - Manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos e ópticos;  
69 - Minimercados, mercearias e armazéns;  
70 - Moagem e fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais com área útil até 360 m², exceto fecularia;  
71 - Montagem de móveis sem galvanoplastia e sem pintura;  
72 - Movimentação de terra (corte ou aterro) até 1 metro de desnível;  
73 - Obras, como barragens com espelho d'água até 2 ha (dois hectares), represas e diques, exceto para geração de energia elétrica;  
74 - Parque de diversões;  
75 - Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares;  
76 - Produção de sementes e mudas;  
77 - Produção e cultivo de lavouras temporárias e permanentes;  
78 - Rancho de lazer sem fins lucrativos;  
79 - Recuperação de obras de arte especial (pontes, elevados, passarelas, túneis e similares);  
80 - Reparação de artigos do mobiliário (estofados, colchões, persianas, tapeceiros), exceto marcenarias;  
81 - Reparação e manutenção de equipamentos de informática e/ou comunicação e/ou de objetos pessoais e/ou domésticos;  
82 - Reparo emergencial de rede de distribuição de água e coleta de esgoto;  
83 - Construção, manutenção, reforma e ampliação de repartições públicas relacionadas ao apoio administrativo (órgãos da administração pública direta e indireta);  
84 - Restauração de obras de arte;  
85 - Restauração e conservação de lugares e prédios históricos;  
86 - Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas, tabacaria e conveniência;  
87 - Serviço de escritórios e apoio administrativo;  
88 - Serviços de borracharia para veículos automotores (borracharia, pneus, câmaras de ar, entre outros);  
89 - Serviços de capotaria de veículos;  
90 - Serviços de *catering*, bufê e outros serviços de comida preparada;  
91 - Serviços de garagem e estacionamento de veículos, sem serviços de manutenção, reparação, abastecimento, lavagem, lubrificação ou polimento;  
92 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores (ar condicionado, alarme, vidro elétrico, aplicação de película e similares);  
93 - Serviços de reboque de veículos, sem manutenção, reparação, abastecimento, lavagem, lubrificação ou polimento;  
94 - Serviços de usinagem, tornearia e solda, desde que não haja operações de jateamento (jato de areia);  
95 - Serviços gráficos e de impressão reprográfica;  
96 - Sinalização de trânsito (vertical e horizontal);  
97 - Substituição, manutenção e implantação de rede de distribuição de água e coleta de esgoto, desde que não esteja localizada em Área de Preservação Permanente (APP), Área de Proteção Ambiental (APA) e/ou Zona Especial de Interesse Ambiental - ZEIA;  
98 - Transportadora rodoviária de cargas com frota de caminhões sem serviços de manutenção, reparação, abastecimento, lavagem, lubrificação ou polimento de veículos;

ANEXO III

CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL POLUIDOR DE EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES DO SETOR DE INFRAESTRUTURA SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA

Das áreas verdes de domínio público em zona urbana:

Consoante o disposto no art. 3º, incisos VIII, IX e X da Lei Federal n. 12.651, de 25 de maio de 2012, para os efeitos do licenciamento ambiental, a implantação de área verde de domínio público em zona urbana será considerada como atividade de infraestrutura constante deste anexo.  
Define-se Área Verde de Domínio Público em zona urbana como sendo o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotada de vegetação e espaços livres de impermeabilização.

Quadro 4. Documentação necessária para licenciamento de empreendimentos e/ou atividades do setor de infraestrutura.

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ATIVIDADES DO SETOR DE INFRAESTRUTURA E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA								
GRUPO	POTENCIAL POLUIDOR	ATIVIDADE	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA
I	ALTO	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AÉREOS (AERÓDROMO E/OU HELIPORTO CIVIL/ PRIVADO/PÚBLICO/MILITAR)	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC PAM
I	ALTO	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANCORADOURO, ATRACADOURO, TRAPICHE E RAMPA DE LANÇAMENTO DE BARTCS)	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC PAM
I	ALTO	TERMINAL MODAL E/OU MULTIMODAL DE CARGAS	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC PAM
I	MÉDIO	CEMITÉRIOS	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC PAM
I	ALTO	CREMAÇÃO	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC PAM
I	PEQUENO	DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOSOS POR REDES URBANAS COM PRESSÃO DE ATÉ 7 kgf/cm²	LAS	CD INFRAESTRUTURA / PCA/ RTC	-	-	-	-
I	MÉDIO	DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOSOS POR REDES URBANAS COM PRESSÃO DE 7 A 17 kgf/cm²	LP	CD INFRAESTRUTURA / RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	ALTO	DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOSOS POR REDES URBANAS COM PRESSÃO ACIMA DE ATÉ 17 kgf/cm²	LP	CD INFRAESTRUTURA / EAP	LI	PCA	LO	RTC
I	MÉDIO	LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ACIMA DE 13,8 kV E ATÉ 138 kV	LP	CD INFRAESTRUTURA / RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	ALTO	SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATÉ 230 kV	LP	CD INFRAESTRUTURA / EAP	LI	PCA	LO	RTC PAM
I	MÉDIO	LOTEAMENTO RURAL COM ÁREA TOTAL ATÉ 50 ha	LP	CD IMOBILIÁRIO / RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	ALTO	LOTEAMENTO RURAL COM ÁREA TOTAL ACIMA DE 50 A 100 hA	LP	CD IMOBILIÁRIO / EAP	LI	PCA	LO	RTC
I	ALTO	LOTEAMENTO RURAL COM ÁREA TOTAL ACIMA DE 100 hA	LP	CD IMOBILIÁRIO / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC
I	MÉDIO	LOTEAMENTO URBANO COM ÁREA TOTAL ATÉ 50 ha	LP	CD IMOBILIÁRIO / RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	ALTO	LOTEAMENTO URBANO COM ÁREA TOTAL ACIMA DE 50 A 100 hA	LP	CD IMOBILIÁRIO / EAP	LI	PCA	LO	RTC

I	ALTO	LOTEAMENTO URBANO COM ÁREA TOTAL ACIMA DE 100 hã	LP	CD IMOBILIÁRIO / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC
I	MÉDIO	NÚCLEO/PÓLO EMPRESARIAL	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	ALTO	DISTRITO OU PÓLO INDUSTRIAL	LP	CD GERAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC
I	MÉDIO	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAL (PONTES, ELEVADOS, PASSARELAS, TUNÉIS)	LP	CD INFRAESTRUTURA / RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	PEQUENO	ÁREA VERDE DE DOMÍNIO PÚBLICO EM ZONA URBANA	LAS	CD INFRAESTRUTURA/ RAS/PCA/RTC	-	-	-	-
II	ALTO	AUTÓDROMO	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	HIPÓDROMO	LP	CD GERAL RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	KARTÓDROMO	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	PISTA DE MOTOCROSS	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	PRESÍDIO E PENITENCIÁRIA	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DE REGIME ABERTO OU SEMIABERTO E UNIDADES EDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500 m² E/OU COM ATIVIDADES PASSIVEIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	LP	RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	ESTAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES (RÁDIO BASE E MICROONDAS)	LP	CD INFRAESTRUTURA/ RAS	LI	PCA	LO	RTC
II	MÉDIO	HOSPITAIS, PRONTO-SOCORRO, MATERNIDADES, AMBULATÓRIOS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CASAS DE SAÚDE E RADIOLOGIA, INCLUSIVE OS VETERINÁRIOS COM ÁREA TOTAL ATÉ 10.000 m²	LP	CD SERVIÇO DE SAÚDE / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	ALTO	HOSPITAIS, PRONTO-SOCORRO, MATERNIDADES, AMBULATÓRIOS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CASAS DE SAÚDE E RADIOLOGIA, INCLUSIVE OS VETERINÁRIOS COM ÁREA TOTAL ACIMA 10.000 m²	LP	CD SERVIÇO DE SAÚDE / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	ALTO	LABORATÓRIOS DE ENSAIO E MONITORAMENTO AMBIENTAL (ANÁLISE FÍSICO, QUÍMICA E BIOLÓGICA)	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM CERTIFICADO DE ACREDITAÇÃO CONFORME NBR ISO/ IEC 17025 DA ABNT
I	MÉDIO	OBRAS DE DRAGAGEM DE CURSO D'ÁGUA	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	ALTO	RODOVIA/VIAS NÃO URBANAS-(ABERTURA)	LP	CD INFRAESTRUTURA / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC
I	ALTO	RODOVIA/VIAS NÃO URBANAS (EXISTENTE) – READEQUAÇÃO E DUPLICAÇÃO	LP	CD INFRAESTRUTURA / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC
I	MÉDIO	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LOCALIZADA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA E/OU ZONA ESPECIAL DE INTERESSE AMBIENTAL - ZEIA	LP	CD INFRAESTRUTURA RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	ALTO	ANEL RODOVIÁRIO/FERROVIÁRIO OU RAMAL	LP	CD INFRAESTRUTURA / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC
I	MÉDIO	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAL (VIADUTO)	LP	CD INFRAESTRUTURA / RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	ALTO	USINA HIDRELÉTRICA (CAPACIDADE ATÉ 1 MW)	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	TERMOELÉTRICA COM CAPACIDADE ATÉ 1 MW (COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL, CARVÃO MINERAL E OUTROS)	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	TERMOELÉTRICA COM CAPACIDADE ATÉ 10 MW (COMBUSTÍVEL BIOMASSA/GÁS METANO)	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	USINA EÓLICA E/OU SOLAR COM ÁREA TOTAL ATÉ 10 ha DE ÁREA ÚTIL	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, DE 26 A 100 UNIDADES HABITACIONAIS	LAS	CD IMOBILIÁRIO / RAS/RCA / ART				
I	MÉDIO	CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, DE 101 A 250 UNIDADES HABITACIONAIS	LP	CD IMOBILIÁRIO / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS ACIMA DE 251 UNIDADES HABITACIONAIS	LP	CD IMOBILIÁRIO / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS COM ÁREA TOTAL ACIMA DE 100 hã	LP	CD IMOBILIÁRIO / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	CONJUNTOS HABITACIONAIS	LP	CD IMOBILIÁRIO / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM

ANEXO IV

CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL POLUIDOR DE EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES DO SETOR AGROPASTORIL SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

Da Aquicultura/Piscicultura:

No caso do cultivo pretendido envolver espécies exóticas, alóctones e/ou seus híbridos (espécies que não pertencem à respectiva bacia hidrográfica) deverá ser observado o disposto no artigo 19 de Lei n. 3.886/2010, bem como a exigência do IBAMA contida na Portaria n. 145/1.998 quanto a introdução, reintrodução ou transferência.

Definições:

**I - Espécie Exótica:** espécie de origem e ocorrência natural somente em águas de outros países quer tenha ou não já sido introduzida em águas brasileiras;

**II - Espécie Autóctone:** espécie de origem e ocorrência natural em água da Unidade Geográfica Referencial (UGR) considerada;

**III - Espécie Alóctone:** espécie de origem e ocorrência natural em água de UGR que não a considerada;

São de uso permitido as espécies exóticas e espécies alóctones listadas na portaria IBAMA n. 145/98 como detectadas na área de abrangência da bacia.

Observações importantes à aquicultura/piscicultura:

**I** - Obrigatório o Cadastro de Usuário de Recursos Hídricos.

**II** - verificar quanto à exigibilidade de licenciamento para captação de água no anexo II desta Resolução;

**III** - estando locada dentro de área de preservação permanente, deverá atender o disposto na LEI FEDERAL 12.651/2012 .

Sistemas de cultivo utilizados na Aquicultura:

**I** - Sistema de Cultivo Extensivo: sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem principalmente de alimento natural disponível, podendo receber complementarmente alimento artificial e tendo como característica a média ou baixa densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada.

**II** - Sistema de Cultivo Intensivo: sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem integralmente da oferta de alimento artificial, tendo como uma de suas características a alta densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada;

**III** - Sistema de Cultivo Semi-Intensivo: sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem principalmente da oferta de alimento artificial, podendo buscar suplementarmente o alimento natural disponível, e tendo como característica a média ou baixa densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada;

**IV** - Sistema de Cultivo Super-Intensivo: Sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem integralmente da oferta de alimento artificial e estão em uma alta

densidade, normalmente exigindo tanques em alvenaria, ou equivalentes, construídos para facilitar a saída das excretas através do fluxo de água, em geral intenso e contínuo. Aqui a densidade de estocagem não é considerada por unidade por metro quadrado e sim por biomassa por metro cúbico. Usualmente, este tipo de cultivo é denominado como em "Race Ways" ou em tanque de alto fluxo.

**Sistemas de cultivo utilizados na aquicultura:**

- I - Sistema de Cultivo Extensivo:** sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem principalmente do alimento natural disponível, podendo receber complementarmente alimento artificial e tendo como característica a média ou baixa densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada;
- II - Sistema de Cultivo Intensivo:** sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem integralmente da oferta de alimento artificial, tendo como uma de suas características a alta densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada;
- III - Sistema de Cultivo semi-intensivo:** sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem principalmente da oferta de alimento artificial, podendo buscar suplementarmente o alimento natural disponível, e tendo como característica a média ou baixa densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada;
- IV- Sistema de Cultivo superintensivo:** sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem integralmente da oferta de alimento artificial e estão em uma alta densidade, normalmente exigindo tanques em alvenaria ou equivalentes, construídos para facilitar a saída das excretas do fluxo de água, em geral intenso e contínuo. Aqui a densidade de estocagem não é considerada por unidade por metro quadrado, e sim por biomassa por metro cúbico. Usualmente, este tipo de cultivo é denominado como em "Race Ways" ou em tanque de alto fluxo.

Da Irrigação:

Entende-se como atividade de irrigação o conjunto de obras e procedimentos que o compõem, tais como: reservatório e captação, dique, adução e distribuição de água, drenagem, caminhos internos e a lavoura propriamente dita, bem como qualquer outra ação indispensável à obtenção do produto final do sistema de irrigação.

Os métodos de irrigação empregados compreendem:

**I - Aspersão:** pivô central, auto propelido, convencional e similares;

**II - Localizado:** gotejamento, microaspersão, xique-xique e similares;

**III - Por inundação:** sulco, inundação, faixa e similares.

Da Suinocultura:

Classificação segundo o porte:							
PORTE DA ATIVIDADE	UT	UPD	UPL	UPLT	UCL	UCT 1*	UCT 2**
MICRO	ATÉ 20 ANIMAIS	ATÉ 06 MATRIZES	ATÉ 06 MATRIZES	ATÉ 03 MATRIZES	ATÉ 100 ANIMAIS	ATÉ 40 ANIMAIS	ATÉ 80 ANIMAIS
PEQUENO	DE 21 ATÉ 2.000 ANIMAIS	DE 07 ATÉ 400 MATRIZES	DE 07 ATÉ 400 MATRIZES	DE 04 ATÉ 150 MATRIZES	DE 101 ATÉ 8.000 ANIMAIS	DE 41 ATÉ 2.000 ANIMAIS	DE 81 ATÉ 4.000 ANIMAIS
MÉDIO	DE 2.001 ATÉ 6.500 ANIMAIS	DE 401 ATÉ 2.000 MATRIZES	DE 401 ATÉ 2.000 MATRIZES	DE 151 ATÉ 750 MATRIZES	DE 8.001 ATÉ 20.000 ANIMAIS	DE 2.001 ATÉ 6.500 ANIMAIS	DE 4.001 ATÉ 13.000 ANIMAIS
GRANDE	DE 6.501 ATÉ 15.000 ANIMAIS	DE 2.001 ATÉ 5.000 MATRIZES	DE 2.001 ATÉ 5.000 MATRIZES	DE 751 ATÉ 4.000 MATRIZES	DE 20.001 ATÉ 100.000 ANIMAIS	DE 6.501 ATÉ 15.000 ANIMAIS	DE 13.001 ATÉ 30.000 ANIMAIS
EXCEPCIONAL	A PARTIR DE 15.001 ANIMAIS	A PARTIR DE 5.001 MATRIZES	A PARTIR DE 5.001 MATRIZES	A PARTIR DE 4.001 MATRIZES	DE 100.001 ANIMAIS	A PARTIR DE 15.001 ANIMAIS	A PARTIR DE 30.001 ANIMAIS

\* Para animais que entram com peso de 7,5 kg até 130 kg, ciclo de 150 dias.

\*\* Para animais que entram com peso de 7,5 kg até 70 kg, ciclo de 80 dias.

Onde:

UT - Unidade de Terminação: etapa da produção de suínos que recebe os leitões para criação intensiva chegando ao peso de abate/terminação. (25 kg até 130 kg).

UPD - Unidade Produtora de Desmamados: etapa da produção que insemina as matrizes, gera leitões até o desmame (1,40 kg até 7,5 kg).

UPL - Unidade Produtora de Leitão: etapa da produção que insemina as matrizes, gera leitões e executa a fase de crescimento até a saída do Crechário (1,40 kg até 25 kg).

UPLT - Unidade Produtora de Leitão e Terminação: etapa da produção completa que insemina matrizes, gera leitões e realiza as fases de crescimento e terminação.

UCL - Unidade Crechário de Leitão. Etapa da produção de suínos que recebe os leitões desmamados e executa a fase de crescimento (até 25 kg).

UCT1 - Unidade Crechário e Terminação 1 (*Wean To Finish*): etapa da produção de suínos que recebe os leitões da UPD e UCT2 e executa as fases de crescimento e terminação - num ciclo de até 150 (cento e cinquenta) dias.

UCT2 - Unidade Crechário e Terminação 2 (*Wean To Finish*): etapa da produção de suínos que recebe os leitões da UPD e executa as fases de crescimento intermediária num ciclo de até 80 (oitenta) dias (até aproximadamente 70 kg), momento em que metade do lote é transferido para UCT1.

"O interessado na alteração da capacidade produtiva de seu estabelecimento deverá protocolar junto ao órgão ambiental municipal o requerimento de Renovação de Licença de Operação ou Licença de Operação conforme couber seguindo uma das seguintes orientações:

I - Quando a alteração da capacidade produtiva não resultar na mudança da "classificação da suinocultura segundo o porte será apresentado Laudo Técnico e memorial de cálculo demonstrando que o SCA já instalado suportará a alteração da capacidade de carga pretendida, acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica ou documento correspondente; ou

II - Quando a alteração da capacidade produtiva resultar na mudança da "classificação da suinocultura segundo o porte será apresentado o correspondente Estudo Ambiental (PTA, RAS, e EAP) e o memorial de cálculo demonstrando que o SCA já instalado suportará a alteração da capacidade de carga pretendida, acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica ou documento correspondente."

**Quadro 5.** Documentação necessária para licenciamento de empreendimentos e/ou atividades do setor agropastoril.

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ATIVIDADES DO SETOR AGROPASTORIL E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA								
GRUPO	POTENCIAL POLUIDOR	ATIVIDADE	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA
II	ALTO	PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS (SEDE DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA)	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	AÇUDE OU POÇO DE DRAGA ACIMA DE 2 ha DE ÁREA INUNDADA (BACIA ESCAVADA PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL)	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	MÉDIO	BARRAGEM COM ÁREA DE RESERVATÓRIO OU COM ESPELHO D'ÁGUA ACIMA DE 2 ha	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC
I	PEQUENO	OBRAS DE IRRIGAÇÃO LOCALIZADA OU POR ASPERSÃO PARA ÁREA TOTAL ACIMA DE 15 ha	LAS	CD GERAL / RAS/ RCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	OBRAS DE IRRIGAÇÃO POR INUNDAÇÃO PARA ÁREA TOTAL ACIMA DE 5 ha	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC
II	PEQUENO	CRIAÇÃO DE PEIXES (ESTRUTURA/ENTREPOSTO UTILIZADO PARA OPERAÇÃO DE COMPRA, DE VENDA E DE ESTOCAGEM DE ORGANISMOS AQUÁTICOS PARA FINS DE AQUICULTURA DE REPRODUÇÃO)	LAS	CD GERAL / RCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	CRIAÇÃO DE PEIXES UTILIZANDO TANQUE ESCAVADO OU ALVENARIA (CARCINICULTURA DE ÁGUA DOCE E PISCICULTURA) COM ÁREA INUNDADA DE 2 ATÉ 500 ha E/OU LOCALIZADO EM APP OU APA, QUANDO PERMITIDO	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	CRIAÇÃO DE PEIXES UTILIZANDO TANQUE REDE (CARCINICULTURA DE ÁGUA DOCE E PISCICULTURA) COM VOLUME ÚTIL TOTAL DOS TANQUES REDE ATÉ 5.000 m³	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	CRIAÇÃO DE PEIXES POR MEIO DO MÉTODO "RACE-WAY" (SISTEMA DE CULTIVO SUPER-INTENSIVO) COM CAPACIDADE DE PRODUÇÃO ATÉ 1.000 t/ano	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM



I	PEQUENO	CRIAÇÃO DE PEIXES PRODUÇÃO DE LARVAS OU ALEVINOS (UNIDADES PRODUTORAS DE FORMAS JOVENS DE ORGANISMOS AQUÁTICOS – LABORATÓRIOS)	LAS	CD GERAL / RAS/RCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	ESTRUTIOCULTURA (CRIAÇÃO DE AVESTRUZ)	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE (BOVINOS, EQUINOS E MUARES) EM REGIME DE CONFINAMENTO – DE 500 ATÉ 2.000 CABEÇAS	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE (BOVINOS, EQUINOS E MUARES) EM REGIME DE CONFINAMENTO –ACIMA DE 2.000 CABEÇAS	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO PORTE (OVINOS E CAPRINOS) EM REGIME DE CONFINAMENTO ACIMA DE 2.000 CABEÇAS	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE PEQUENO PORTE (COELHOS, RÂS) EM REGIME DE CONFINAMENTO – ACIMA DE 5.000 CABEÇAS	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	CRIAÇÃO DE AVES DE CORTE OU POSTURA, EXTENSIVA OU INTENSIVA – ACIMA DE 2.000 CABEÇAS	LAS	CD GERAL / RAS/ RCA	-	-	-	-
I	PEQUENO	SUINOCULTURA CLASSIFICAÇÃO MICRO	LAS	CD GERAL / RAS/ RCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	SUINOCULTURA CLASSIFICAÇÃO PEQUENO E MÉDIO	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	SUINOCULTURA CLASSIFICAÇÃO GRANDE E EXCEPCIONAL	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	CENTRO DE ZONÓSES	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	SILOS E ARMAZENAMENTO DE GRÃOS	LAS	CD GERAL / RCA	-	-	-	-
II	ALTO	PRESTADOR DE SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM

## ANEXO V

## CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL POLUIDOR DE EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES DO SETOR DE TURISMO SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

Quadro 6. Documentação necessária para licenciamento de empreendimentos e/ou atividades do setor de turismo.

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ATIVIDADES DO SETOR DE TURISMO E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA								
GRUPO	POTENCIAL POLUIDOR	ATIVIDADE	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA
II	ALTO	RESORTS	LP	CD IMOBILIÁRIO / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	RANCHO, PESQUEIRO, CAMPING	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	HOTEL, MOTEL OU Pousada com área útil de 1.500m <sup>2</sup> A 10.000 m <sup>2</sup>	LAS	CD IMOBILIÁRIO / RCA	-	-	-	-
II	MÉDIO	HOTEL, MOTEL OU Pousada com área útil acima de 10.000m <sup>2</sup>	LP	CD IMOBILIÁRIO / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	PASSEIOS ECOLÓGICOS TERRESTRES COM FINS COMERCIAIS EM ÁREA RURAL (EX.: TRILHAS, CAVALGADA, QUADRÍCULO, ARBORISMO, TIROLESA, PASSEIO DE BOTE E PONTO DE EMBARQUE, BOIACROSS E FLUTUAÇÃO)	LAS	CD GERAL / RCA				
II	ALTO	PARQUES TEMÁTICOS	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM

## ANEXO VI

## CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL POLUIDOR DE EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES DO SETOR INDUSTRIAL SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

Quadro 7. Documentação necessária para licenciamento de empreendimentos e/ou atividades do setor industrial.

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ATIVIDADES DO SETOR INDUSTRIAL E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA								
RUPO	POTENCIAL POLUIDOR	ATIVIDADE	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA
INDÚSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS:								
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE CONCRETO E/OU ASFALTO COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m <sup>2</sup>	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE CONCRETO E/OU ASFALTO COM ÁREA ÚTIL ACIMA 10.000 m <sup>2</sup>	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE ARGAMASSA	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE CIMENTO	LP	CD INDUSTRIAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO, FIBROCIMENTO, SOLO-CIMENTO E CONCRETO, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 1.500 m <sup>2</sup>	LAS	CD INDUSTRIAL / RAS/RCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO, FIBROCIMENTO, SOLO-CIMENTO E CONCRETO, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500 m <sup>2</sup>	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE CAL E GESSO COM ÁREA ÚTIL ATÉ 1.500 m <sup>2</sup>	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE CAL E GESSO COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500 m <sup>2</sup>	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE GESSO COM ÁREA ÚTIL ATÉ 1.500 m <sup>2</sup>	LAS	CD INDUSTRIAL / RAS/RCA				
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE GESSO COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500 m <sup>2</sup>	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE VIDRO E DE PRODUTOS DE VIDRO	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM

I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE LÂMPADAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	APARELHAMENTO DE PLACAS E EXECUÇÃO DE TRABALHOS EM MÁRMORE, GRANITO, ARDOSIA E OUTRAS PEDRAS, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD INDUSTRIAL / RCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	APARELHAMENTO DE PLACAS E EXECUÇÃO DE TRABALHOS EM MÁRMORE, GRANITO, ARDOSIA E OUTRAS PEDRAS COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA METALÚRGICA:</b>								
I	PEQUENO	FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS DE METAL (SERRALHERIA) COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD INDUSTRIAL / RCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS DE METAL (SERRALHERIA) COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO: SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA, SOLDA, MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS;	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FUNDIÇÃO (FUNDIDOS METÁLICOS, FORJADOS E LIGAS)	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	SIDERURGIA (ARAMES, LAMINADOS E RELAMINADOS)	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	METALURGIA DOS METAIS NÃO FERROSOS	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	PRODUÇÃO DE TUBOS DE AÇO, EXCETO TUBOS SEM COSTURA COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	PRODUÇÃO DE FERRO-GUSA E FERROLIGAS COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	SERVIÇOS DE TRATAMENTO E REVESTIMENTO EM METAIS (GALVANOPLASTIA)	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LP	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE MATÉRIA PLÁSTICA:</b>								
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MATERIAL PLÁSTICO	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA DE PAPEL, CELULOSE, ARTEFATOS DE PAPEL E DERIVADOS:</b>								
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS E PRODUTOS DIVERSOS DE PAPEL, PAPELÃO ONDULADO, CARTOLINA E PAPEL-CARTAO, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS E PRODUTOS DIVERSOS DE PAPEL, PAPELÃO ONDULADO, CARTOLINA E PAPEL-CARTAO COM ÁREA ÚTIL ACIMA 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA QUÍMICA:</b>								
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS E DESINFESTANTES DOMISSANITÁRIOS, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS INORGÂNICOS E ORGÂNICOS COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS INORGÂNICOS E ORGÂNICOS COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DO REFINO DE PETRÓLEO E DO PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL, E DE ROCHAS BETUMINOSAS, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE FIBRAS ARTIFICIAIS E SINTÉTICAS COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE RESINAS E ELASTÔMEROS, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS-	LP	CD INDUSTRIAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	RECUPERAÇÃO E REFINO DE SOLVENTES, ÓLEOS MINERAIS, VEGETAIS E ANIMAIS, COM PRODUÇÃO ATÉ 10.000 l/dia.	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIAS E DE HIGIENE PESSOAL.	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E POLIMENTO	LP	CD INDUSTRIAL/ RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE SABÕES E DETERGENTES SINTÉTICOS	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE ADESIVOS E SELANTES	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE ADITIVOS DE USO INDUSTRIAL E CATALISADORES COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE ADITIVOS DE USO INDUSTRIAL E CATALISADORES COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE CHAPAS, FILMES, PAPÉIS E OUTROS MATERIAIS E PRODUTOS QUÍMICOS PARA FOTOGRAFIA	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE TINTAS, ESMALTES, LACAS, VERNIZES E PRODUTOS AFINS, COM PRODUÇÃO ATÉ 10.000 l/dia	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA DE FUMO:</b>								
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA TÊXTIL, DE VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDO:</b>								
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS, EXCETO VESTUÁRIO	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	CONFECCÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS SEM ACABAMENTO (ALVEJAMENTO, TINGIMENTO E ESTAMPARIA), COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500 m²	LAS	CD INDUSTRIAL / RCA				

I	ALTO	CONFECCÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS COM ACABAMENTO (ALVEJAMENTO, TINGIMENTO E ESTAMPARIA) E COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS TÊXTEIS COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS TÊXTEIS COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS E ARTEFATOS TÊXTEIS, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL /-EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	TOALHEIROS (LAVANDERIAS INDUSTRIAIS E HOSPITALARES)	LP	CD INDUSTRIAL /-RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	TINTURARIA	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS E PARTES PARA CALÇADOS, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS.	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	TECELAGEM E FABRICAÇÃO DE TECIDOS	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA DE MADEIRAS:</b>								
I	PEQUENO	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD INDUSTRIAL / RCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA COM ÁREA ÚTIL ACIMA 360 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE MADEIRA LAMINADA E DE CHAPAS DE MADEIRA AGLOMERADA, PRENSADA E COMPENSADA	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE MADEIRA E DE ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD INDUSTRIAL / RCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE MADEIRA E DE ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TANOARIA E EMBALAGENS DE MADEIRA	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	DESDOBRAMENTO DE MADEIRA COM ÁREA ÚTIL DE ATÉ 10.000 M2	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	DESDOBRAMENTO DE MADEIRA COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 M2	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS:</b>								
I	PEQUENO	FABRICAÇÃO DE CONSERVA DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m² ATÉ 1.000 M2	LAS	CD INDUSTRIAL / RCA				
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE CONSERVA DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	FABRICAÇÃO DE SORVETES E OUTROS GELADOS COMESTÍVEIS, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m². ATÉ 1.000 M2	LAS					
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE SORVETES E OUTROS GELADOS COMESTÍVEIS, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.000 m².	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, BISCOITOS, BOLACHAS, MASSAS ALIMENTÍCIAS, ESPECIARIAS, MOLHOS, TEMPEROS, CONDIMENTOS, FERMENTOS, LEVEDURAS, DE ALIMENTOS E PRATOS PRONTOS, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m² ATÉ 10.000 M2	LAS	CD INDUSTRIAL / RCA				
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, BISCOITOS, BOLACHAS, MASSAS ALIMENTÍCIAS, ESPECIARIAS, MOLHOS, TEMPEROS, CONDIMENTOS, FERMENTOS, LEVEDURAS, DE ALIMENTOS E PRATOS PRONTOS, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ ÁREA ÚTIL DE ATÉ 360 M2	LAS	CD INDUSTRIAL / RCA				
I	MÉDIO	TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 M2	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	ATIVIDADES PÓS COLHEITA – SECAGEM, ARMAZENAMENTO E BENEFICIAMENTO DE GRÃOS	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS VEGETAIS E ANIMAIS, COM ÁREA TOTAL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS VEGETAIS E ANIMAIS, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	MOAGEM, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AMILÁCEOS E DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m², EXCETO FECULARIA	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO E REFINO DE AÇÚCAR	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE AMIDOS E FÉCULAS E DE ÓLEOS DE MILHO (FECULARIA), COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE AMIDOS E FÉCULAS E DE ÓLEOS DE MILHO (FECULARIA), COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS E PREPARAÇÃO DO LEITE	LP	CD INDUSTRIAL / RAS.	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	MATADOUROS, ABATEDOUROS, E FRIGORÍFICOS COM PRODUÇÃO ATÉ 300 CABEÇAS/DIA	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	MATADOUROS, ABATEDOUROS E FRIGORÍFICOS COM PRODUÇÃO ACIMA DE 300 CABEÇAS/DIA	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE (LINGUIÇA, CHARQUE, EMBUTIDOS E OUTROS) COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 M2	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	FABRICAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E NÃO ALCOÓLICAS COM ÁREA ÚTIL DE 360 M2 ATÉ 1.000 M2	LAS	CD INDUSTRIAL / RCA				
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E NÃO ALCOÓLICAS COM ÁREA ÚTIL DE 1.000 M2 ATÉ 10.000 M2	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E NÃO ALCOÓLICAS COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 M2	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM

I	MÉDIO	PRESERVAÇÃO DO PESCADO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PESCADOS	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>FABRICAÇÃO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS:</b>								
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO E ODONTOLÓGICO E DE ARTIGOS ÓPTICOS	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA DE COURO, PELES E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL:</b>								
I	ALTO	CURTIMENTOS E OUTRAS PREPARAÇÕES DE COURO COM PROCESSAMENTO DE ATÉ 1.000 PELES/DIA	LP	CD INDUSTRIAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	PREPARAÇÃO DE SUBPRODUTOS DO ABATE (GRAXARIA)	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	SALGA E SECAGEM DE COURO E PELES DE ANIMAIS DE PEQUENO PORTE	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	SALGA E SECAGEM DE COURO E PELES DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE ATÉ 100.000 PELES/DIA	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA MECÂNICA:</b>								
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COM TRATAMENTO TÉRMICO E/OU DE SUPERFÍCIE, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COM TRATAMENTO TÉRMICO E/OU DE SUPERFÍCIE, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, SEM TRATAMENTO TÉRMICO E/OU DE SUPERFÍCIE.	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO, ELETRÔNICO E COMUNICAÇÕES:</b>								
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRODOMÉSTICOS, COM ÁREA TOTAL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO DE PILHAS, BATERIAS E ACUMULADORES ELÉTRICOS, EXCETO PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE BATERIAS E ACUMULADORES ELÉTRICOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL/ EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA AUTOMOTIVA:</b>								
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE MOTOCICLETAS E BICICLETAS	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS FERROVIÁRIOS, AERONAVES, VEÍCULOS MILITARES DE COMBATES, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIA DE BORRACHA:</b>								
I	MÉDIO	BENEFICIAMENTO DE LÁTEX	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	FABRICAÇÃO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARA DE AR	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	REFORMA DE PNEUMÁTICOS USADOS	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE BORRACHA, EXCETO PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>INDÚSTRIAS DIVERSAS:</b>								
I	ALTO	FABRICAÇÃO DE EMBARCAÇÕES E ESTRUTURAS FLUTUANTES	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM

## ANEXO VII

## CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL POLUIDOR DE EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES GERADORES DE TRÁFEGO INTENSO E/OU PESADO, SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

Quadro 8. Documentação necessária para licenciamento de empreendimentos e/ou atividades geradoras de tráfego intenso e/ou pesado.

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL DE EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES GERADORES DE TRÁFEGO INTENSO E/OU PESADO								
GRUPO	POTENCIAL POLUIDOR	ATIVIDADE	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA
II	MÉDIO	CASA DE FESTAS E EVENTOS	LP	CD CONCENTRAÇÃO DE PÚBLICO / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	DISCOTECA, DANCETERIA, SALÕES DE DANÇA E SIMILARES	LP	CD CONCENTRAÇÃO DE PÚBLICO / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - HIPERMERCADOS E SUPERMERCADOS, COM ÁREA ÚTIL DE 360 A 1.500 M²	LAS	CD GERAL / RCA				
II	MÉDIO	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - HIPERMERCADOS E SUPERMERCADOS, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500 M²	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	CENTRO DE ABASTECIMENTO DE APOIO À AGRICULTURA	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	LOJAS, GALERIAS E CENTROS COMERCIAIS COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500 m² ATÉ 10.000 m²	LAS	CD IMOBILIÁRIO / RCA	-	-	-	-
II	MÉDIO	LOJAS, GALERIAS E CENTROS COMERCIAIS, COM ÁREA ÚTIL DE 10.000 m² ATÉ 20.000 M2	LP	CD IMOBILIÁRIO / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	ALTO	LOJAS, GALERIAS E CENTROS COMERCIAIS (SHOPPING CENTER), COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 20.000 m²	LP	CD IMOBILIÁRIO / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM

II	MÉDIO	ESPAÇOS PARA ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS TAIS COMO CINEMA, TEATRO, CASA DE CULTURA E SIMILARES	LP	CD CONCENTRAÇÃO DE PÚBLICO / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	ALTO	ESTÁDIOS	LP	CD CONCENTRAÇÃO DE PÚBLICO / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	FEIRAS, CONGRESSOS E EXPOSIÇÕES (CENTROS DE CONVENÇÕES, PARQUES DE EXPOSIÇÕES E SIMILARES) COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500 m²	LP	CD CONCENTRAÇÃO DE PÚBLICO / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	ALTO	TERMINAL RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E METROVIÁRIO	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR (GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO, PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO E SUPERIOR), COM ÁREA ÚTIL DE ATÉ 1.500m² COM LABORATÓRIO	LAS	CD GERAL / RCA				
II	MÉDIO	INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR (GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO, PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO E SUPERIOR), COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500m²	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS COM MÚSICA AO VIVO	LP	CD CONCENTRAÇÃO DE PÚBLICO / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM

## ANEXO VIII

## CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL POLUIDOR DE EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES DO SETOR DE SANEAMENTO SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

Quadro 9. Documentação necessária para licenciamento de empreendimentos e/ou atividades do setor de saneamento.

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL DE EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES DO SETOR DE SANEAMENTO, E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA								
GRUPO	POTENCIAL POLUIDOR	ATIVIDADE	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA
<b>SISTEMA DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS:</b>								
I	ALTO	ATERRO SANITÁRIO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS NÃO PERIGOSOS	LP	CD GERAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	ATERRO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS	LP	CD GERAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	ATERRO PARA RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA (CORTE OU ATERRO) ACIMA DE 1 METRO DE DESNÍVEL	AA	CD GERAL / RCA				
<b>SISTEMA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS:</b>								
I	ALTO	TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE	LP	CD INDUSTRIAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	TRATAMENTO DE RESÍDUOS PERIGOSOS	LP	CD INDUSTRIAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	USINA DE TRIAGEM E/OU PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	USINA DE COMPOSTAGEM/INDÚSTRIA DE PROCESSAMENTO E/OU BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS COM ÁREA ÚTIL DE ATÉ 360 M²	LAS	CD INDUSTRIAL / RCA				
I	MÉDIO	USINA DE COMPOSTAGEM/INDÚSTRIA DE PROCESSAMENTO E/OU BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 M² ATÉ 720 M²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	USINA DE COMPOSTAGEM/INDÚSTRIA DE PROCESSAMENTO E/OU BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 720 M²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	UNIDADE DE PROCESSAMENTO E/OU BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL COM ÁREA ÚTIL ATÉ 1.500 m²	LP	CD INDUSTRIAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	UNIDADE DE PROCESSAMENTO E/OU BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.500 m²	LP	CD INDUSTRIAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>ATIVIDADES DE ARMAZENAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS:</b>								
I	MÉDIO	ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	DEPÓSITO E/OU RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS OU SUCATA - NÃO PERIGOSOS, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD GERAL / RCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	DEPÓSITO E/OU RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS OU SUCATA - NÃO PERIGOSOS, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m²	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	MÉDIO	ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 1.500 m²	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS - COM ÁREA ÚTIL DE 1.500 m² A 10.000 m²	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS - COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 m²	LP	CD GERAL / EIA-RIMA	LI	PCA	LO	RTC/PAM
<b>OBRAS DE SANEAMENTO:</b>								
I	ALTO	SISTEMA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA - CONTEMPLANDO CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, DE ÁGUA BRUTA E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA)	LP	CD INFRAESTRUTURA / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM



DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ATIVIDADES DO SETOR COMERCIAL E DE SERVIÇOS E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA								
GRUPO	POTENCIAL POLUIDOR	ATIVIDADE	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA	FASE	DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA
SERVIÇOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS								
II	PEQUENO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA OU ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, EMBARCAÇÕES E/OU MOTOCICLETAS, EXCETO VEÍCULOS PESADOS, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD SERVIÇOS / SCA	-	-	-	-
II	MÉDIO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA OU ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, EMBARCAÇÕES E/OU MOTOCICLETAS, EXCETO VEÍCULOS PESADOS, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m²	LP	CD SERVIÇOS / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	RECONDICIONAMENTO E RECUPERAÇÃO DE MOTORES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD SERVIÇOS / SCA	-	-	-	-
II	MÉDIO	RECONDICIONAMENTO E RECUPERAÇÃO DE MOTORES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m²	LP	CD SERVIÇOS / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA INDÚSTRIA MECÂNICA	LP	CD SERVIÇOS / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	LANTERNAGEM, FUNILARIA E PINTURA, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD SERVIÇOS / SCA	-	-	-	-
II	MÉDIO	LANTERNAGEM, FUNILARIA E PINTURA, COM ÁREA ÚTIL ACIMA 360 m²	LP	CD SERVIÇOS / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	LAVAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD LAVA-JATO / SCA	-	-	-	-
II	MÉDIO	LAVAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m²	LP	CD LAVA-JATO / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD SERVIÇOS / SCA				
II	MÉDIO	LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m²	LP	CD SERVIÇOS / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES COM ÁREA ÚTIL ATÉ 360 m²	LAS	CD SERVIÇOS / SCA	-	-	-	-
II	MÉDIO	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 360 m²	LP	CD SERVIÇOS / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	GARAGEM OU ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS, COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, ABASTECIMENTO, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E/OU POLIMENTO	LP	CD SERVIÇOS / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS								

II	ALTO	COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES REALIZADO EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS (POSTOS REVENDEDORES E POSTO DE ABASTECIMENTO)	LP	CD REVENDA DE COMBUSTÍVEIS / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	ALTO	TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA – TRR	LP	CD REVENDA DE COMBUSTÍVEIS / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
COMÉRCIO ATACADISTA								
II	MÉDIO	COMÉRCIO ATACADISTA COM DEPÓSITO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	ALTO	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS PERIGOSOS, QUÍMICOS E/OU COMBUSTÍVEIS	LP	CD GERAL / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	PEQUENO	COMÉRCIO ATACADISTA EM GERAL COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 720 m² A 10.000 m²	LAS	CD GERAL / RCA PCA				
II	MÉDIO	COMÉRCIO ATACADISTA EM GERAL COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 m²	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	PEQUENO	DEPÓSITOS EM GERAL COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 720 m² A 10.000 m²	LAS	CD GERAL / RCA PCA	-	-	-	-
I	MÉDIO	DEPÓSITOS EM GERAL COM ÁREA ÚTIL ACIMA DE 10.000 m²	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
I	ALTO	DEPÓSITOS DE PRODUTOS PERIGOSOS, QUÍMICOS E/OU COMBUSTÍVES	LP	CD GERAL / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
SERVIÇOS GERAIS								
II	MÉDIO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS (GERADORES, TRANSFORMADORES E BATERIAS)	LP	CD SERVIÇOS / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEÍCULOS.	LP	CD SERVIÇOS / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	MÉDIO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS FERROVIÁRIOS E AERONAVES	LP	CD SERVIÇOS / RAS	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	ALTO	TRANSPORTADORA RODOVIÁRIA DE CARGAS E/OU EMPREENDIMIENTOS COM FROTA DE CAMINHÕES (SEDE) COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, ABASTECIMENTO, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO OU POLIMENTO DE VEÍCULOS;	LP	CD SERVIÇOS / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM
II	ALTO	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS (SEDE)	LP	CD SERVIÇOS / EAP	LI	PCA	LO	RTC/PAM

ANEXO X  
CLASSIFICAÇÃO DE EMPREENDIMIENTOS SEGUNDO O PORTE – GERAL

PORTE EMPREENDIMIENTO DO	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	
	(1) Área útil do Empreendimento (m²)	(2) Nº total de pessoas trabalhando no Empreendimento
MICRO	≤ 360	≤ 10
PEQUENO	> 360 e ≤ 1.500	> 10 e ≤ 25
MÉDIO	> 1.500 e ≤ 10.000	> 25 e ≤ 100
GRANDE	> 10.000 e ≤ 40.000	> 100 e ≤ 500
(3) ESPECIAL/ ESPECÍFICO	> 40.000	> 500
OBSERVAÇÕES	A ATIVIDADE POLUIDORA SERÁ ENQUADRADA PELO PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO QUE DER MAIOR DIMENSÃO DENTRE OS PARÂMETROS DISPONÍVEIS NO MOMENTO DO REQUERIMENTO. (1) CONSIDERA-SE A ÁREA ÚTIL A SOMA DA ÁREA CONSTRUÍDA E DA ÁREA OCUPADA POR TODAS ESTRUTURAS DESTINADAS AO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, INCLUINDO PÁTIOS, ESTRUTURAS PREDIAIS, ÁREAS DO SISTEMA DE CONTROLE AMBIENTAL, ÁREAS DE CIRCULAÇÃO, DE ARMAZENAMENTO DE INSUMOS E REJEITOS. (2) CONSIDERA-SE TODO PESSOAL ENVOLVIDO NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES (PESSOAL PRÓPRIO MAIS PESSOAL TERCEIRIZADO). (3) PARA O NÍVEL ESPECÍFICO CONSIDERA-SE OS EMPREENDIMIENTOS E/OU ATIVIDADES, LOCALIZADOS NA ÁREA RURAL, QUE NECESSITEM DE ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO NA ESCALA DA BACIA HIDROGRÁFICA.	

ANEXO XI  
CLASSIFICAÇÃO DE EMPREENDIMIENTOS SEGUNDO O PORTE – CONDOMÍNIOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS

PORTE EMPREENDIMIENTO DO	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	
	(1) Número de unidades	(2) Área útil (m²)
PEQUENO	≤ 50	≤ 5.000
MÉDIO	> 50 e ≤ 250	> 5.000 e ≤ 25.000
GRANDE	> 250 e ≤ 500	> 25.000 e ≤ 50.000
ESPECIAL/ESPECÍFICO	> 500	> 50.000
OBSERVAÇÕES	A ATIVIDADE POLUIDORA SERÁ ENQUADRADA PELO PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO QUE DER MAIOR DIMENSÃO DENTRE OS PARÂMETROS DISPONÍVEIS NO MOMENTO DO REQUERIMENTO. (1) CONSIDERA-SE O NÚMERO TOTAL DE UNIDADES HABITACIONAIS (CASAS OU APARTAMENTOS). (2) CONSIDERA-SE A ÁREA ÚTIL DO EMPREENDIMIENTO A SOMA DA ÁREA CONSTRUÍDA E DA ÁREA OCUPADA POR TODAS ESTRUTURAS DESTINADAS AO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, INCLUINDO PÁTIOS, ESTRUTURAS PREDIAIS, ÁREAS DO SISTEMA DE CONTROLE AMBIENTAL, ÁREAS DE CIRCULAÇÃO, DE ARMAZENAMENTO DE INSUMOS E REJEITOS. (3) PARA O NÍVEL ESPECÍFICO CONSIDERA-SE OS EMPREENDIMIENTOS E/OU ATIVIDADES, LOCALIZADOS NA ÁREA RURAL, QUE NECESSITEM DE ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO NA ESCALA DA BACIA HIDROGRÁFICA.	

ANEXO XII  
CLASSIFICAÇÃO DE EMPREENDIMIENTOS SEGUNDO O PORTE – LOTEAMENTOS

PORTE EMPREENDIMIENTO DO	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	
	(1) Número de unidades	(2) Área total (hectare)
PEQUENO	≤ 300	≤ 25
MÉDIO	> 300 e ≤ 800	> 25 e ≤ 50
GRANDE	> 800 e ≤ 1.600	> 50 e ≤ 100

ESPECIAL/ESPECÍFICO	> 1.600	> 100
OBSERVAÇÕES	A ATIVIDADE POLUIDORA SERÁ ENQUADRADA PELO PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO QUE DER MAIOR DIMENSÃO DENTRE OS PARÂMETROS DISPONÍVEIS NO MOMENTO DO REQUERIMENTO. (1) CONSIDERA-SE O NÚMERO TOTAL DE LOTES. (2) CONSIDERA-SE A ÁREA TOTAL DO LOTEAMENTO, INCLUSIVE AQUELAS DOADAS PARA UTILIZAÇÃO PÚBLICA E VIAS INTERNAS. (3) PARA O NÍVEL ESPECÍFICO CONSIDERA-SE OS EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES, LOCALIZADOS NA ÁREA RURAL, QUE NECESSITEM DE ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO NA ESCALA DA BACIA HIDROGRÁFICA.	

SECRETARIAS

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

RESOLUÇÃO PGM n. 01, DE 6 DE JANEIRO DE 2020.

**ATUALIZAÇÃO DE DÉBITOS OU OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2020, CONFORME DETERMINA O § 1º DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL n. 4.498 DE 27 DE JULHO DE 2007.**

**LEI MUNICIPAL n. 4.498, DE 27 DE JULHO DE 2007.**

**"Art.1ª** - Para os efeitos do que dispõem os §§ 3º e 5º do art. 100 da Constituição Federal, considera-se débito ou obrigação de pequeno valor, no âmbito do Município de Campo Grande, o crédito decorrente de sentença judicial transitada em julgado, cujo montante não exceda a R\$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais), atualizados até a data em que for requerido o pagamento pela autoridade judiciária.

**§1ª** - O limite previsto no caput deste artigo será reajustado no início de cada exercício financeiro, pelo Índice de Preços ao Consumidor Especial IPCA-E divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE".

ATUALIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2020

DESCRIÇÃO DO CALCULO – BANCO CENTRAL DO BRASIL	
Valor inicial – Lei 4.498/2007	R\$ 3.800,00
Indexador e Metodologia do Calculo	IPCA-E (IBGE) mês cheio
Período de correção	Julho/2007 a dezembro/2019
Valor corrigido para o ano de 2020	R\$ 7.557,09

CAMPO GRANDE-MS, 6 DE JANEIRO DE 2020.

MARCELINO PEREIRA DOS SANTOS

Procurador Geral do Município  
em exercício

**EXTRATO** DO TERMO DE COLABORAÇÃO n. 410, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.  
**PARTES:** Município de Campo Grande - MS, com a interveniência da Secretaria Municipal de Saúde - SESAÚ, com Recursos do Fundo de Investimentos Sociais - FIS, e o Centro Espírita Discípulos de Jesus.  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei n. 13.019, de 31/7/2014, Resolução TCE-MS 54, de 14/12/2016, Decreto Municipal n. 13.022, de 23/12/2016, Decreto Municipal n. 13.024, de 27/12/2016, anexo ao Processo Administrativo n. 80134/2019-06.  
**OBJETO:** A manutenção e funcionamento pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, tendo por objeto repasse de recursos financeiros, através de emendas parlamentares, na função de saúde, para utilização conforme detalhado no Plano de Trabalho, que passa a ser parte integrante deste instrumento.  
**RECURSOS:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais).  
**DOTAÇÃO:** Fonte: 103.10.122.18.4021; UG 1035S; Gestão FMS; ED 3.3.50.43.00.  
**VIGÊNCIA:** Até dezembro de 2019.  
**ASSINATURAS:** José Mauro Pinto de Castro Filho e Enier Guerreiro da Fonseca.

CAMPO GRANDE-MS, 31 DE OUTUBRO DE 2019.

MARCOS GUIMARÃES DE CAMPOS

Superintendente de Técnica Legislativa

**TORNA SEM EFEITO** a Publicação Segundo Termo Aditivo, celebrado em 19 de Novembro de 2019, ao Contrato n. 149-C, DE 4/12/2017, Publicado no DIOGRANDE n. 5.787, de 27/12/2019, por duplicidade.

CAMPO GRANDE-MS, 6 DE JANEIRO DE 2020.

MARCOS GUIMARÃES DE CAMPOS

Superintendente de Técnica Legislativa

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

EDITAL Nº 24/2019/DCE/SEFIN

A Prefeitura Municipal de Campo Grande, através da Divisão de Cadastro Econômico / SEFIN, torna publico que as inscrições abaixo identificadas, estão **suspensas**, com esteio no que dispõe o Artigo 134, Incisos I, alínea "a" da Lei Complementar nº 59 de 02/10/2003, com nova redação estabelecida pelo artigo 25 da Lei Complementar nº 108 de 21 de Dezembro de 2007.

NOME	INSCRIÇÃO	PROCESSO/LEV FISCAL	FISCALIZADO EM	SITUAÇÃO
AMPLIFY CONSULTORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA	19515800-2	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado

ANDERSON DA SILVA LOPES	15433200-6	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
ANTONIO JOSE SEVERO	13974400-4	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
ALAMBIM CONSTRUTORA LTDA ME	12590800-4	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
APARECIDO MACHADO COUTINHO ME	16626300-0	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
ASTERIX COMERCIO DE DECORACOES LTDA	17778600-4	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
ADAO DE JESUS DO AMARAL MACHADO	15266200-9	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
AANET INFORMATICA LTDA	8286200-5	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
A2L COMUNICACAO LTDA ME	17281200-7	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ANTONIO PINTO DA ROSA ME	16770800-5	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ANTONIO JOSE PEREIRA SANTOS - ME	13912800-1	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ANA PAULA VICENTE SANTANA - ME	19803900-4	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
A V F PASSAGENS LTDA - ME	11821100-6	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ACOUGE E CONVENIENCIA MASTER BEEF LTDA	22812500-8	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ANTONIO MARCOS FERREIRA EIRELI ME	18041100-3	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ADELSON ANGELO DA SILVA MERCADO	20915200-2	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
A. SOUSA RODRIGUES	18006000-6	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ANDRE LUIS COSTA RIBEIRO	015459300-4	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
BELLODI & PEREIRA LTDA - ME	08489701-9	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
APS COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME	17958600-2	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
BENITES & RODRIGUES LTDA	18280500-9	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
BOM BRILHO LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA -ME	8014500-4	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
CONSTRUENGE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	13698000-9	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
CES SISTEMAS DO BRASIL LTDA	20890100-1	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
CELIA MOREIRA DA CUNHA - ME	12988700-1	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
COMLPT COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - M	12221900-3	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
CLAUDIA MARTA FERREIRA DOS SANTOS PEREIRA	19812500-8	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
CONSTRUTORA C2 LTDA	7634000-5	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
CRISTIANE SANTOS RAMOS	16091000-3	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
DE AVILA & ARNOUD LTDA	23491400-6	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
DELAR SUPERMERCADOS EIRELI ME	20777600-9	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
DASANAS COMERCIO DE VESTUARIOS E ACESSORIOS LTDA M	18534700-1	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
DONADELLI - INDUSTRIA E COMERCIO DE PAES E MASSAS	13015200-7	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
DIEGO CORREA NOGUEIRA - ME	15600300-0	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
ELIZANGELA F. DA SILVA CESTAS BASICAS	17159900-8	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ELIZABETH VARELA LIMA	21874901-1	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ELIZABETH VARELA LIMA	21874900-3	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
EVANIR RODRIGUES PROENCA EIRELI	22812200-9	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
EMPREITEIRA & TRANSPORTE SHALON JC EL SHADAY LTDA M	16709900-9	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ESTRELA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	11834200-3	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
E.A.C. SILVA BENITES	9942700-0	136533/2019-11	17/12/2019	Não Localizado
ETELVINA CONCEICAO ARINHO GONCALVES	15804500-1	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
FERREIRA GOMES SOLLUES EM SERVIOS LTDA	19429000-4	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
FLAUME DE ALMEIDA DA SILVA	15884300-5	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado
GELCINEI RODRIGUES MACHADO	21648400-2	136533/2019-11	18/12/2019	Não Localizado